

ATA DA 286ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEAS MG

Aos vinte um dias de julho de 2023, às 9h15 (nove horas e quinze minutos) realizou-se a ducentésima octogésima sexta (286ª) Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, coordenada pelo vice-presidente **Elder Carlos Gabrich** que assumiu a condução da mesma onde estavam presentes os seguintes Conselheiros **Titulares:** Arlete Alves de Almeida - O Movimento do Graal no Brasil; Gabriela Loiola-CMAS de Salinas; Grazielle Vieira Cachapuz Machado-CRP; Isac dos Santos Lopes-ASQUIS; Kariny de Amorim Silva-Bem Estar do Menor; Lucas Estevão Ribeiro da Silva - Conselho Central de Curvelo - São Vicente de Paula; Marilene Faustino Pereira - FETAEMG; Simone Maria da Penha de Oliveira-CMAS/Belo Horizonte; Elder Carlos Gabrich Júnior-SEDESE; Érica Pereira Alves Beltrame-CMAS/Coronel Fabriciano; Solimar Assis-SEPLAG, Silvestre Dias – Secretaria Estadual da Fazenda – SEF; Jorgiane Suelen de Sousa – COGEMAS; Leandro Carvalho Silva - CRESS **em condição de titularidade:** Michelle Andrade Henriques - SEE; **suplentes:** Carla Valéria Soares Vita-Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais – FASEMIG; Itamar Melgaço de Carvalho -SEDESE; Michelle Andrade Henriques - Secretaria Estadual de Educação - SEE; Philipe Nunes Vieira e Silva-Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS – FETSUAS; Rodrigo dos Santos França - Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM; Wellington Pereira Duarte -COGEMAS, Maria Aparecida Bayão - Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH, Welligton Donizete Marques de Lima - Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos Usuários do SUAS. Estiveram também os seguintes convidados: Rosilene Fátima (SEDESE), Suzanne Horta (SEDESE), Franciele Pereira - SMDS de Patos de Minas-MG, Paloma de Souza - SEDESE, Mariana Patrus Ananias -SEDESE, Isabelle Colares - SEDESE, Cristiano Andrade - SEDESE, Victória Souza Braz - SEDESE, Grazielle Carmo da Silva, João Paulo Freire - SEDESE, Carme Ribeiro da Silva - CMAS de BH e a equipe da Secretária Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Maria de Paula Ribeiro, Jeane Araújo Jorge Magnane, Vera Rodrigues e Cassirlene Vieira. **Elder Carlos Gabrich:** Bom dia a todas, todos. Começando a nossa ducentésima octogésima sexta plenária ordinária do CEAS. A gente vai fazer agora a conferência do quórum, se bem que já são nove e quinze, então a gente já começa com qualquer quórum. Então podem fazer a chamada, por favor, secretaria executiva. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva) : Arlete Alves de Almeida. **Elder Carlos Gabrich:** A Dona Arlete justificou que ela está doente, agora de manhã ela vai no médico, ela disse que ela deve chegar bem mais tarde. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva):

Gabriela Loiola. **Gabriela Loiola**: Gabriela Loiola, CMS Salinas, presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): Grazielle Vieira. **Grazielle Vieira**: Grazielle, CRP, presente. Só justificar, a Sandra e a Dona Maria Baião que elas informaram que vão chegar um pouco atrasadas. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): Isac dos Santos. Karine de Almeida. **Karine de Amorim**: Presente. Bem-estar do menor. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): Isac informou que está a caminho. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): Conselho Central de Curvelo, São Vicente de Paula, Lucas Estevão Ribeiro. **Lucas Estevão Ribeiro**: Presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): Federação das APAES do Estado de Minas Gerais. FETAEMG, Marilene Faustino. Iara da Costa Nogueira Reis. **Iara da Costa Nogueira Reis**: Presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): FETAEMG, Marilene Faustino. **Marilene Faustino**: Presente. **Cassirlene Vieira**(Técnica da Secretaria Executiva): CMAS de Belo Horizonte, Simone Maria da Penha. **Simone Maria da Penha**: Presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): SEDESE, Elder Carlos Gabrich. **Elder Carlos Gabrich**: Presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): CEAPA, Altair Roberto de Carvalho. **Altair Roberto de Carvalho**: Presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): Secretaria de Estado de Educação, Cleuza Maria de Oliveira. **Maria de Paula Ribeiro** (Técnica da Secretaria Executiva): Cleuza justificou no grupo que ela está de férias. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): SEDESE, Gabriele Sabrina. **Gabriele Sabrina**: Presente. **Cassirlene Vieira**(Técnica da Secretaria Executiva): Secretaria de Estado de Educação, Michele Andrade, (**Vozes ao fundo**) ainda chegou não. CMAS Coronel Fabriciano, Érica Pereira Alves. **Érica Pereira Alves**: Presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): CMAS Caeté, Úrsula Cristina Ângela Coelho. COGEMAS, Jorgiane Suelen de Souza. **Jorgiane Suelen de Souza**: Presente. **Cassirlene Vieira**(Técnica da Secretaria Executiva): Secretaria de Estado de Saúde, Lígia Camargos da Silva. Justificativa licença maternidade. Secretaria de Estado da Fazenda, Silvestre Dias. **Silvestre Dias**: Presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): Seplag, Solimar Assis. **Solimar Assis**: Bom dia. Solimar, presente. **Cassirlene Vieira**(Técnica da Secretaria Executiva): Agora a chamada dos suplentes. Carla Valéria Soares, Federação das Associações Sem Fins Econômicos de Minas Gerais. **Carla Valéria Soares**: Presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, FET SUAS, Felipe Nunes Vieira. **Felipe Nunes Vieira**: Felipe, presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): Fórum Municipal de Lutas Pelos Direitos dos Usuários do SUAS, Wellington Donizete. Asprom, Rodrigo dos Santos França. **Rodrigo dos**

Santos França: Rodrigo, presente. **Cassirlene Vieira** (Técnica da Secretaria Executiva): Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais Sudeste-brasileira, Cinara Lucena Rocha dos Santos. Sintbref, Sandra Regina Ferreira Barbosa. Congregação São João Batista, Iara da Costa Nogueira Reis. **Iara da Costa Nogueira Reis:** Presente. Fórum Municipal dos Usuários do SUAS BH, Maria Aparecida Bayão (justificou atraso). CMAS Cordisburgo, não tem. SEDESE, Itamar Melgaço. **Itamar Melgaço:** SEDESE, Itamar, presente. SEAPA, Ana Carla Ribeiro. Secretaria de Estado de Educação, Michele Andrade. SEDESE, Mariana Resende Franco. **Michele Andrade:** Bom dia, presente. Michele. CMAS Barbacena, Daniel Martins de Melo Neto (férias). CMAS Uberaba, Cláudia Cristina da Silva. **Cláudia Cristina Da Silva:** Cláudia, CNAS Uberaba, presente. COGEMAS, Wellington Pereira Duarte. **Wellington Duarte Ribeiro:** Wellington Duarte Ribeiro, presente, COGEMAS. Secretaria de Estado de Saúde, Cristiane Aguiar Vieira justificou, férias. Secretaria de Estado da Fazenda, Vinícius de Queiroz Castanheira, justificou, férias. Seplag, Tomás Pereira de Sá Carvalho, justificou, trabalho. Alguém que eu tenha chamado, não tenha respondido e que tenha chegado depois? **Lucas Ribeiro (conselheiro / 1º secretário):** Nós temos quórum, Cassirlene? **Cassirlene:** Temos. Titular tem uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete. Tem não. Vamos contar, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, treze titulares. **Elder Carlos Gabrich (vice-presidente):** Gente, já podemos começar que já são 09:26 e aí a gente já começa a reunião com qualquer quórum. Então vamos lá, seguindo. Então vamos para a apreciação da proposta de pauta. Vai ter posse dos novos conselheiros, Gabriele Sabrina da Silva para se tornar titular e Mariana suplente, foi só uma troca. Temos a posse também da Úrsula como conselheira titular no lugar do João Vitor, porém ela não chegou ainda. E do Wellington Donizete Marques, Sociedade Civil, Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social. Ele já chegou? Ainda não, ok. Eu vou só lendo a pauta enquanto isso, volta para a pauta, por favor. Por enquanto eu só estou lendo, tá, gente? Às 09:30 apreciação da ata, 09:35 informes, 10 horas. Então troca, por favor, aprovação da ata é depois dos informes. **Lucas:** apreciação da pauta. **Elder Carlos Gabrich:** Sobre a ata da ducentésima octogésima quinta plenária ordinária ela foi enviada para os conselheiros, acho que já faz uma semana ou duas. Alguma consideração? Dia três de julho. Então conselheiros que aprovam a ata, por favor se manifestem. Aprovado por unanimidade. Agora informes. **Lucas Ribeiro:** Essa secretaria relata que não recebeu nenhum tipo de informe, então hoje nós não teremos informes. O informe da SEDESE já está disponibilizado no grupo, então nós não vamos fazer a leitura. **Elder Carlos Gabrich:** Ok. Enfim, a gente. Gente, são

informes, está no grupo, a gente entende que não precisa apresentar. Podemos seguir? Vamos seguir então: 10 horas, relato das comissões temáticas; 11 horas, a análise do PPAG 2024, 2027; 11:30, análise da emenda parlamentar do Deputado Federal Padre João; 12 horas almoço. 13:30, pontos do GT da Conferência. (trecho incompreensível) alteração da resolução 799 de 2023, alteração dos municípios sedes de algumas conferências, de uma data também. Solicitação de alteração da data da pré-conferência de Juiz de Fora, para o dia cinco de setembro. Inclusão das moções na resolução, conforme deliberado na plenária extraordinária. Validação da programação da Conferência Estadual, tem só um ponto de discussão. Apresentação do instrumental de registro dos pontos de discussão em grupos que vão ser usados na pré-conferência, já foi apresentado no GT. E validação da apresentação a ser utilizada pelo CEAS para as pré-conferências regionais. Às 15 horas a minuta de resolução sob processo eleitoral do CEAS, biênio 2024, 2025. 15:30, minuta de resolução do código de ética, e 17 encerramento. Então a pauta está em discussão. Grazi.

Graziele Vieira (CRP): Eu preciso de um esclarecimento, porque a gente acabou de aprovar a ata. E a ata da última reunião a gente fez um encaminhamento, a companheira lara fez um encaminhamento. E parece que houve uma distorção desse encaminhamento, uma confusão desse encaminhamento. E aí nesse sentido o encaminhamento não foi dado prosseguimento e a gente estaria com a pauta trancada até o momento. E a gente precisava avaliar isso, eu estou confusa porque o encaminhamento da companheira lara foi que a secretaria executiva viesse, como já tinha sido deliberado, inclusive a secretaria executiva estaria aqui na casa de direitos humanos já em julho. As profissionais da secretaria executiva informaram que elas tinham algumas dificuldades técnicas para estarem aqui, e com isso, o encaminhamento da lara seria que a mesa diretora trataria dessas dificuldades para garantir plenas condições para as trabalhadoras da secretaria executiva atuarem aqui. Então essa era a tratativa da mesa diretora, e não decidir algo pela plenária. Então a gente acabou de aprovar a ata, a gente inclusive resgatou o áudio que a lara faz esse encaminhamento, e esse encaminhamento para mim está muito explícito. E aí eu não entendi, eu queria um esclarecimento que eu não entendi em que momento esse encaminhamento foi desvirtuado e porque nós estamos com pauta aberta se nós estamos, e assim descumprir uma deliberação esse plenário. **Elder Carlos Gabrich:** Primeiro, conselheira Grazi, eu gostaria de registrar que usar a palavra distorção é um desrespeito à mesa diretora, ninguém distorceu nada. O que foi, foi um entendimento de alguns conselheiros e outros, então não houve distorção nenhuma. Então eu quero que fique registrado. Sobre a questão da mesa diretora eu vou explicar o quê que houve. O encaminhamento da Conselheira lara foi que a

mesa diretora discutisse sobre a alteração, sobre a mudança da secretaria executiva. Logo depois da plenária eu, na mesa diretora, chamei uma reunião com os membros da mesa diretora, para a gente fazer essa discussão. Nesta reunião eu, como representante do governo, levei a proposta de fazermos um meio termo, falei: “Não tem como nós mudarmos em julho, vamos mudar, pelo menos, após as pré-conferências de assistência social, vamos mudar no mês de setembro”, falei na reunião. Todos os membros estavam participando e falou “ok” a isso. E até nesse momento os membros do governo, da mesa, concordaram. E o, até peço desculpa para citar nominalmente, o Lucas também concordou com esse encaminhamento. Nesse momento a presidente, Dona Arlete, disse que a sociedade civil não concordava com o meio termo, não concordava com este encaminhamento. E eu ainda falei com ela para que ela levasse a discussão para vocês, porque nós estávamos propondo um consenso, e que conselho tem que funcionar com consenso. Não é o que eu quero, não é o que você quer, não é o que um segmento quer, nós temos que criar um consenso sobre isso. A gente terminou a reunião assim, passado algum tempo a reunião, se eu não me engano, foi na segunda-feira, na sexta-feira a presente retornou com a informação que a sociedade civil não concordava com o consenso, e que queria que a mudança fosse feita imediatamente. Foi isso que foi trazido, está no grupo, posso mostrar para quem precisar. Então a gente chegou a uma discussão e aí eu disse o seguinte, então a gente tem um problema porque nós tentamos um consenso, o consenso não foi aceito. A deliberação da plenária foi que essa mudança fosse discutida na mesa diretora, e se a gente não tem um consenso nós vamos ter que votar, e a gente vai ter que decidir agora, ou vai ser mudança imediata ou vai ser mudança após o período conferencial. Houve a votação dentro da mesa diretora, e a maioria dos membros da mesa diretora se manifestou para mudar depois da conferência, tendo em vista a solicitação da própria secretaria executiva de que a mudança fosse feita após a conferência. Então foi isso que foi falado. O governo tentou um consenso, nós apresentamos uma proposta de consenso que foi recusada, não houve distorção nenhuma, houve discussão. E o principal, essa questão de pauta travada, lá na penúltima plenária houve a discussão que se não houvesse a mudança a pauta seria travada. Na última plenária nós tivemos uma discussão de mais de duas horas sobre a mudança da secretaria executiva, e foram colocados dois encaminhamentos, um de mudança imediata, pela Conselheira Grazi, um de mudança em outubro, pelo Conselheiro Lucas. A Conselheira Lara trouxe a sugestão que fosse discutido na mesa diretora, os dois conselheiros retiraram as suas propostas e a discussão foi feita. Não tem inadequação técnica, não tem inadequação financeira, não tem inadequação administrativa. E me incomoda muito colocar as coisas

dessa maneira, a mesa representa o CEAS, a mesa é composta por membros eleitos pelos seus segmentos. E colocar as coisas assim como se a gente tivesse tomado uma decisão à revelia da plenária não é verdade. **Karine de Amorim:** Eu só vou fazer um resgate da fala da Conselheira Iara, que está na ata que a gente acabou de aprovar. Vou pegar só o corte do que ela propôs, sem acrescentar as propostas da Conselheira Grazielle e do Conselheiro Lucas. Eu vou ler aqui para vocês: “Eu acolho, Lucas, o que você traz em função da necessidade que a gente tem de ouvir a secretaria executiva. Coloco aqui, mas eu sugiro que a gente não tome essa decisão agora, que a gente leve isso para que a mesa diretora, dentro do propósito que nós trouxemos aqui de diálogo, e de conciliação, consiga conciliar as necessidades que a gente, enquanto sociedade civil, já foi deliberado aqui nesse pleno de que a secretaria executiva funcione aqui nesse prédio. Considerando, inclusive, os esforços que já foram trazidos aqui pelo governo para que isso aconteça da melhor forma possível.” Eu vou abrir um parêntese aqui que os esforços que eu entendo na fala da Conselheira Iara é o ofício que a Mariana colocou aqui com o prazo até final de julho. Que ela está considerando. Sim, bem lembrado. Ok. Para adequação da logística, e a proposta da secretaria executiva, só para estar registrado em ata. Considerando as necessidades que a Geane apontou, os demais companheiros da secretaria executiva, em relação do facilitador da condução dos trabalhos dentro da cidade administrativa. Que a mesa diretora consiga ter uma conversa em relação a isso, já que temos representantes da sociedade civil, representantes do governo, no intuito de conciliar que a secretaria executiva ocupe um espaço. Mas que também seja respeitado e dialogado a necessidade da secretaria executiva de estar operando também algumas atividades na cidade administrativa. É possível, basta nós termos vontade para poder a gente resolver isso. Eu entendo, eu já até discuti isso com os meus pares na sociedade civil, que a gente delegou essa responsabilidade para a mesa diretora. No entanto, há esse monte de consideração. E eu quero acrescentar algo que o Felipe falou na nossa reunião da sociedade civil, essas decisões que a mesa diretora toma, pelo regimento interno ela tem que ser trazida para cá e ser validada. Nesse sentido, eu gostaria que a gente abrisse a discussão, porque esse informe que houve uma consulta da sociedade civil, eu confesso que eu não tive acesso a essa informação. Por N motivos, pode ser por questões de internet, mas eu, enquanto conselheira, não tive acesso à informação dessa negociação entre nós. A minha proposta é isso, vamos sentar, fazer essa conciliação, eu gostaria que o Elder colocasse a proposta que entendia o meio termo. Alguém falou comigo, mas eu não consegui gravar o que foi de fato a proposta, que conciliava o que o governo podia fazer, pode fazer, e o que a sociedade civil entende como melhor para a

secretaria executiva. É essa a minha fala. **Graziele Vieira:** Elder, você me desculpa a palavra distorção, mas diante do que, eu uso a palavra distorção porque na minha compreensão é uma questão de linguagem, na minha compreensão estava muito explícito o que a proposta da Conselheira Iara trouxe. Porque nós deixamos claro, inclusive no meu encaminhamento eu coloco que seria a mudança imediata, que a gente ia manter a mudança imediata não por um capricho, não porque uma parte deliberou, uma parte deseja, mas porque isso foi deliberado e votado em plenária. A plenária deliberou sobre isso e nós definimos pelo trancamento da pauta desde que não, até que tivesse condições operacionais, logísticas, técnicas em relação à secretaria executiva funcionar num local mais acessível. E a falta de condição técnica quem trouxe foi a secretaria executiva que trouxe as dificuldades para estar operacionalizando aqui. Então essas dificuldades técnicas que a Iara pediu que a mesa diretora tratasse, fora essas questões que a Iara trouxe para serem tratadas. Então a distorção por quê? Ok, é uma questão de linguagem, vocês entendem de uma forma, nós entendemos de outra. E por isso que eu trago o estranhamento. Não, eu entendi o encaminhamento da Iara que é o que, se ela puder esclarecer, explicitar melhor o encaminhamento dela, mas eu entendi da forma como ela já disse para a gente. E aí não se trata da mesa diretora fazer um outro encaminhamento, se a mesa diretora fez um outro encaminhamento no entendimento de alguns há uma distorção, Elder. É nesse sentido que eu estou dizendo. E aí a questão técnica é a questão que quem trouxe foi a secretaria executiva. **Lucas Estevão Ribeiro:** Só uma questão de organização e respeito regimental. Nós não podemos abrir discussão sem aprovação da ata. Ou a gente inclui o ponto na pauta, ou a gente inclui o ponto e discute, ou a gente não inclui e não discute. Porque só pode ser aberta a discussão após a aprovação da pauta. Sugiro aqui então que a gente coloque a inclusão do ponto para poder ser votado, se vai ser discutido ou não. Acho oportuno discutir, acho oportuno discutir esse ponto, mas é isso. **Iara da Costa Nogueira Reis:** Questão de ordem também. Iara, Congregação de São João Batista. Eu discordo, Conselheiro Lucas, porque o que está disposto no regimento é que quando a gente encaminha algo para poder a mesa diretora dar tratativa, a mesa diretora tem que trazer para esse pleno o retorno do que foi decidido. Então é coerente, independente de incluir, a mesa diretora falhou em não já ter incluído esse ponto na pauta e ter trazido ele hoje para a gente. Então eu peço que a mesa diretora faça essa correção. Agradecida. **Elder Carlos Gabrich:** Se for incluir, eu peço que inclua no horário da tarde, depois do, Grazi, a pauta não está trancada, a gente já rediscutiu isso, já foi tomado uma decisão, agora a gente está discutindo quando essa mudança vai acontecer. Essa insistência de que a pauta está trancada é algo que está vindo

só de alguns conselheiros. A pauta não está trancada, isso é claro para todo mundo. Ontem teve PPAG, ontem teve reunião de comissão, isso é uma questão de ordem, a gente teve um encaminhamento numa plenária, no outro a gente discutiu o ponto e tomou uma decisão, a pauta não está trancada. **Iara da Costa Nogueira Reis:** Elder, vamos melhorar essa compreensão. Esse é um ponto, gente, que ele é claro no regimento, que ele tem que retornar aqui para esse pleno para a gente fazer a discussão. Reitero que a mesa diretora já deveria ter considerado ele como o primeiro ponto para poder a gente fazer essa discussão aqui considerando o tempo que a gente está para poder fazer esse diálogo. Não vejo aqui necessidade nenhuma de tencionarmos essa questão, tá, gente? Nenhuma. Até porque desde a sua fala que antecedeu aos trâmites corretos aqui do processo. O que eu acho que a gente deveria já reconhecer que a mesa diretora não trouxe esse ponto, fazer a inclusão automática. E partir, gente, para algo que a gente pode fazer uma decisão sem tencionar, com muito mais tranquilidade do que a gente está criando aqui. Não vamos fazer isso, a gente tem muita coisa para poder trabalhar aqui, não tem necessidade. Então a minha proposta é que a gente dialogue sobre esse ponto, já considerando, sabe, Elder, o que você trouxe de que o governo ele entendeu a minha fala. Em algum momento na mesa diretora houve uma falta de compreensão, entendeu tanto que já trouxe uma proposta para a sociedade civil para poder fazer esse diálogo. Então a mesa diretora precisa trazer essa proposta porque da forma que foi direcionado nós não estamos sendo acolhidos naquilo que foi meu encaminhamento na plenária passada. Então o que eu sugiro? Que a gente faça sem tencionar, gente, não precisa disso não, desnecessário. Com tranquilidade, governo, apresente a proposta que foi apresentada lá na mesa diretora, considerando a minha fala e a gente seguindo o que está correto e previsto no regimento, para que a sociedade civil faça o entendimento melhor. E aí sim a gente traz aqui para aprovação para poder ver se de fato, da forma que foi contemplado, dentro da mesa diretora, atende o encaminhamento da última plenária. É isso, gente, é só isso, é só diálogo, é só levar as coisas com tranquilidade. E assim vamos seguir, por favor. Não tem ninguém inscrito, eu vou reafirmar, não há pauta aberta, não há discussão sem pauta aprovada, não há. É questão regimental. Nós temos que colocar o ponto, aprovar a pauta e segue a discussão. **Grazielle Vieira:** Mas no primeiro momento da minha fala eu pedi um esclarecimento, e eu gostaria até que a secretaria executiva nos esclarecesse. Porque se a gente deliberou pelo trancamento da pauta por uma condição e essa condição não foi efetuada, e aí a Iara trouxe que foi feita uma proposta que a gente não tem conhecimento sobre ela. E se essa proposta não foi seguida, se o nosso encaminhamento não foi seguido, Elder, a pauta continua trancada porque a gente

deliberou anteriormente e não houve deliberação em plenário diferente disso. É isso que eu estou trazendo. **Elder Carlos Gabrich:** Eu vou pedir dez minutos para o governo se reunir.: Eu gostaria, antes da gente sair, só falar uma questão em relação a tudo isso, e é uma questão, assim, que está me incomodando demais em relação ao conselho. Para ser sincera, em relação à minha pessoa, conversei isso inclusive com a Margarete e com o Felipe ontem. Olha, gente, nós temos que lutar pelo fortalecimento do SUAS. Eu vou dizer para vocês, nós fomos, o COGEMAS trabalhou constantemente aí para poder conseguir articulação federal e estadual para montar recurso. Que recurso, dinheiro faz as coisas. E a gente está aqui lutando pelo que vai ser, aonde vai funcionar por mesa, por cadeira, por máquina, por equipamento. Vai beneficiar o nosso usuário? Quantas pessoas? É uma pergunta só para saber. A pauta está travada, tem quantos meses? Avançou alguma coisa? A gente está perdendo tempo. É só uma reflexão. E aí agora tem aqui o PPAG, que é o planejamento mesmo específico do governo, ele vai rodar sem aprovação ou com aprovação. Aí eu vou falar com vocês, vale a pena essa discussão e esse desgaste por isso? É interesse coletivo ou pessoal? Essa é a minha preocupação com isso. **Interlocutor não identificado:** Gente, não sejamos desrespeitosos de levar nesse nível, se é interesse pessoal ou coletivo. Por favor, cada conselheiro aqui tem o direito de fazer os eu apontamento, tem o direito ao voto e o direito à sua opinião. Por favor, não tencione aquilo que não precisa de ser tencionado. Governo, vamos lá. Sociedade civil, vamos dialogar também? Agradecida, gente. **Elder Carlos Gabrich:** Vamos pedir para voltar dez horas, pode ser? **Interlocutor não identificado:** Pessoal, vamos retomando nossos assentos, nosso lugares. Enquanto vamos nos acomodando, cumprimentar nossos visitantes, Carmi, Grazielle participando junto conosco, sejam muito bem-vindas. Esse espaço coletivo é de todos, é um espaço democrático e aberto a todos nós. Isso mesmo, vou aproveitar, passar a fala para o Conselheiro Wellington, e a Úrsula também que tomam posse no dia de hoje. Vamos para a Úrsula primeiro, não é? Cavalheirismo. Seja muito bem-vinda, Úrsula, pode utilizar o microfone. **Úrsula Cristina Ângela Coelho:** Bom dia a todos. Meu nome é Úrsula, eu sou representante de Caeté do Conselho Municipal de Assistência Social. **Wellington Duarte Ribeiro:** Olá, tudo bem? Bom dia a todos. É com alegria que eu estou aqui. Eu lembro da última vez que eu participei eu tinha acabado de fazer uma cirurgia. Então com vida e cheio de forças eu estou aqui representando o FML do SUAS que é Fórum Municipal de Lutas Pelos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social. Estou aqui para poder unir forças e, óbvio, lutar pela sociedade civil. **Interlocutor não identificado:** Bem-vindo, Wellington. Bem-vindo. Mais alguém? Não. Na ausência da presidência, assumo

a presidência dos trabalhos. Dando prosseguimento, nós vamos fazer a inclusão do ponto de pauta de retorno da mesa diretora, e nesse sentido já passo para a apresentação daquilo que foi discutido na mesa diretora e o que foi a conclusão da nossa discussão da pauta que estávamos tratando. Que diz respeito à secretaria executiva deste CEAS. Em reunião que nós tivemos na mesa diretora, com a presença dos membros, tanto da mesa diretora quanto da mesa diretora ampliada, composta pelos coordenadores das comissões temáticas, o governo, em representação do Elder, trouxe uma proposta de meio termo no seguinte sentido, da alteração da secretaria executiva, uma parte sendo feita no mês de julho e o restante da transferência para o mês de setembro. A conclusão da transferência da secretaria executiva aconteceria no mês de setembro. Nisso, a posição da nossa presidente, Conselheira Arlete, foi no sentido de reafirmar aquilo que foi tratativa apresentada pelo documento trazido pela nossa subsecretária Mariana, e conselheira, de que a mudança da secretaria executiva seria realizada no mês de julho. Extinguindo, portanto, não convalidando a proposta apresentada pelo Conselheiro Elder, vice-presidente deste conselho. Parte da reunião eu não consigo relatar para vocês, que eu tive um problema de internet então tive que sair da sala. Mas quando retorna na discussão da reunião, essa proposta de consenso ela já não estava mais em discussão, em pauta. Havia apenas duas discussões, duas propostas apresentadas, uma de mudança, por definitivo, da secretaria executiva no mês de julho, e a segunda da mudança por definitivo, tão somente no mês de outubro após o processo conferencial da conferência estadual. Nisso, foi colocado em votação essas duas propostas, a de mudança por definitivo no mês de julho e a mudança por definitivo após o processo conferencial, a qual essa segunda foi a que obteve o apoio da maioria dos votos da mesa diretora. Nesse sentido, por força regimental, conforme externado pelo Conselheiro Felipe, em questão de ordem, nós estamos submetendo, a mesa diretora está submetendo a este colegiado a decisão que foi votada e aprovada por sua maioria, de que a mudança da secretaria executiva seja realizada, tão somente, após o processo conferencial, nos dias 03, 04 e 05 de outubro, seja feito essa mudança depois dessa conferência no mês de outubro. **Elder Carlos Gabrich:** Então seria a inclusão desse ponto de pauta agora pela manhã? Ok. Os outros pontos eu já tinha lido, não é? Então agora vamos aprovar a pauta. Então todos esclarecidos para votar? O Felipe tem uma questão. **Felipe Nunes Vieira:** Questão de ordem. O regimento obriga que o relato das comissões seja antes dos pontos que vão ser discutidos. Aí no da secretaria executiva é esse que vai ser resgatado tem que ser depois do relato das (trecho incompreensível). **Interlocutor não identificado:** Como é pauta anterior, ele entra primeiro. **Felipe Nunes Vieira:** Isso no

regimento não trata não. **Interlocutor não identificado:** Está nos artigos mais à frente que fala que aquilo que não conseguir vencer na pauta anterior você joga para a próxima. É feito por questão de tempo, temporal. **Elder Carlos Gabrich:** Então todos esclarecidos para votar? Inclusive, (trecho incompreensível). Ok então. Vamos só ler a pauta para vocês, mudança da secretaria executiva, relato das comissões temáticas, PPAG 2024-2027, análise emenda parlamentar Deputado Padre João, GT da Conferência. Não vou entrar nos pontos que eu já li, tá, gente? Minuta da resolução sobre processo eleitoral, minuta da resolução do código de ética e encerramento. Todos estão esclarecidos para votar? Todos os conselheiros em situação de titularidade estão na mesa para votação, gente? Aqueles conselheiros que aprovam a pauta, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam. Abstenções. Ok, pauta aprovada. **Interlocutor não identificado:** Primeiro ponto de pauta mudança da secretaria executiva, em que deve ser colocado em votação a proposta que foi apresentada. **Elder Carlos Gabrich:** Na reunião do governo, gente, a gente fez uma discussão lá em cima, e o que a gente falou foi o seguinte, em agosto todas as pessoas da secretaria executiva estão empenhadas nas pré-conferências regionais. Inclusive, não sei se todos sabem, a Geane ela pediu exoneração e saiu, ela inclusive falou que depois daquela plenária ela entendeu que as questões que ela trouxe não tinham sido acolhidas e que ela preferia sair, foi uma decisão dela, pessoal. Ela vai trabalhar num lugar que é mais próximo da casa dela. Então hoje nós temos menos técnicas ainda. Ontem, inclusive, na mesa diretora a gente comentou que a gente está fazendo o processo seletivo para novo secretário executivo, ainda não temos um escolhido, mas que a gente vai aumentar o número de entrevistas para também ofertar as vagas dos técnicos que estão faltando. Então na nossa discussão foi o seguinte, agosto realmente não tem como. A sala, as salas que vão ser utilizadas já estão até lá em cima, elas já têm até computador, internet, já estão até funcionando. Então a nossa proposta é que a mudança seja feita em setembro. Essa é a proposta que o governo está trazendo para consenso se vocês entenderem que atende. 30 de setembro. **Lucas Estevão Ribeiro:** Eu gostaria de sugerir o voto dos meus pares pela aprovação da proposta de encaminhamento dada pelo governo. **Elder Carlos Gabrich:** E consequente destravamento das pautas deste conselho para ficar extremamente claro. Os conselheiros que aprovam o encaminhamento, por favor, se manifestem. Os conselheiros que reprovam. Na oportunidade, queria pedir desculpa então para as conselheiras por ter me excedido na discussão, e concordar com a conselheira Lara que esse ponto deveria ter sido trazido como ela, tão sabiamente, informou. **Interlocutor não identificado:** Próximo ponto de pauta. **Lara da Costa Nogueira Reis.** Agradecida. **Elder Carlos Gabrich:** Agora

relato das comissões, a começar pela comissão de orçamento. **Jorgiane Suelen de Souza:** Eu só queria fazer uma pontuação que eu acho que era interessante ter em toda reunião, no início, eu falei até com a Arlete ontem, posso? Posso falar? Pessoal, bom dia. Jorgiane, COGEMAS. Ontem à tarde na comissão de apoio, nós conversamos eu, a Arlete e o Felipe. E eu falei uma questão, acho que é muito importante, gostaria de deixar registrado em ata em relação à questão mesmo para a gente poder ter mais controle em relação ao que é feito e o que não é executado nesse conselho. Toda ata, a gente tem uma ata de setenta páginas, oitenta páginas que são finalizadas no final de cada reunião. É lógico que não dá para ler a está como um todo nesse momento aqui porque tomaria muito tempo. Mas eu sugiro que o secretário executivo, ou a secretaria executiva, levante todos os apontamentos e as deliberações que são feitas nas atas anteriores, nas reuniões anteriores, e apresente isso na outra reunião, o que foi executado e o que não foi. E a gente passar a fazer isso a cada reunião, porque dessa forma nós vamos acompanhar o que foi deliberado, que teve solução, ou encaminhamento, ou que está sem nenhuma ação ou que não foi resolvido. Porque eu acho que é muito importante a gente iniciar a reunião com esse ponto, é uma contribuição que o COGEMAS traz para o CEAS. Obrigada. **Graziele Vieira:** Só para colaborar com a fala da Jorgiane, a gente já tem uma planilha, eu até havia solicitado que essa planilha fosse atualizada, Jorgiane, ela é uma planilha de todos os encaminhamentos, de todas as denúncias, de todas as situações que vêm acontecendo em plenária. Então tem um tempo que essa planilha não vem sendo atualizada, que ela facilitava muito, ela é uma planilha no drive, a gente dava para acompanhar os status dos encaminhamentos e ela não está sendo, há muito tempo, alimentada. Então talvez é só alimentar essa planilha mesmo. **Elder Carlos Gabrich:** Gabi, comissão e orçamento. **Gabriele Sabrina:** Bom dia a todos e todas. A nossa comissão se reuniu ontem à tarde com a presença das conselheiras Grazielle, Maria Baião, Solimar, do Rodrigo, do Silvestre e minha. A gente convidou a equipe do FEAS, na pessoa da Roberta e da Jaqueline. E o ponto de pauta tratado foi o PPAG, a proposta de PPAG 2024-2027, considerando os prazos para envio desse documento pelo executivo à assembleia legislativa. Então a gente procedeu com a análise, a gente abriu ficha por ficha dos formulários de atributos do programa e das ações. A gente trouxe aqui na súmula o resumo das discussões, foram ao todo enviadas pela SEDESE no ofício 30 uma ficha de um programa proposto, e oito fichas de ações orçamentárias propostas. Sendo que todas essas ações orçamentárias estão vinculadas à unidade orçamentária 4251 FEAS. Então a gente vai passar ponto por ponto, trazendo só as propostas de encaminhamento, eu imagino que todas as comissões discutiram esse ponto, por ser pauta orçamentária. O programa,

Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social SUAS. As ações: proteção social especial de alta complexidade, proteção social especial de média complexidade, educação permanente do SUAS, gestão da política estadual de assistência social, apoio ao controle social do SUAS, piso mineiro de assistência social, aprimoramento da rede sócio assistencial e aproximação SUAS. Como a gente vai passar ponto por ponto, mas assim, só já trazendo, todas as ações são vinculadas ao, estão no FEAS, todas são vinculadas ao programa de fortalecimento do SUAS, exceto a aproximação SUAS que está vinculado ao programa Percurso Gerais. A gente discutiu, principalmente, quais pleitos do colegiado estão sendo atendidos nessa proposta, de novo, PPAG. Dado que a gente já discutiu muito aqui nas últimas prestações de contas, as ações fora do FEAS, enfim. A separação dos objetos de algumas ações, então a gente vai tratar desses pontos. E aí só uma observação, para a gente não, para eu não ficar repetindo em todas as ações orçamentárias, a análise foi, Conselheira Grazielle trouxe muito a lógica do Plano Decenal de Assistência Social. Então a gente incluiu a resolução CNAS número 07 de 2016 que aprova o segundo plano decenal na base legal de todas as ações. Aí só para eu não repetir, isso foi incluído em todas. Bom, quanto ao programa, a gente observa uma alteração do nome do programa anterior, que a Sirlene. A gente observa a alteração do nome do programa, no PPAG anterior ele chamava Aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social, agora a proposta é que ele chame Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. Para deixar expressamente o nome do sistema já o indicativo do título do programa. **Gabriela Loiola:** Durante as nossas discussões o Elder trouxe que todo o PPAG vai ser rediscutido aqui. É porque a gente fez alguns apontamentos aí eu gostaria de saber como que vai ser a condução dessa matéria, se agora as comissões só vão apresentar e depois a gente vai fazer a discussão porque a comissão e monitoramento também tem propostas para levantar, eu imagino que todas as comissões vão ter. então eu gostaria de saber como que vai ser a condução desse trabalho. **Interlocutor não identificado:** Eu gostaria que a gente pegasse cada uma das ações e aí cada comissão vai apontando dentro de cada uma das ações que vai ficar mais didático e mais, é. Gabi. **Gabriela Loiola:** É porque eu estou entendendo o seguinte, que diante do que o Felipe trouxe, respeitando o regimento interno, agora todas as comissões teriam que apresentar a súmula. Então todas as comissões discutiram apenas o PPAG, é isso? Porque se houver alguma comissão que fez uma discussão diferente do PPAG eu penso que a súmula precisa ser apresentada. **Interlocutor não identificado:** Não, tiveram comissões que discutiram outras temáticas sim, mas no segundo momento. Porque hoje nós, agora nós estamos na pauta que é matriz da

comissão de orçamento e tem influência nas demais, então é como se fosse uma matéria conjunta. Matéria conjunta eu entendo que tem que ser priorizada em detrimento das que são pautas exclusivas das demais comissões. **Gabriela Loiola:** Sim, eu estou entendendo. É porque assim, considerando o que trouxe a respeito do regimento, porque senão não faria sentido subir a pauta das comissões, não seria pertinente então que as comissões que fizeram discussões diferentes ela apresente essa sumula e depois a gente retorna num ponto que é comum. Porque assim a gente vai respeitar a previsão do regimento. **Iara da Costa Nogueira Reis:** Eu entendo que a gente já está fazendo o diálogo a respeito dessa pauta, o que nós temos que definir aqui é a metodologia de como será. Se a gente vai fazer apresentando e as comissões fazem as suas contribuições a partir dos diálogos que tiveram, se vai apresentar todo por completo e depois as comissões. Acho que a ordem que vai ser organizado é que a gente tem que definir, em termos de metodologia. Mas seguir o que a gente já está, inclusive, pautando, não é? **Interlocutor não identificado:** Então eu vou concluir a análise do formulário de atributos do programa e abro para as considerações também dos meus colegas da comissão de orçamento, tá, gente? Porque a gente tentou resumir na súmula, mas pode ser que a gente deixe passar algum ponto importante aqui. **Interlocutor não identificado:** Sim, sim. Gabriela, só um minutinho. Gabi, você está esclarecida? Tá? **Interlocutor não identificado:** Então vamos lá, formulário de atributos do Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. A nossa discussão inicial foi muito nos quatro primeiros títulos, subtítulos ali da ficha, que são os campos, principalmente a área temática, objetivo estratégico e diretrizes. A comissão tinha algumas considerações para que o que estava ali posto como área temática do desenvolvimento social refletisse melhor e mais diretamente à política de assistência social. Mas aí foi esclarecido pela equipe do FEAS que os campos um, dois, três e quatro do formulário do programa são campos padrões, provenientes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, PMDI, 2019, 2030. Que traz os parâmetros técnicos para o estado e versam sobre a temática Desenvolvimento Social no Geral. Então esses campos são padronizados para toda a SEDESE, não sendo possível alteração do campo um, dois, três e quatro. Como encaminhamento, a comissão sugeriu que a gente fizesse o acréscimo dessas diretrizes nos campos que são passíveis de alteração. E aí a gente vai mostrar o que a gente incluiu: “para refletir melhor a assistência social”. E aí recomenda que no momento de atualização, revisão ou construção do próximo PMDI, que é assistência social e as diretrizes do SUAS sejam melhor expressamente contempladas. Então o campo diretrizes, campo quatro, ficou alterado conforme, voltou o texto que é exatamente igual do PMDI. E a gente incluiu no

campo dez, justificativa: “portanto as diretrizes da política de assistência social são cumprir o pacto federativo, ampliar os recursos para a redução das desigualdades sociais, fortalecer a inter setorialidade para proteção integral às famílias e indivíduos, garantir a oferta e a integralidade dos serviços sócio assistenciais com fluxos estruturados de atendimento considerando a capacidade dos municípios, profissionalizar a gestão para uma oferta pública democrática e ética, assegurar o controle social autônomo, promover a cidadania considerando as diversidades étnico raciais de gênero, promovendo a universalização dos acessos aos direitos.” Então a gente incluiu, a proposta é que seja incluído todo esse texto no campo dez, justificativa. No campo onze as causas do problema que originam esse programa, a gente pediu para incluir no item dois, incluir como problema: “a escassez dos recursos aplicados ao fundo de assistência social, e a escassez de estudo sobre o custo dos serviços sócio assistenciais.” Na verdade esse final, não é? A escassez de recursos nos fundos já estava prevista, mas a gente adicionou essa falta de informação real sobre os custos dos serviços. E a gente incluiu um ponto seis como causas, as fragilidades de gestão e de controle social do SUAS. Por fim, concluindo a discussão da ficha do programa, no campo catorze, estratégia de implementação, a comissão sugere uma adequação no texto e inclusão de maior detalhamento. Aí a gente colocou, reforçando, o plano estadual de educação permanente, a vigilância sócio assistência e os fóruns de trabalhadores, usuários e entidades. Então na discussão da ficha do programa foi essas. Abro para debate das comissões. Comissão de orçamento, esqueci de algum ponto com relação ao programa? Só fazer um apontamento sobre algumas questões do plano. Reforçar algum dos pleitos que a gente vem solicitando ao longo desse último ano. Da dificuldade que a gente tem mesmo de compreensão, é uma matéria extremamente complicada, uma matéria extremamente difícil. Muitas vezes os meus pares a gente fala da dificuldade de compreensão do orçamento público. A gente não teve uma reunião após a discussão de cada eixo, de cada comissão para a gente avaliar se os colegas tiveram condições de fazer a plena leitura e as contribuições necessárias para o PPAG. E aí reforçar da importância da necessidade de sermos capacitados, sermos orientados da forma adequada. Porque no começo ad nossa conversa eu fiquei, eu fui informada sobre a PNDI, até então eu nunca nem tinha, não sei se os colegas já tinham ouvido falar do PMDI, mas eu nem tinha sido apresentada ao PMDI. A Solimar ela até justificou que o PMDI ela não traria muita clareza, muito esclarecimento sobre o plano, mas que ele versa sobre o PPAG. Então a leitura que eu havia feito era do plano decenal que eu incompreendida que era isso, que era uma tentativa de reflexo do estado cumprir o plano decenal. Então foi a partir dessa leitura que eu fiz. Então reforçar isso que

eu não sei se os colegas podem dizer da mesma coisa e do mesmo sentimento que eu tive. Agradecer aos colegas da comissão que nesse último ano eu reconheço que eu tive algumas compreensões melhores do que eu cheguei. Hoje eu compreendo o orçamento melhor do que o momento que eu estava lá. Porém, eu não sei se os outros colegas eles têm essa mesma, eles tiveram esse mesmo alcance. Mesmo porque a nossa comissão foi privilegiada, é privilegiada. É privilegiada porque tem o Silvestre e a Solimar que são. **Elder Carlos Gabrich:** Grazi, conclua, por favor. **Graziele Vieira:** Então coloca o relógio. Então a Solimar e o Silvestre que ajudam mesmo, e dizer da companheira Joanita também que estava contribuindo muito e que trouxe muita ajuda. Mas é dizer disso, da dificuldade que a gente tem de acessar o PPAG e de ofertar mesmo, de oferecer uma leitura compreensível. Dizer também que... **Elder Carlos Gabrich:** Grazi, conclua, por favor. **Graziele Vieira:** Ok, aí começou a contar, não é? **Elder Carlos Gabrich:** Grazi, conclua. Se inscreve de novo. **Graziele Vieira:** Só um instante. Eu entendo também que boa parte do que foi apresentado não teve melhoria do estado, o estado ele não traz uma novidade no PPAG, ele não traz um avanço, e isso é muito importante para a gente colocar. Se a gente diz que houve um aumento da pobreza, um aumento das pessoas no CAD único o estado não traz no seu PPAG esse reflexo. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigada. Rodrigo. **Rodrigo dos Santos França:** Bom dia a todos. Eu queria falar para o COGEMAS, para a Jorgiane, para o Wellington, e já aproveitar a parte da fala da Grazi aí. Muitas vezes está nas entrelinhas, viu, COGEMAS. E aí nós estamos com você, SEDESE, não é, Mariana? Estamos juntos nessa aí porque a gente sabe que vocês têm tentado, mas só vocês não dão conta. Então assim, COGEMAS, está na entrelinhas ali os estudos como, por exemplo, piso mineiro 2,40, a gente comentou isso na comissão ontem, não é, Grazi? Só a gente não dá conta não, viu? Então a gente precisa de vocês no pé do governador, porque afinal de contas a gente precisa de melhores máquinas, melhores salários, concurso público, melhor estrutura aqui da secretaria executiva. Então a gente também quer a valorização de vocês, porque o que está entre a cadeira e a mesa é a nossa tecnologia social, são as pessoas. Então assim, para vocês ficarem bem atentas, porque a gente coloca estudos, mas não sei o que, você está falando é apontando para vocês também. Na hora de botar um papel, de conversar com o governador lá é isso aí que a gente precisa desse apoio. De fazer o contraponto ali do IDAH, dessas não melhorias. Sandra falou conosco ontem que proposta de expansão o governo federal talvez o ano que vem, talvez 2025. Então assim, não vamos deixar o estado ficar para trás não, vamos apertar. Então vocês não têm representantes de vocês lá conosco na comissão, mas acho que é papel nosso aqui falar com vocês. 853 municípios a gente precisa

de vocês também apertando bastante o governador em traduzir essa vontade política em dinheiro, porque é o que a gente está precisando. Acho que é isso aí. Obrigado, viu, gente?

Elder Carlos Gabrich: Eu estava inscrito? É só um ponto, assim, eu tenho uma visão diferente, eu acho que houveram sim avanços nas ações PPAG, inclusive a gente até discutiu na comissão ontem que houve a separação da ação do CEAS, que antes era com a CIB, isso foi positivo. Houve também a inclusão da ação de pessoal, nem vou falar muito que vocês já vão entrar, mas eu vejo que houveram avanços. É claro que a demanda é gigantesca, isso eu concordo, mas eu houve avanço e esforço do estado para melhorar dessa forma. Jorgiane. **Jorgiane Suelen de Souza:** Bom dia a todos. Acho muito pontual o que você falou agora, Rodrigo, importante, e é o nosso plano de trabalho do COGEMAS. Inclusive posso depois colocar o plano de trabalho para todos terem conhecimento dentro do próprio CEAS aí para vocês verem o que é nosso foco. E quero ressaltar que dia 18 de julho agora, 18 ou 19, foi anteontem, 19? Dia 19 de julho às 10:30 da manhã toda a diretoria regional, a diretoria do COGEMAS junto com o conselho fiscal, os dezesseis membros, juntamente com seus respectivos prefeitos, fizeram uma reunião com o governador onde a pauta dessa reunião foi a solicitação da ampliação do piso mineiro de 2,40 para 3 reais. E não só essa demanda, mas também a ampliação do valor que é repassado para o município de pequeno porte. Porque o município de pequeno porte hoje recebe 2 mil reais de piso mineiro, e a gente pede a solicitação de ampliação desse valor de 2 mil reais para 5 mil reais mensais. Sabendo ainda que é muito pouco, comparado com a necessidade do município, foi falado muito isso para a governador, inclusive a questão que o nosso ordinário muitas vezes supre a política da assistência social. Mas o quê que acontece? A gente precisa caminhar e ampliar dia a dia. As contas já foram pagas e agora as ampliações. Ele se demonstrou muito aberto para o recurso do FEM custear isso, é uma coisa que ele falou inclusive que o Gustavo Valadares, seu secretário de governo, vai trabalhar nesse sentido. E a segunda solicitação nesse primeiro encontro que nós tivemos com ele foram o fortalecimento das diretorias regionais, ampliação de pessoas, equipamentos, manutenção mesmo de itens para você ter mais condição de atender aos municípios. Então nós estamos aí juntos, já fizemos articulação federal, e a nossa intenção agora é ir no Wellington Dias, depois o nosso presidente Lula, e fazer um trabalho bem articulado quanto a isso. O objetivo do COGEMAS é fazer essa unificação. Muito obrigada. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado. Espera aí, a Gabi está inscrita, não sei a Gabi ou Gabi Loyola. Gabi Loyola, depois Iara, depois Mariana. **Gabriela Loiola:** Eu não sei se é esse o momento, eu acho que é agora mesmo que nós estamos discutindo, mas pensando nesse item um de erradicação da

pobreza e redução das desigualdades, que é o que nós estamos tratando. E aí fazendo a leitura aqui sobre as diretrizes, eu estou um pouco angustiada sobre como que estão tratadas as diretrizes que vão fazer com que a gente supere, que a gente consiga erradicar a pobreza e conduza para a redução das desigualdades sociais. E aí eu gostaria de saber onde que a gente pode incluir aqui outras coisas, por exemplo, o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. Mas a partir de que? Eu acho que a gente precisa deixar evidente a partir da ampliação e receitas para os municípios, a partir do aprimoramento das equipes, da ampliação das equipes de alguma forma que eu não sei como que isso seria possível. Eu penso que em refletindo, inclusive, a partir das conferências municipais que quando a gente vai discutir sobre a redução da desigualdade social e a erradicação da pobreza, não existe outra maneira se não for a partir de fluxos de serviço, de garantia de serviço, programas e projetos e isso exige investimento. Então eu acho que de alguma forma isso precisa estar contemplado aqui no PPAG que nós estamos discutindo. **Elder Carlos Gabrich:** Iara, Mariana e depois Jorgiane. **Interlocutor não identificado:** Eu posso só pedir uma questão metodológica aqui só para facilitar o nosso trabalho? Volta na, porque esse cronômetro eu acho que está mais atrapalhando do que ajudando. Desculpa, gente. Volta para a súmula. Volta na súmula porque eu acho que isso que a Gabi falou é extremamente importante. Está vendo ali, Gabi? Como aquele campo de diretrizes não muda, a gente fez questão de incluir no campo dez, justificativa, as diretrizes que a comissão considerou. Um pouco disso que você falou, mas eu acho que pode ser adicionado aí esse texto. Aí se você puder repetir a gente digita ali e coloca na ficha do PPAG também. **Interlocutor não identificado:** A minha proposta seria a gente incluir, eu não sei se está ali, gente, que eu não consegui ler tudo, mas seria a ampliação de recursos, porque eu acho que não existe outra forma da gente conseguir fazer a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade social se não for a partir de ampliação de recursos, de aperfeiçoamento das equipes, dos programas, projetos e serviços. **Iara da Costa Nogueira Reis:** A partir da fala que o Rodrigo trouxe e a Jorgiane trouxe outros esclarecimentos, e também dentro do que a Gabi está dizendo, que acho da importância, Jorgiane, e Rodrigo, que nos representa lá no COGEMAS, vocês trazerem para a gente, principalmente agora diante de uma pauta que nós estamos tratando do PPAG, as discussões que estão dentro do COGEMAS para a gente de fato se fortalecer enquanto luta para essas demandas que são tanto do controle social quando do COGEMAS. Acho que falta um pouco disso. A gente perde, por exemplo, na parte de informes informações importantes e relatos importantes desse, que inclusive pode nos motivar a fazer a construção de um ofício trazendo esses dados que o COGEMAS já

pesquisou e já apresentou e que o CEAS endosse isso por meio das suas ações. Eu acho que está faltando um pouco disso, e aí é importante que Rodrigo e Jorgiane nos informem, nos tragam essas informações para que com esses dados a gente consiga fortalecer as nossas análises nos trabalhos que são apresentados aqui no CEAS. Porque vocês estão lá no dia a dia, os trabalhadores contribuem muito conosco nessa análise, os usuários também. Mas vocês estão na gestão desse trabalho, então é nesse sentido assim que eu acho que seria importante vocês melhorarem um pouco mais esse diálogo aqui conosco no CEAS, está bom? **Mariana Resende Franco:** É o seguinte, eu acho que têm várias questões aqui que já foram faladas, mas eu acho que é importante reforçar, que são diferentes. PPAG é um instrumento, PMDI é outro e esse ano a gente também vai ter aqui no final do ano a deliberação do PEAS. No PPAG a gente está trazendo um programa que todas as comissões já discutiram, esse programa é o fortalecimento do SUAS, então a gente propôs alteração do nome do programa para focar mais no Sistema Único de Assistência Social. A gente traz ações orçamentárias capazes de absorver tudo que vai vir no PEAS. Eu estou falando isso acho que muito em resposta ao que a Gabriela Loiola falou, que ela não consegue ver a materialidade, as coisas sendo concretizadas. E eu acho que isso quem vai trazer é o PEAS, o PEAS vai ter um detalhamento de ações e essas ações elas têm que conversar com o PPAG e também vai ter em conversa com o PMDI. Eu acho que a questão de recurso ela é sempre falada aqui, e eu acho importante frisar, que a iniciativa que o COGEMAS está traçando junto com a SEDESE de conseguir captação de recursos para o Sistema Único de Assistência Social, ela precisa sim do apoio da sociedade civil. E precisa do CEAS apoiando o COGEMAS e apoiando a SEDESE. A gente só vai conseguir se a gente tiver mais pessoas lutando pelo mesmo objetivo. Qual que é? Nós temos um objetivo e uma proposta muito clara e muito definida, que é: no âmbito do estado de Minas Gerais, garantir a renovação do fundo de erradicação da miséria, com percentual destinado para o FEAS. E além disso, tem também a tramitação da PEC 383 que para os estados e para a União ela faz diferença. Os municípios ele já investem mais de 1% no orçamento da assistência, só que estado e União não. Então a gente está falando aqui de tramitação legislativa que tem impacto real no Sistema Único de Assistência Social. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado. Jorgiane. **Jorgiane Suelen de Souza:** lara, eu achei muito importante a colocação que você colocou, e coloco o COGEMAS, como eu já disse, junto com a sociedade civil e junto com a SEDESE pela luta pelos 853 municípios e pelas demandas de fortalecimento do SUAS. Nós vamos estar com todos vocês e a união desses esforços é que vai fazer a diferença, a nossa articulação. Só para ressaltar, eu acho que foi muito bem falado pela Gabriela, quando ela fala o seguinte:

“Quais são as ações específicas para a erradicação da miséria e as questões específicas no estado em relação ao PPAG?”. É isso e informar que dentro do planejamento do PPAG, que várias ações, eu até coloquei agora no grupo do CEAS aí para vocês, e se vocês compararem o PPAG com o plano de trabalho do COGEMAS, nós já estamos discutindo isso desde o início da CIB, e várias ações do PPAG são as ações propostas pelo COGEMAS também, onde está em nível federal e estadual. Por que isso? Porque aqui está a voz dos 853 municípios, as demandas que estes repassam para nós e as demandas deliberadas nas últimas conferências. Nosso plano de trabalho foi construído pegando todas as últimas conferências estaduais, verificando quais são as maiores demandas dentro da política da assistência social, para a gente poder trazer e montar esse plano. E nós estamos trabalhando fielmente no mesmo. A gente tem uma questão de uma proposta ainda grande que é a questão da PEC, que é a PEC 383, e aí eu levo para o CEAS também uma discussão. Me incomodou demais o que aconteceu essa questão da votação da PEC, nós somos uma classe da assistência social que luta pelo SUAS, mas que não conseguiu aí cinco mil votos para aprovar a PEC. Enquanto saúde consegue aí setenta mil votos, oitenta mil votos para poder conseguir aprovar as suas demandas. Então nós precisamos nos unir, nos articular para poder a gente fortalecer essa questão. O governo tem que entender que a gente está junto e que a gente precisa disso, porque senão a gente fica falando aprovar PEC, aprovar PEC, ter mais orçamento, mas nós não lutamos por isso. Então eu coloco que é uma demanda nossa também de pensar. Obrigada. **Grazielle Vieira:** Só reforçar também o que a Gabriela falou, a questão das diretrizes. Os companheiros lá na nossa reunião de ontem, de comissão, se esforçaram muito para explicar porquê que é dessa forma. Mas pensando que didaticamente, e Mariana também colocou agora que o PEAS vem para poder trazer especificamente as ações. Então eu vou reforçar essa importância da gente criar condições e metodologia para melhor dar condições para que os conselheiros possam fazer a tomada de decisão. E aí também é o incômodo, porque a diretriz ela não reflete a assistência social, essa não é uma diretriz da assistência social. Então quem que faz essa diretriz? Eu acho, talvez, o governo teria que conversar, teria que se articular para poder ter condições, colocar na diretriz aquilo que realmente reflete a assistência social, porque isso não é da assistência, se a gente for ler não é da assistência. E aí também a dificuldade que a gente tem de materializar o orçamento porque quando a gente traz aqui vai vir a proposta de LOAS depois do PPAG. E a gente não sabe quais são os valores para poder cumprir o PPAG. Então fica uma distância muito grande para a gente poder aprovar isso. Eu sei que é uma questão de legalidade, a Solimar vai nos ajudar a entender isso, sei que é uma

questão de legalidade, mas talvez eu acho que a gente precisa criar metodologias para dar condições dos conselheiros compreenderem isso melhor. **Gabriela Loiola:** Gostaria, na verdade, que vocês me ajudassem numa compreensão. Nós vivemos uma realidade em Minas Gerais que é a questão da exploração de minério e que junto com essa exploração traz uma ampliação da desigualdade social e o aumento da pobreza. E aí eu gostaria de entender se essa questão a gente traz para esse momento, nós estamos vivenciando isso lá em Salinas, vocês viram que o próprio governo do estado trouxe uma notícia internacional, inclusive, a respeito de toda essa questão da exploração do minério de ferro. Porque se for aqui eu gostaria de propor que a gente pense então diretriz específica para os municípios que convivem com a exploração de minério de ferro, junto, dialogando com as empresas que fazem essa exploração. Para que elas também, de alguma forma, assumam a responsabilidade no que diz respeito aos prejuízos que ficam nessas comunidades. Eu não sei em qual momento e qual lugar, como fazer, mas eu acho que é urgente, porque outro dia eu ouvi uma deputada falar que a exploração e minério em Minas Gerais é quase um quarto poder, considerando toda a energia, tudo que se envolve nesse processo de exploração. Então se ele tem todo esse poder, tem toda essa organização, é justo e importante que também assumam as responsabilidades, os prejuízos que muitas vezes ficam nessas comunidades. Igual Salinas, por exemplo, está começando a vivenciar tudo isso, mas eu imagino que outros municípios que já houve uma exploração mais intensa desse minério já deve estar, vem vivenciando aí as consequências no que diz respeito a essa desigualdade social e a pobreza que se agrava. **Karine de Amorim:** Na verdade é só uma sugestão, porque para nós que somos da área de humanas é bem difícil a gente encontrar materialidade quando se trata de números. E aí eu ia propor uma sugestão para a comissão de orçamento, como a maioria do orçamento são janelas orçamentárias, a gente poderia fazer um comparativo, entre aspas, “grande”, dos dois últimos anos, porque sempre são janelas. Qual foi o aporte que a SEDESE conseguiu, por exemplo, em 2022 e qual o aporte que ela conseguiu até hoje na data que a gente está falando do orçamento em 2023? Porque aí a gente vai conseguir, os conselheiros vão conseguir visualizar o somatório em espécie e o quanto a SEDESE trabalhou para que isso ampliasse ou não, e aí a gente vai conseguir analisar um pouco melhor. É só uma sugestão. **Gabriele Sabrina:** Karine, muito importante isso que você falou, e aí conversa muito com o que a Grazi está tentando esclarecer aqui. Eu acho que eu não fiz essa introdução, o que chegou para a gente? Chegou o descritivo qualitativo das ações, chegou o PPAG, mas só que está ali posto nas fichas, não chegou meta orçamentária ou financeira. Então a gente até discute um pouco das metas físicas e

se dá para a gente começar essa análise, mas o que a gente pensar que hoje de inclusão do qualitativo, na hora da análise da LOA a gente precisa materializar isso no orçamento. Então aí eu acho que quando a gente for trazer FEAS, eu não sei se vai ser no próximo mês, depende do prazo lá da SEPLAG, quando for trazer a LOA para apreciação, aí seguir esse encaminhamento da Karine de trazer um comparativo de pelos menos dos dois últimos anos anteriores, do valor aportado e executado no orçamento. **Elder Carlos Gabrich:** Secretaria executiva, pode até registrar o encaminhamento para não se perder. Vocês querem que repita? Gabi, você repete o encaminhamento, por favor? **Gabriele Sabrina:** Na discussão da LOA, além da apresentação do orçamento 2024, trazer um resgate do orçamento 2022, 2023. **Úrsula Cristina Ângela Coelho:** Na verdade é só uma sugestão aqui a respeito do que a colega, eu não sei muito ainda os nomes, a colega falou sobre a ampliação de recursos, aperfeiçoamento. Porque no texto da inclusão de diretrizes fala aqui sobre ampliação dos recursos para redução das desigualdades, e embaixo fala ampliação de recurso, aperfeiçoamento das equipes. A entender, e colocar entendido, na verdade, essa ampliação de recursos é para esse aperfeiçoamento das equipes? É para os projetos e serviços? Está ligado à ampliação de recursos para a desigualdade? É isso que eu gostaria, uma sugestão para que melhorasse a redação. **Elder Carlos Gabrich:** Já quer corrigir aí agora? Só coloca como é que ficou. Tem inscrição na frente, Roberta. Agora é Jorgiane, depois Roberta. Quem pediu? Gabi. Não, desculpa, é Solimar primeiro. É Solimar, Jorgiane, Roberta, Gabi vai querer também? Solimar. **Solimar Assis:** É só para esclarecer. A questão do PMDI. Ontem a gente conversou muito, gastamos muito tempo sobre essa discussão, só para explicar para vocês. O PMDI é o único estado que tem previsão legal de fazer o PMDI, que é um planejamento estratégico de longo prazo. Empresas, normalmente eles fazem um planejamento estratégico que é um direcionador de onde se quer chegar. Então no estado de Minas Gerais a gente tem os instrumentos de planejamento, o primeiro deles é o PMDI, que é um planejamento de longo prazo. Ele foi elaborado lá em 2019, a vigência dele é de 2019 até 2030. Eu vou, se me permitirem, eu vou colocar o link no grupo do CEAS, é um documento que está disponível na página da SEPLAG. Ele é uma lei, ele foi aprovado pela assembleia, por isso ele não é passível de alteração. Porque aí, só para exemplificar, no documento ele tem catorze áreas, ele está organizado por catorze áreas. São catorze áreas que são consideradas saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento social, fazenda, tem uma organização dessas catorze áreas, são nove áreas finalísticas e cinco áreas meio, que são suporte às outras áreas. Essas diretrizes elas são elaboradas de formas bem consolidadas. Então lá tem desenvolvimento social, a gente tem toda a parte, tem emprego,

tem a questão da assistência social, é muito amplo. Então entendam, nesse momento, são diretrizes macro, bem para direcionar, vai fazer um direcionamento onde o governo vai chegar até 2030. A materialização, o próximo instrumento de planejamento, os instrumentos de planejamento que são considerados do estado que é o PMDI que é o planejamento de longo prazo, depois a gente vem com o instrumento que é o PPAG, que é de quatro anos e ele é revisto anualmente. Esse ano a gente, e a lei orçamentária que é anual. Então a gente tem esses instrumentos de planejamento que são previstos no estado. O PMDI, só reforçando, ele é um direcionador. Onde que você vai materializar? No PPAG. Então o PPAG que a gente consegue fazer essas especificidades de cada área. Por exemplo, lá na SEDESE a parte de emprego ele está materializando as diretrizes, as informações, as justificativas, os programas dele na área de emprego. A assistência social está trabalhando no que a gente está apresentando aqui. E a LOA, que é o instrumento de planejamento onde tem o recurso e as metas físicas, é também um desdobramento do PPAG. Então você tem longo prazo que a gente tem até 2030, médio prazo, quatro anos, que é o PPAG, mas com possibilidade de revisão anual, que isso é um ganho de Minas Gerais, que não são todos os estados que têm. Então a gente pode fazer essa revisão e a lei anual, o orçamento anual que materializa, traz mais perto, assim, o seu horizonte, eu tenho isso aqui de dinheiro e vou fazer isso. Então esses são os instrumentos de planejamento. Como a gente para fazer um vínculo optou-se por aqueles quatro campos que estão travados, que são vinculados ao PMDI, ele é só para fazer esse link. Então assim, a gente tem lá em 2019, foi no início que estava chegando todo o governo, quem que faz isso, gente? Foi, inclusive, têm pessoas estratégicas, com conhecimento de planejamento estratégico, a fundação João Pinheiro conduziu conosco esse processo. Então envolve secretários, superintendentes, sub secretários, na formulação desse documento. Então ele não sai da cabeça de uma única pessoa, tiveram, aproximadamente, quinhentas pessoas envolvidas até chegar nesse plano. Então é só para vocês entenderem que ali são orientações gerais e não precisam estar refletivos aqui. Aquelas quatro pontos eles estão ali para serem os direcionadores e fazer o vínculo. Como também vocês podem ter percebido que tem ali ODS, você coloca quais são os indicadores do ODS que o programa contribui. Então é somente um direcionador, só isso que eu queria esclarecer. Desculpa ter me alongado. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Solimar. Os esclarecimentos são muito importante para todos os conselheiros e conselheiras. Agora a Jorgiane, depois Gabi Loiola, depois Mariana e Iara. E eu ia sugerir que a gente tentasse focar na apresentação da comissão para a gente conseguir chegar até o final do documento. **Jorgiane Suelen de Souza:** Bom dia a todos. Eu só gostaria de falar

duas questões que eu acho que é bem importante. Primeiramente falar assim, acho que esse momento que agora está sendo construído, as pontuações que a Grazi coloca, que a Gabi coloca, que vocês estão ponto aí em relação a algumas ações, são extremamente necessárias. A CIB foi pautada dessa forma, foi apresentada e nós fomos incluindo questões que podem ser discutidas e ampliadas dentro do orçamento. Existe uma dúvida ainda em como esse orçamento vai ser efetivado, que inclusive a Karine coloca ali muito bem das janelas orçamentárias. Mas planejamento é isso, é nos mostrar qual é o caminho que nós queremos seguir, aonde nós queremos chegar e fazer e se concretizar depois. Então aqui nós estamos pautando o que vai acontecer nesses próximos, agora, quatro anos, para a gente poder executar e correr atrás disso, então é extremamente necessário. Desigualdades, eu acho que foi muito discutido isso, todo investimento que nós estamos trabalhando aqui dentro, que vai para a proteção social básica, vai para a média e alta complexidade, vai fazer um trabalho direcionado aos nossos usuários, como está a lógica no fortalecimento do SUAS, terá impacto na redução da desigualdade. A gente até perpassa em algumas situações que não são totalmente da política da assistência social, como foi citado, como inclusão social produtiva, outras demandas, mas são políticas da assistência e de outras áreas, como a política do trabalho, que elas não se separam. Por quê? Para haver emancipação, garantia de direito, prevenção, uma coisa se complementa e exige a outra. É lógico que o recurso que nós estamos votando agora é pelo SUAS, mas é importante a gente falar que esses perpasses eles são essenciais para o nosso usuário, está bom? Obrigada, viu?

Elder Carlos Gabrich: Gabi Loiola, depois Mariana e Lara, e a minha sugestão é que a gente depois volte para a apresentação. Gabi Loiola.

Mariana Resende Franco: É porque eu acho que a Gabi trouxe uma provocação e eu achei muito pertinente com o que a gente já estava falando, que é o seguinte, o que eu estou entendendo é, Gabi, sua pergunta seria como reverter o que o desenvolvimento econômico está trazendo para a assistência social. Porque tem um impacto no desenvolvimento econômico na região, acho que é isso que você está falando. E eu acho que tem muito a ver com o que a gente está falando aqui de quando a gente está concentrando nossos esforços na alteração da legislação que vincula recursos para a assistência social. Qual é a maior dificuldade da assistência social hoje? Captação de recursos. Como a gente consegue fazer isso de forma concreta e segura? Por meio de legislação. O que eu quero dizer com isso? Sugestão para o estado, para os municípios, que eu acho que é um processo a ser construído. O município de Salinas, a partir do momento que ele começa a ter uma receita ampliada e essa receita está vindo da exploração econômica da mineração do município, o município pode construir junto à câmara municipal,

poder executivo, um percentual de destinação dessa receita para o FEAS, no caso fundo municipal. No estado, por analogia aí da mesma forma. Então eu estou tentando trazer uma ideia, uma proposta, porque eu acho que você trouxe assim: como fazer? Como construir um caminho? Porque via aumentar a demanda dos serviços da assistência, vai criar um passivo social no município. Por isso vai demandar maior investimento, então é no sentido de contribuir, não só com o município, mas também para o estado. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Mariana. Gabi Loiola e Iara. **Gabriela Loiola:** Aí pensando no que a Mariana colocou, na última conferência, em Salinas, foi definido, como diretriz para o município, que seja destinado um percentual dos royalties, para a assistência social diante dessa exploração do minério, que eu penso que contempla o que você tem falado. E aí eu penso que agora o estado precisa fazer o papel dele nesse sentido. Eu fiquei me perguntando aqui no item dez sobre os objetivos do programa, a gente fala de reduzir as vulnerabilidades, promover o.... inaudível. **Gabriela Loiola:** Na pauta. Vocês me desculpem. Lá nas causas, nos fatores que contribuem para a ocorrência do problema, a gente mencionou essa especificidade de Minas que diz respeito à exploração do minério de ferro, e não só do minério de ferro, mas de outros minérios. Porque eu acho que vai retratar uma especificidade grotesca a respeito de tudo que acontece nas consequências desse desenvolvimento econômico. Porque há, vem um agravamento da questão social, Salinas, por exemplo, deve mudar as suas características específicas, inclusive no que diz respeito à sua convivência, as suas relações humanas. Tendo em vista o número de pessoas que vêm chegando no município, o crescimento que tudo isso vai trazer e de outras consequências. Então essa é a minha sugestão. **Elder Carlos Gabrich:** Acho que a gente pode até falar exploração ambiental, Gabi, ao invés de falar só de minério, exploração ambiental como um todo. Iara. **Gabriela Loiola:** Eu acho que a gente poderia falar o minério, que a gente vai falar de Minas, sobretudo o minério, a exploração do meio ambiente com ênfase no minério. **Iara da Costa Nogueira Reis:** Eu fui contemplada e esclarecida nas falas anteriores, só a Gabriele agora seguir na sua apresentação. Na hora que chegar nas metas físicas, você esclarecer para a gente como que chegou nesses números, por favor. **Elder Carlos Gabrich:** Ok. Então vamos retomar a apresentação da comissão de orçamento. Pode retomar, Gabi. A causa, exploração ambiental, sobretudo do minério de ferro. Enquanto a Gabi está corrigindo, a Karine pediu uma fala. **Karine de Amorim:** Na verdade eu só queria propor para a gente pensar junto. Lá em Sabinópolis nós temos uma mineradora, até esqueci o nome dela. Essas mineradoras geralmente elas fazem um alto investimento local. Aí a gente tem lá em Conceição do Mato dentro da Anglo Gold. O que eu penso que a gente poderia acrescentar

nessa proposta da Gabriela é fazer uma análise macro, no sentido de estado. Quais são as cidades que têm essa exploração de médio e grande porte, porque a gente lembra muito da Vale, mas a Vale tem N subsidiárias, e essas subsidiárias que estão no local. E vê dentro do plano de mineração de Minas Gerais, que acho que tem um próprio que o estado analisa isso no estado de Minas, quais são os investimentos que essas mineradoras fazem local, porque elas fazem, elas têm, boa parte dos impostos delas são lá do município, e aí o município que vai tratar. Então tem muito aí dessa questão das desigualdades que é consequência da mineração, o que os municípios estão trabalhando? Isso também vale para o COGEMAS, o COGEMAS precisa fazer mapeamento de quais cidades mineiras têm as subsidiárias de mineradora, porque isso não é só a nível de estado, e a gente não vai dialogar só com a SEDESE, a gente tem que ver as outras áreas daqui do estado. **Elder Carlos Gabrich:** Eu só ia propor que a comissão termine a apresentação, pelo menos da ficha do programa, aí a gente faz. E aí depois na próxima ela faz a apresentação da ação toda e aí a gente se inscreve, faz as inscrições de uma vez para não ficar parando. Mas tem que colocar a inclusão da Karine. Então o programa encerrou. Pelo que você disse, eu pensei que poderia ser uma ação do PEAS, deu mais essa impressão. Gabi. Só repassando o encaminhamento da Karine, e depois Gabi. **Karine de Amorim:** A gente só precisa saber onde estão essas mineradoras, gente, porque quem vai fazer o investimento é o município, é local, não tem como a gente dar uma diretriz orçamentária de um recurso que ele é local. Vem uma parte do estado? Vem, mas o município que vai dizer qual a melhor área que ele vai investir, não é o CEAS, eu entendo. Aqui cabe sugestões. Do CEAS, é, assim, principalmente para o COGEMAS, tá? A gente delibera aqui. **Elder Carlos Gabrich:** Mas aí o seu encaminhamento seria que fosse realizado um levantamento de quais atividades, quais municípios têm atividade mineradora e quais são as ações desses empreendimentos nesses municípios. Eu acho que faz mais sentido, eu imagino que a SEMAD tenha isso, eu acho que faz sentido solicitar à SEDESE que solicite à SEMAD a apresentação desses materiais para que a gente possa trazer, nem seria uma ação do PEAS, falei isso, mas não seria nesse sentido. É isso, Karine? Karine, seria isso mesmo então? O encaminhamento seria solicitar aos... **Interlocutor não identificado:** Karine, isso fortalece tanto o município, porque me dá força para ir mineradora, a deliberação do CEAS. **Elder Carlos Gabrich:** Vamos só anotar o encaminhamento para a gente não perder. O levantamento dos municípios que possuem atividade mineradora e as ações de mitigação desses impactos realizadas pelos empreendedores. Imagino que a SEMAD deve ter isso. E aí o que eu tinha entendido também é que pensar em alguma ação do PEAS para atendimento desses

municípios. Ótimo, ótima ideia. **Karine de Amorim:** Eu só queria acrescentar nessa parte aí da mineradora a questão do lítio. Hoje o Vale do Jequitinhonha está sendo conhecido como vale do lítio. E faz um dano à saúde enorme. Então seria interessante a gente colocar o lítio também porque é um... **Elder Carlos Gabrich:** Sim, está registrado ali. E também pensar em ações no PEAS para fortalecerem os conselhos municipais desses municípios, para que eles consigam realizar ações sócio assistenciais que atendam à população. Ok. Comissão de orçamento, então o programa encerrou. Acho que a Gabi tem mais uma consideração? Depois que a Gabi fizer, eu só queria perguntar aos demais coordenadores se eles têm considerações sobre a ficha do programa, que aí se não tiver a gente passa para a próxima ação. **Gabriela Loiola:** Na verdade é uma dúvida, pensando no que a Karine trouxe, eu fiquei refletindo se os municípios têm dimensão de direitos, não sei, que eles podem ter diante dessa exploração junto com essas empresas e tudo mais. Se não tiver, qual que é o papel da SEDESE, do CEAS, para falar como dialogar: “Olha, no diálogo com as empresas, isso, isso e isso está previsto em lei. Então a empresa ela precisa cumprir isso, isso e isso. Como que está o andamento dessas questões?”. Para garantir que esse impacto seja menor. Eu penso que nós deveríamos colocar isso aí também dentro das estratégias, como esse diálogo de forma mais específica para os municípios que têm sofrido esses impactos ambientais, especialmente dentro da exploração de minério. **Lucas Estevão Ribeiro:** Eu discordo que seja uma atribuição do estado, isso aí é papel das procuradorias dos municípios. São os procuradores, o próprio Ministério Público que é órgão para poder garantir o impacto ambiental e assim por diante. Então isso aí é uma responsabilidade de outras instituições e não do estado enquanto SEDESE. **Karine de Amorim:** Eu só vou reiterar, gente, porque nós estamos falando coisas a nível de estado, quando a gente está falando de mineradora tem o impacto que é analisado pela secretaria de estado, mas tem um impacto local que tem vários atores. O que eu estou propondo é que o CEAS, junto com a SEDESE, saibam onde estão essas mineradoras e quais esses impactos lá. Eu não sei se compete estar nessa linha, mas a gente precisa saber onde. E que essa informação junto com o CEAS de COGEMAS, o COGEMAS tenha insumos para orientar os gestores municipais informando: “Olha, você tem um empreendimento de minério ou de lítio, ou qualquer outro de grande impacto, quais são os investimentos que esse empreendimento está fazendo no local. Porque isso está em lei, ou deveria estar em lei municipal. É isso que eu estou tentando dizer. **Graziele Vieira:** Eu acho que cabe a gente tencionar, se é possível a gente colocar nesse documento, eu acho que cabe a gente tencionar. Mas o Elder comentou de fazer o encaminhamento para um órgão. **Elder Carlos Gabrich:** Secretaria de

Meio Ambiente. Acho que eles têm. **Graziele Vieira:** E aí, Karine, a gente pode fazer o encaminhamento também de solicitar essa informação para? **Elder Carlos Gabrich:** Secretaria de Meio Ambiente, o Silvestre também lembrou que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico talvez tenha essas informações. **Graziele Vieira:** É, pedir à secretaria executiva para poder fazer esse encaminhamento. Eu acho que tem que tencionar sim, se cabe acho que tem eu tencionar, mas também fazer esse encaminhamento que a Karine solicitou. **Elder Carlos Gabrich:** Aí só esclarecendo, gente, que a gente vai solicitar às secretarias que apresentem os dados, não seria nem o CEAS nem a SEDESE que faziam esse levantamento, porque os impactos ambientais são dessas áreas. **Karine de Amorim:** Mas se caso essas secretarias não tenham, seriam interessante a SEDESE começar a fazer essa base de onde estão essas mineradoras. **Marilene:** Marilene, FETAEMG. Bom, gente, eu não ia nem falar não, mas eu fico muito provocada. E dizer o seguinte, se a gente quer realmente ajudar o processo nos municípios da questão da assistência social e todos os prejuízos que têm é nos municípios com mineração, a gente precisa voltar aquele debate da lei de barragem. Que eu acho que ali já é um canal que a gente entraria para trazer isso para o CEAS de forma que a gente pudesse atuar dentro disso. Porque como que a gente cobra isso do município? Isso que a gente está falando aqui é bom, sempre é bom trazer para o espaço, trazer para os espaços o debate, a reflexão sobre mineração. Mas na verdade isso não vai influenciar em nada, até porque mineração quando chega nos municípios é a galinha dos ovos de ouro dos prefeitos que, todo mundo sabe, é a política de mineração no Brasil colônia, como é que é, é exploração por exploração, e riqueza vai embora, não fica nada aqui. Nós temos município que nem o município recebe praticamente nada, e a gente roda e cai no mesmo lugar. É importante? É, mas a gente precisa ter uma lei de barragem e tramitação, que a gente já começou dialogar aqui, porque que o CEAS é tão importante na questão das barragens hidro, hidroelétricas. Então a gente precisa trazer isso porque o CEAS é do tamanho que é, é onde sim a gente poderia interferir nessa questão lá na ponta. E segundo, a gente vai só cair na mesma situação, a Vale matou mais de duzentas pessoas e o governo Zema, no período eleitoral, distribuiu cesta básica em todos os municípios através daquele recurso que a Vale repassou. A gente só vai rodar e cair na mesma situação. Se a gente quer realmente interferir, é preciso atender que a gente já tem um canal que de fato force e provoque. É isso. A sugestão não é para esse debate agora, eu só fiz uma reflexão do que a gente está trazendo que não... Sim, uai, a gente voltar àquela discussão lá do plano de barragens que está tramitando e o que a gente enquanto CEAS pode fazer para trazer isso para cá. Que eu acho que é o lugar certo para a gente poder interferir nisso.

Elder Carlos Gabrich: Eu acho que não tem mais inscrições, eu ia sugerir para a gente passar para a próxima ficha da primeira ação. E aí demais coordenadores de comissão, algum ponto sobre a primeira ficha do programa? Se não tiver a gente já pode passar. Ok, então vamos para a próxima. **Gabriele Sabrina:** Eu vou pedir, gente, para a gente tentar focar as discussões nessa matéria que a gente está tratando. Nós vamos falar das fichas aqui que abrangem temas de todo o SUAS. Então a gente tentar focar na ficha que a gente está tratando para que esses encaminhamentos se materializem. Senão a gente às vezes vai para outras discussões e a gente não consegue fazer essas melhorias no descritivo do PPAG. Então na ficha da ação de proteção social especial de alta complexidade. A comissão sugere no campo 10 de descrição da ação que seja incluída a palavra ampliação. Porque a finalidade da ação também é expandir a cobertura, então a gente pede a palavra ampliação no início do campo dez. com relação ao quadro de metas da ação, até a lara pediu para que a gente agora quando for falar das ações rememore o que está sendo planejado de meta física. Então para essa ação foi um apontamento da comissão, a ação vem com a meta cinquenta e seis para todos os anos, 2024, 2025, 2026 e 2027. Esses cinquenta e seis a memória dele é, já são as parcerias que o estado tem para oferta de acolhimento institucional para os egressos da extinta FEBEM e parcerias e repasse fundo a fundo para residências inclusivas. Então são vinte e oito parcerias que abrangem 43 unidades, mas três unidades de residência inclusiva de termo de aceite fundo a fundo. Então treze mais quarenta e três cinquenta e seis, essa é a memória da meta, mas a comissão discutiu e recomenda que como a meta física foi mantida para os próximos quatro anos, e a ação tem na finalidade expandir e ampliar a cobertura, a comissão recomenda que nas revisões anuais do PPAG haja atualização com ampliação da meta física proposta e não a manutenção da mesma meta. Com relação ao campo dezesseis, que é do detalhamento da implementação, a comissão incluiu no texto, propõe para incluir o apoio técnico, monitoramento e assessoramento. As ações sócio assistenciais nas situações de emergência ou calamidade pública, porque na descrição da ação está falando de todos os serviços de alta, cita esse serviço, mas não tinha nada no detalhamento da implementação. E a gente pede para incluir entre as ações a serem implementadas rever e executar o plano de regionalização. Então na alta complexidade, resumindo, a discussão foi essa. **Elder Carlos Gabrich:** Coordenadores de comissão, tem mais algum ponto sobre essa ação? Porque aí depois eu abro para os conselheiros e conselheiras em geral. Então coordenadores, sobre a ação proteção especial de média complexidade, algum ponto das respectivas comissões? Só os coordenadores, por enquanto. Gente, só os coordenadores, eu vou abrir para as falas em

geral, por ficar tranquilo. Ok, então agora inscrições. Gente, atenção, primeiro eu estou perguntando para os coordenadores e depois vou abrir para as falas em geral, então podem ficar tranquilos com relação a isso. Então, coordenadores, nenhum. Agora vamos abrir para as falas em geral. Quem pede inscrição para essa ação? Rodrigo, Gabi Loiola, Lucas, Wellington, Rodrigo, Gabi Loiola, Wellington, quem mais? Grazi, você pediu também? Então, Wellington, pode falar de uma vez. Wellington, os coordenadores falam antes. É porque a gente já vê tudo. Você não tem nenhum? Rodrigo, por favor. **Rodrigo dos Santos França:** Pode ir, meu presidente? Então, nessa proposta aí só queria reforçar que tanto eu como a Dona Maria Baião nós estivemos fazendo conferência no município e o município ele inaugurou um CREAS. Então mais uma vez eu queria chamar atenção para esse pleno, o município está arcando, o município porte um, IDH 0,6, município pobre, mas organizado. Então assim, é necessário a gente estar atento com esse plano de regionalização, porque tem município pagando do próprio bolso as mazelas da sociedade que não é só ali local. Então assim, a gente tem que tocar, tentar tocar o mais rápido possível aí, tentar priorizar esse plano de regionalização aí para a gente tentar enfrentar as diversas violências aí no interior. Obrigado. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Rodrigo. Agora Gabi Loiola. Aí depois vai ser Lucas, ou Wellington, ou Mariana. **Gabriela Loiola:** Gente, eu estou pensando aqui da discussão da alta complexidade. E aí pensando na descrição aqui do objeto, uma coisa que me incomoda muito, a gente sempre está falando sobre a questão do atendimento a mulheres. E aí a gente não traz aqui a questão do atendimento a mulheres vítima de violência. Então eu penso que a gente poderia pensar em alguma coisa nessa descrição do público, do objeto da ação. Outra coisa que eu gostaria de pensar, de refletir aqui com vocês era a respeito do público alto. Que a gente fala de famílias, indivíduos, eu penso que esse é o objeto final, mas a gente não deveria contemplar municípios e territórios, porque eu acho que no final das contas é onde que o estado vai fazer os investimentos de forma mais direta. A princípio é isso, porque eu ainda estou avaliando aqui, daqui a pouco faço novas inscrições. **Gabriele Sabrina:** Posso esclarecer esse ponto primeiro? **Elder Carlos Gabrich:** Pode. **Gabriele Sabrina:** Na comissão isso também veio como sugestão, mas aí a gente explicou que essa ação, como eu falei da meta física, tem parceria direta com vinte e oito unidades de acolhimento que acolhem, das APAES e outras residências inclusivas que acolhem os extintos da antiga FEBEM. Então tem parceria direta com entidade e repasse fundo a fundo a município que repassa à entidade. Por isso que a meta ficou mais finalística unidade atendida, porque o repasse é direto para a parceria da unidade, não para o município. Não, o estado ele tem parceria direta com vinte e oito unidades de acolhimento,

organização e sociedade civil. Vou pedir para o Cristiano explicar só essa. **Cristiano:** Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Sou Cristiano, respondo pela Superintendência de Proteção Social Especial. Sobre a meta física, é o que a Gabi falou, a meta física que está no PPAG corresponde às unidades de acolhimento que o estado financia. E aí esse financiamento é financiamento e cofinanciamento, o financiamento é essa rede de unidades de acolhimento para os egressos da extinta FEBEM, que é o número que a Gabi falou, acho que são vinte e oito, não é, Gabi? Eu não lembro o número. São vinte e oito unidades que são financiadas com recursos do estado desde os anos noventa para acolhimento de pessoas com deficiência egressas da extinta FEBEM. Mais as treze residências inclusivas, que é também acolhimento para pessoas com deficiência do termo de aceite com o governo federal de 2013. Então por isso que a meta física é cinquenta e seis, por causa disso, porque é a unidade. A gente não repassa, no caso das unidades de acolhimento, dos egressos da FEBEM, direto para o município, são termos de colaboração. Então por isso que a gente colocou como meta física a unidade porque são unidades cofinanciadas então por isso desse número cinquenta e seis. E o outro ponto, acho que a Gabi colocou, de incluir, acho que no objeto, mulheres vítimas de violência. Foi isso, Gabi, que você falou? Na descrição do objeto tem vários públicos aí, tem inclusive emergência e calamidade, mas assim, eu acho que não vejo problema de colocar também mulheres vítimas de violência apesar de não ser aqui na meta física. Mas como a gente está pensando em ampliar a ação também, como vocês sugeriram, eu acho que não vejo problema em colocar não. Na verdade têm vários outros públicos dentro da alta complexidade, mas aí, por isso que está de modo geral lá no público alvo, famílias e indivíduos, porque são vários públicos. **Elder Carlos Gabrich:** Vamos até combinar, esses esclarecimentos acho que faz mais sentido deixar a pessoa fazer todo o esclarecimento, porque aí é informação para todos os conselheiros. Pode continuar, Cris, depois tem Lucas, Grazi e Gabi Loiola. Desculpa. **Cristiano:** Sobre os CREAS, eu acho que tem que chegar na média, que aí os CREAS, que foi citado essa reunião, cadê? **Elder Carlos Gabrich:** Nós estamos na ação da alta complexidade. **Cristiano:** É. Aí é só na hora que chegar na média, a questão do CREAS municipal, da reunião com a Baião, aí na hora que vai chegar na média a gente fala dos CREAS, porque ação da alta aí não entra os CREAS, tá? Apesar de estar plano de regionalização ali, porque o plano de regionalização de 2015 ele previa alta complexidade também, mas os CREAS é na média. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Cristiano. Agora a gente tem Lucas, Grazi e Gabi Loiola. A gente está discutindo a ação proteção social de alta complexidade. Grazi. **Graziele Vieira:** Em algum momento teve uma ação que a gente colocou, e aí a reflexão da Gabi é muito importante porque teve

uma ação que a gente colocou raça, etnia e gênero. Eu lembro que eu até comentei que o plano decenal ele não contempla isso. O SUAS, por mais que a gente fala pessoas em vulnerabilidade a gente sabe que as pessoas em maior vulnerabilidade são mulheres, negras, público LGBTQIAPN+, a gente sabe disso. E é uma questão também que a gente precisa dar nome para essas pessoas, dar materialidade. Então incluir aí também no público alvo, por mais que eu entendo que o Cristiano fala, que fala de modo geral, mas eu acho que a gente precisa dar nome, por dar nome é fazer existir, como fala que a pessoa não existe nem se a gente citar o nome, há essa exclusão. Então a gente precisa colocar, além das mulheres vítimas de violência, raça, etnia, a comunidade LGBTQIAPN+. Então acho que em todos os públicos a gente precisa lembrar disso para a gente poder fazer essas pessoas existirem. Público alvo. **Elder Carlos Gabrich:** Você quer propor o texto, Grazi? Quer que volta lá para já colocar? Ok. **Graziele Vieira:** Acredito também que a gente pode, da comunidade LGBTQIAPNA+. Eu não sei, mas talvez a gente poderia para poder fazer. **Elder Carlos Gabrich:** Não, são coisas diferentes. **Graziele Vieira:** Corrige para a gente aí. Então são diferentes, então precisa colocar. **Elder Carlos Gabrich:** Gênero, gente, basicamente é feminino e masculino e agora tem não binário. Orientação sexual vai entrar lésbica, bi, trans e tal, então não são necessariamente. Por mais que hoje os não binários estão dentro da sigla LGBT, eu acho que é importante colocar gênero também. Pansexual. Vamos, agora tem a Gabi Loiola e a gente tem que fazer a votação das alterações. **Gabriela Loiola:** Pensando no que nós estamos produzindo aqui, pensando eu estou me perguntando aqui se nessa especificação do produto, unidade, conhecimento, parcerizada, cofinanciada para oferta de serviço de acolhimento (trecho incompreensível) para pessoas com deficiência. A gente não teria que deixar explícito aqui crianças e adolescentes, mulheres, qual que é a proposta que eu estou apresentando. E nesse sentido eu fico me perguntando se as metas elas não vão alterar. Porque tendo em vista que a proposta da meta aqui era diante do que já existia, se ela não passa a mudar, ou não existiam, ou que se pretendia. Aí agora é uma pergunta para vocês. **Solimar Assis:** Posso responder sobre a meta? A questão da meta? **Elder Carlos Gabrich:** Pode, por favor, Solimar. **Solimar Assis:** A meta você tem que ter, precisa do dinheiro, a gente não conhece o dinheiro ainda, a SEDESE não recebeu ainda o dinheiro. Então para especificar a meta, hoje é uma meta proposta, pode ser que consiga aumentar ou diminuir, não é isso, Roberta? Roberta pode falar. **Roberta:** Gente, só complementando aqui. Roberta, SEDESE, FEAS. Em relação a meta, hoje essa meta ela é a meta que nós temos pactuado, estamos executando hoje. São treze residências inclusivas, cofinanciadas e as parcerias no programa Casa Lar de acolhimento. E isso aí é o que tem

sido executado. Ontem na comissão nós discutimos sobre isso, esclarecemos que a meta, de fato, ela tem que representar o que está sendo financiando. Então por isso o produto ele representa aquilo que está sendo financiado e cofinanciado. E à medida que a gente, e a gente combinou de à medida que a gente for tendo uma ampliação desse recurso, a gente trazendo isso nas revisões anuais do PPAG. Obrigado. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Roberta. Não temos mais inscrições? Eu estava até falando que na ficha do programa a comissão propôs uma série de alterações, a gente não votou. Eu acho que é interessante a gente fazer a ficha, votar se todos concordam com os encaminhamentos e correções, alterações de ficha por ficha. Então vamos fazer a votação dos encaminhamentos do programa que foi a que a gente já acabou. Os conselheiros que concordam com as alterações propostas pela comissão de orçamento e demais conselheiros, por favor, se manifestem. Aprovado por unanimidade. Agora a gente já encerrou também a da proteção especial de alta complexidade, os conselheiros que concordam com as alterações e encaminhamentos, por favor, se manifestem. A lara não está, então só registrando que não foi unanimidade. Vou fazer só um esclarecimento para a lara que chegou, lara a gente está votando agora, a gente termina a ação e vota nos encaminhamentos da ação se todo mundo concorda. Vamos para a próxima, gente. Proteção social de média complexidade, comissão de orçamento continua. Lembrando, comissão e orçamento terminou, as comissões que tiverem algum ponto sobre esta ação, eu peço que o coordenador se manifeste, depois a gente abre para inscrições em geral. **Gabriele Sabrina:** Na proteção social especial de média complexidade, assim como na alta, no campo descrição, campo dez, a gente pede a inclusão da palavra ampliação, e uma pequena alteração textual, substituição do termo equipamentos por unidades, quando a gente está falando das unidades públicas de ofertas do SUAS. Com relação ao campo quinze, quadro de metas da ação, aí foi também o mesmo caso da alta complexidade, nas metas da ação foi mantido o valor de cinquenta e um. Esse cinquenta e um já é o que é executado hoje, são os municípios abrangidos pelos CREAS regionais, os municípios com CREAS municipais cofinanciados e um termo de aceite de Centro Dia de Belo Horizonte. Então essa meta foi mantida para os próximos quatro anos, e aí a comissão faz a mesma provocação que, considerando a finalidade de expansão e ampliação da cobertura, recomenda-se nas revisões anuais do PPAG a atualização com a ampliação da meta física proposta. Com relação ao campo dezesseis, detalhamento da implementação, sugere-se a inclusão do texto, proposição de fluxos e protocolos para qualificação e monitoramento, criação e estratégias de ampliação da cobertura da proteção social especial, especialmente em municípios de pequeno porte. Rever e executar o plano

de regionalização. No campo dezessete da base legal foi feito só uma pequena inclusão, tinha duas resoluções do CEAS citada, sem a ementa, aí a gente só incluiu a ementa dessas resoluções. Então na proteção de média são essas as sugestões de acréscimo na ficha.

Elder Carlos Gabrich: Coordenadores de comissão, tem algum ponto a respeito da ação proteção social especial de média complexidade? Primeiro coordenadores, depois a gente abre geral para as outras pessoas falarem. Ok, não temos. O Cris já pediu inscrição. Quem mais quer falar um pouco sobre essas ação, tem algum ponto, algum encaminhamento? Cristiano, depois Karine.

Cristiano: Só esclarecer, já que a gente entrou na da média complexidade, essa questão da meta física é isso que já foi explicado, a gente colocou a meta física e o produto de acordo com o recurso que a gente tem hoje. Só lembrando das discussões que a gente fez no ano passado, em 2022 que essa meta era bem inferior. E no ano passado a gente teve um salto de mais de 50% da meta prevista no PPAG que estava em vigência, com a ampliação do cofinanciamento para CREAS municipais em municípios de pequeno porte um, que foi aquela alteração das metas do plano de regionalização e também em relação ao (trecho incompreensível) dos CREAS regionais, então por isso que essa meta hoje está em cinquenta e um. Só lembrando que assim, a gente vem falando isso daqui, a gente tem um estudo que foi feito em 2021 sobre o impacto das violações de direito em municípios de pequeno porte um sem cobertura. Que é o diagnóstico estadual da incidência das violações de direito. E que esse diagnóstico apontou para a gente um total de municípios de cerca de 187 municípios com menos de vinte mil habitantes, que não tem cobertura de proteção social de média complexidade. E que tem incidência para a ampliação de CREAS municipais pela incidência que eles têm. Os demais municípios, pela incidência da população ser mais baixa, outras estratégias precisam ser pensadas. Então é isso, Rodrigo, que você cita, municípios de pequeno porte junto com incidência. A gente está prevendo isso tanto no PEAS quanto nos nossos estudos e nos diálogos que a gente tem feito tanto na CIB e principalmente na câmara técnica, e o CEAS compõe essa câmara técnica sobre a cobertura da proteção especial, da necessidade de cofinanciamento tanto para municípios de pequeno porte um implantarem serviços municipais, de CREAS municipais, quanto outras estratégias para municípios com baixa demanda. E aí a gente vem falando muito disso, de consórcios intergovernamentais e a questão dos CREAS regionais também com a revisão do plano para ampliação dessa cobertura. Então isso já está em discussão, e acho que é importante o CEAS continuar participando da câmara técnica porque a gente está discutindo justamente isso, a ampliação da cobertura. E quanto mais força a gente tiver nessa câmara técnica com todos os atores que estão envolvidos, inclusive

o CEAS, a gente vai utilizar isso para brigar pelo recurso, também, no governo do estado para a gente conseguir ampliar muito essa cobertura. Mas a gente já tem um horizonte aí pelo menos de 187 municípios que precisariam de cofinanciamento para implantar CREAS municipais. Obrigado. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Cristiano. Rodrigo, depois Karine, depois Grazi. **Rodrigo dos Santos França:** Então, Cristiano, só para poder repetir o que eu falei na outra ficha, a gente estava lá e teve um exemplo de um abandono do idoso, (trecho incompreensível). Também a gente teve um outro exemplo do abandono de uma criança e adolescente. Então a gente sempre repete que essas situações nesses municípios de pequeno porte elas acontecem, e lá o gestor deu uma puxada na gente: “Olha, quebra o galho, informa para a gente lá, pede um reforço em função de um aporte, de algum recurso para a gente poder fazer a complementação de um CREAS.” Porque muitas vezes, vocês sabem disso, eu estou falando é para todo o pleno, a equipe da proteção social básica ela fica sobrecarregada. A gente lá nos bastidores lá, lá na resenha a gente estava tocando nesses assuntos. Então eles providenciaram concurso público, lançaram essa implantação desse CREAS, mas mesmo assim eles pediram o apoio nosso em função do apoio do estado, claro, mas também do governo federal, viu, Sandra? Nessas expansões aí, viu? Então era isso que eu queria. Obrigado. **Karine de Amorim:** Primeiro eu quero só tirar uma dúvida e depois eu vou fazer a minha fala. Aqui está falando na descrição a inclusão de estratégias de oferta consorciada. Eu queria que alguém explicasse o que seria essa oferta dentro da média complexidade. **Elder Carlos Gabrich:** Você pode explicar, Cristiano? **Karine de Amorim:** Na dez, descrição, porque acaba passando despercebido. **Cristiano:** Na verdade a gente já vem fomentando e apoiando tecnicamente municípios no estado que ofertam serviços de acolhimento por meio de parceria entre municípios, isso já é uma coisa bastante antiga. Algumas dessas parcerias, para a oferta da alta complexidade, inclusive muito precárias, sem instrumentos jurídicos, sem formalização, sem nada. Então quando a gente identifica ou é acionado pelos municípios a gente vem apoiando já há alguns anos, isso já há mais de oito anos, municípios. E a gente vem dando orientação para os municípios, para essas parcerias, que eles formatem essa parceria de forma de consórcio porque juridicamente existe uma legislação bastante robusta em relação a consórcios públicos. Juridicamente é uma estratégia melhor porque você tem responsabilidade e compromissos jurídicos bastante robustos. Isso na alta complexidade, na média complexidade a gente não tem experiências, apesar de que no caso, por exemplo, de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa em meio aberto, a própria lei, que é o SINASE, que é a lei do sistema sócio educativo, ela prevê a possibilidade dos municípios formarem

consórcio para ofertar esse serviço, só que a gente não tem no estado isso. E no caso de CREAS, a gente também não tem nenhuma experiência no estado. Quando a gente fala consórcio geralmente esse assunto é bastante delicado, a gente vem discutindo isso também na câmara técnica. Porque a gente pensa, e eu tenho falado isso em todas as vezes que eu falo sobre consórcio público na média complexidade, ou na alta complexidade, a gente quer fazer uma discussão sobre consórcios intergovernamentais. O consórcio público para oferta, por exemplo, de CREAS, seria um alternativa, e aí seria um consórcio intergovernamental. O consórcio ele tem uma personalidade jurídica de direito público, então não é terceirizar o serviço, ele continua sendo um serviço estatal ofertado por entes estatais que seria o poder público municipal e o poder público estadual. Quando forma um consórcio, o consórcio passa a ser parte da administração indireta de cada um dos entes que compõem o consórcio. E a gente tem pensado essa estratégia do consórcio como alternativa para ampliação da cobertura de CREAS. Mas essa é uma discussão que a gente quer fazer na câmara técnica, que seria uma alternativa, que seria além dos CREAS regionais que a gente já tem executados direto, uma possibilidade da execução de CREAS regionais intergovernamentais, com a participação dos municípios e do estado para oferta desse serviço de média complexidade. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Cristiano. Karine, pode continuar. **Karine de Amorim:** Era uma dúvida, quando falou do consórcio eu automaticamente diz a ligação com a questão dos CREAS regionais. Embora, e eu sou muito crítica a respeito da questão de como é feito o consórcio, embora é uma boa estratégia a nível de estado, eu reconheço isso. Mas eu sempre penso na qualidade daquela oferta quando você deixa só o município fazer isso. Mas o que eu queria colocar nessa proposta aqui do PPAG, eu já tinha dito isso outras vezes quando a gente fala da média complexidade, é nós, pelo menos, sinalizarmos aí a gestão da informação dos CREAS regionais. O que eu quero dizer com isso? A secretaria de educação, e parabéns à secretaria de educação ela tem o sistema de formação, de monitoramento e avaliação sobre os casos de violência no ambiente escolar. É um sistema integrado excelente, ele envolve, do estado, metas e prazos e é toda, é da secretaria de direitos humanos, de outra sub, e ele tem uma conexão com vários serviços locais com prazos. Eu penso que como a gente está falando de CREAS regionais a gente poderia tentar implementar essa ação que eu vejo como positiva na educação, para as escolas do estado, nos CREAS regionais de média, e quem sabe implantar nos municípios. Porque a questão do prazo é excelente, porque ele coloca no sistema quem recebeu a comunicação e aquela, a ponta, ela responde quando recebeu e qual foi a tratativa do caso de violência, e quem está, naquele momento, com aquela

responsabilização. Então é uma rede que tem Ministério Público, as delegacias de proteção, conselho tutelar, secretaria de saúde, educação, assistência social a nível de município. Então eu vou reiterar essa proposta para a gente pelo menos sinalizar que a gente está pensando no sistema integrado que fala sobre a média complexidade a nível de estado. Essa é uma sugestão para estar no plano. **Elder Carlos Gabrich:** O Cristiano e o João querem fazer o esclarecimentos da fala da Karine. **Karine de Amorim:** A minha sugestão é porque a gente está falando de um plano para quatro anos, gente, então tem muita água para rolar nessa ponte. Então a gente pode começar a discutir isso agora. **Cristiano:** Karine, só dois pontos, o João vai completar também. Só o primeiro ponto que você fala do consórcio, só ressaltar isso, tá, gente? Porque o tempo eu estou batendo nessa tecla. Quando a gente trata aqui em todos os documentos que a gente apresenta sobre o consórcio público, nós estamos planejando consórcios públicos intergovernamentais, que significa o estado integrando o consórcio. O estado integrando o consórcio significa ele integrar a gestão do consórcio, fazer compartilhado com os municípios a execução do serviço, que isso já acontece nos nossos CREAS regionais. Os CREAS regionais que a gente executa diretamente hoje, que a gente sempre apresenta aqui, a gestão já é compartilhada. A gente não chega lá no município e oferta o serviço não, ela é feita com o município, tanto que o município tem uma referência técnica. Só que a gente quer evoluir isso para um consórcio, de fato, porque isso dá mais robustez, novamente, não é? Em relação aos instrumentos jurídicos e a própria oferta do serviço. Então isso vai ser feito com muito cuidado, com muito estudo porque isso não é uma coisa simples de fazer, operacionalizar isso não é fácil. E não existe experiência no estado, eu acho que no Brasil, em relação à média complexidade com consórcios intergovernamentais. Existem intermunicipais, mas intergovernamentais não. E o segundo ponto sobre isso, que é importante, a gente esteve no mês passado no Ministério do Desenvolvimento Social conversando lá na Secretaria Nacional de Assistência Social, na Diretoria de Proteção Especial. E o ministério está bem também pensando nessa forma, porque a gente tem outros estados do Brasil com muitos municípios e essa é uma estratégia também que está sendo pensada no ministério em relação a consórcios públicos. Sobre o aspecto que você traz aí, o João vai até completar, mas o que você cita aí a respeito do sistema de formação, é o SIMA. E aí eu já te falo que os CREAS já estão dentro do SIMAS, os CREAS regionais. Então eles já estão lá dentro do SIMA, então sempre que tem notificações, denúncias e todo o fluxo que acontece dentro do sistema, e acho que o João pode falar melhor para todo mundo entender o que é o SIMA. Mas os CREAS já integram o SIMA, já estão lá dentro do SIMA, eles tiveram uma capacitação, inclusive, os quatro CREAS

sobre isso, então eles já estão seguindo tudo que está lá dentro do SIMA nesses fluxos de denúncia, de resposta, então já está lá também. O João deve falar a respeito para os outros CREAS municipais do estado qual que é a previsão também. **Karine de Amorim:** Até o João chegar, eu só gostaria também de colocar para o presidente e o vice-presidente do CEAS, a questão da capacitação de nós conselheiros para o SIMA. Eu já tive a capacitação, mas eu gostaria muito que o conselho do estado tivesse acesso a essa informação para que a gente tenha uma discussão mais qualificada quando a gente for falar sobre gestão de formação e fluxos de trabalho da média complexidade. **João Paulo:** Boa tarde a todas e todos, João Paulo, estou na diretoria de vigilância da SEDESE. Karine, com relação a esse sistema, o SIMA, já é uma demanda antiga, a gente já trabalha há muito tempo, eu estou na SEDESE tem nove anos e desde que eu entrei lá a gente já conversa sobre isso que é um vazio que a gente tem no sistema para registro. Isso no Brasil inteiro porque não tem um sistema federal, e foi pactuado na CIB, 2021, igual a Gabi colocou, então já está pactuado pela CIB a implementação desse sistema do SIMA. O SIMA ele já existe na subsecretaria de direitos humanos, é o SIMA Municípios, que é um, ele está dentro do CERDH que também é todo um sistema de direitos humanos, ele faz parte desse sistema. E aí a educação fez um módulo, que é o SIMA Educação, e nessa mesma perspectiva a gente está construindo, já está em construção o SIMA SUAS. Então a gente vai ter o SIMA Municípios e ele vai estar integrado com o SIMA Educação e com o SIMA SUAS. Vão ter alguns módulos específicos dentro do nosso escopo de atuação do SUAS. Porque o SIMA Municípios ele é específico para os direitos humanos, então ele tem, ele é customizado para as demandas dos direitos humanos. Então assim, a gente já está no processo, a gente começou no final do ano passado esse processo de implementação do SIMA, temos um cronograma, estamos desenvolvendo esse trabalho. A meta é no meio do ano que vem a gente estar com o sistema pronto, assim, de acordo com o nosso cronograma, no meio do ano que vem com o sistema pronto e todos capacitados. E não vai ser só para CREAS municipais, quem vai acessar o sistema, também está previsto, pelo menos inicialmente na nossa avaliação, CRAS e todos os profissionais do CRAS, dos CREAS municipais e têm outros atores da rede também. Porque como você bem colocou, o sistema ele organiza os fluxos e os encaminhamentos internos, então outros profissionais da rede também atuam na situação de violência e vulnerabilidade. Então todos, dentro da sua atribuição de acordo com a NOB, com a tipificação, vão ter atribuições, também, dentro do sistema. Então a forma de organizar esses fluxos, então nós já estamos num processo de implementação, como eu disse. De acordo com o cronograma, até o final desse ano o sistema, a gente prevê ele já pronto, esse módulo

SIMA SUAS. E aí sim capacitar a todos. Acredito que o CEAS, como você colocou, seja importante entrar também como instância de controle social. A gente tem previsto todos os profissionais de nível superior dos CRAS e dos CRAS. **Karine de Amorim:** Só esclarecendo, eu tive acesso ao SIMAS Educação. Na verdade ela é toda baseada nos direitos humanos e violação em direitos humanos. Enfim, eu tive acesso a esse módulo, está bom? **Elder Carlos Gabrich:** Está ótimo. Agora a gente tem inscrito Grazi, Jorgiane e Lucas, são 11:50. Eu ia sugerir que a gente fechasse as inscrições, fizesse a votação desta ação, aí a gente só dá posse para o conselheiro Leandro, que já está aqui e vai para o almoço, se vocês concordarem. Então, Grazi, por favor. **Graziele Vieira:** Só reforçar que o Cristiano trouxe para a gente, a Gabriela já falou, da SEDESE, já falou dessa questão que foi uma demanda da comissão a ampliação dessa meta, e o Cristiano coloca que 187 municípios estão desprotegidos pela proteção especial. Então reforçar e chamar a atenção dos nossos colegas que 187 municípios estão desprotegidos. E dentro dessa meta física aqui colocada pelo governo a gente vai ampliar a desproteção, e não ampliar o acesso e a garantia de direitos. Então só fazer esse reforço. E aí também pedir aos colegas em relação a essa, eu não sei, Elder, se a gente poderia colocar essa votação, deixar para depois do almoço, dessa ação, sabe por quê? Porque eu gostaria de lembrar aos colegas que eles fizeram um esforço, a Lindinha não está aqui mais, mas Felipe participou e Carla também participou de uma ação que o CEAS fez de avaliação dos CREAS regionais. Então eu acho que deve contemplar, eu até chamei atenção isso na comissão, eu acho que deve contemplar a fala desses colegas e o que foi identificado nessa ação. Então eu queria convidar a Carla e o Felipe que estão presentes para também lembrar, rememorar aquilo que foi avaliado nessas visitas para a gente contemplar e garantir a escuta naquele momento em relação à média complexidade. **Elder Carlos Gabrich:** Agora é a Jorgiane, Lucas. Então a proposta é que a gente não faça a votação no almoço, então eu vou fechar a inscrição na Mariana. Pode responder então, Mariana. **Mariana Resende Franco:** Lucas, na nossa comissão de normas ontem, acho que o que ela está falando é da meta física. Na comissão de normas a gente sugeriu a atualizar a meta física colocando da seguinte forma, lógico que isso tudo é sujeito à deliberação posterior, inclusive pactuação na CIB, porque a gente não vai fazer ampliação de CREAS sem passar pela CIB. A proposta que saiu da comissão de normas, que está na súmula, e a secretaria executiva tem a súmula, é de que a meta de duzentos e quatro municípios, que é a quantidade de municípios que não, de municípios de pequeno porte um, que não tem cofinanciamento do estado. Que essa meta de 204 ela seja diluída, só que ontem a gente ficou na seguinte discussão que eu falei que isso vai ter que passar pela CIB. Hoje a gente

tem o valor de oito mil reais, a proposta que a gente trabalha dentro da superintendência do Cristiano, é de aumentar para dez mil reais e para os 204 municípios além dos que já têm. Como que a gente vai colocar isso no PPAG? Seria dividindo as metas nos quatro anos, e obviamente a gente fazendo a captação do recurso para isso. **Lucas Estevão Ribeiro:** Continuando, então. Então a meta física, a meta física que a gente está propondo é no seguinte sentido, priorizando a qualidade do serviço e não a quantidade de cobertura, que foi algo que a gente discutiu, a meta física de 2024 seriam os mesmos cinquenta e um que são propostos, que são aqueles dezessete mais os que estão implementando os CREAS municipais, que o CEAS deliberou que a SEDESE tem que acompanhar. Então seria cinquenta e um. Para o ano de 2025 seriam inclusos mais trinta municípios daquela listagem de 187. No ano de 2026 seriam inclusos mais trinta municípios dos 187 e em 2027 mais trinta desses municípios, priorizando-se justamente a qualidade do serviço que é o aumento do repasse do recurso que aqueles oito mil que a gente discutiu que ele não é suficiente para poder garantir uma qualidade do serviço. Ou seja, a gente ampliaria gradativamente a cobertura, garantindo-se a qualidade do serviço que, em tese, é justificada pelo maior aporte de recursos nesses municípios. **Jorgiane Suelen de Souza:** Primeiro eu queria fazer uma pergunta em relação a isso antes de me pronunciar. Eu tinha entendido, pelo que está na meta física, e aí vocês me corrijam se eu estiver errada, que em 2024 haverá um aumento de cinquenta e um, em 2025 mais cinquenta mais cinquenta e um, em 2026 mais cinquenta e um e 2027 mais cinquenta e um. E aí eu vou falar novamente isso porque a gente aprovou isso acho que em CIB, eu vou voltar isso para a SEDESE também que eu acho que é interessante a gente discutir. Porque foi apresentado lá que vai ser uma cobertura para 187 municípios e dezessete CREAS não financiados. O que somando os quatro dá duzentos e quatro. É isso mesmo, não é? Então na verdade não está havendo uma desproteção, porque vai haver a cada ano um aumento de cinquenta e um. Mas é isso que aqui vem, é isso que eu gostaria de explicação. **Elder Carlos Gabrich:** Gente, atenção senão a gente não vai conseguir ouvir todo mundo. O próximo inscrito é o Cristiano. **Jorgiane Suelen de Souza:** Mas eu não, eu só fiz uma pergunta, eu quero uma orientação primeiro para depois me falar. **Elder Carlos Gabrich:** Atenção que a gente está quase terminando a parte da manhã. Cristiano é o próximo inscrito e aí depois dele, o que foi sugerido pela Grazi é que a gente pare a discussão e continue à tarde para que tenham mais manifestações. Mas vai ter a posse só conselheiro. **Cristiano:** Teve uma coincidência matemática aí, viu? Matemática não, de números. Só para esclarecer, Jorgiane, essa meta de cinquenta e um que está aí ela está se repetindo, todos os quatro anos. E coincidentemente deu duzentos e quatro, que

é o número que a Mariana citou, e eu já vou explicar o porquê do duzentos e quatro que a Mariana cita, mas primeiro o cinquenta e um que está aí. É a mesma meta que está cinquenta e um, a mesma meta em 2026, 27, 28 e 24, não é? 24, 25 e 26, são a mesma meta, não é soma não, é cinquenta e um. E o quê que é esse número cinquenta e um que está em PPAG? A gente coloca cinquenta e um aí porque o que a gente tem de financeiro garantido hoje no estado são para cinquenta e um municípios. O que são esses cinquenta e um municípios? São vinte e cinco municípios abrangidos por CREAS regionais, mais vinte e cinco municípios que são cofinanciados com CREAS municipais, uma parte deles foi daquela alteração que a gente fez no ano passado, das metas do plano, mais um centro dia que é cofinanciado pelo estado também, por isso que dá os cinquenta e um. Então o que a gente colocou aí, que foi a mesma discussão que a gente fez na alta, porque tem esse número da metafísica? Porque é o que a gente tem de garantido hoje de recurso financeiro, então isso é uma coisa, então não é soma, tá? É cinquenta um, cinquenta um, cinquenta um, cinquenta um, está se repetindo. O que a Mariana traz, que é uma outra discussão, e aí eu já emendo com uma questão que a Grazi traz, que é em relação á desproteção. Eu discordo, viu Grazielle? Sabe por quê? Porque em 2021 o estado, a SEDESE solicitou à comissão intergestores bipartite a criação de uma câmara técnica e o título da câmara técnica é ampliação da cobertura da proteção social especial. E desde 2021 o CEAS integra essa câmara técnica, a gente vem fazendo várias discussões porque a demanda de ampliação da proteção especial de média e de alta complexidade é gigantesca no estado. Nós acabamos de falar da alta, nós estamos falando da média, só na média é isso que nós estamos falando, CREAS, a média não tem só CREAS não, pessoa, a média tem centro dia, a média tem medida socioeducativa, centro POP. Então assim, nós estamos fazendo uma discussão aqui porque assim, a gente está focalizando aqui nos CREAS por quê? Porque os CREAS são os Centro de Referência Especializada de Assistência Social que é a principal unidade de referência da média complexidade. Então assim, a gente ficou aqui em CREAS, e eu discordo que a gente está reforçando aqui a desproteção porque o diagnóstico que foi elaborado em 2021 por iniciativa da SEDESE junto com a câmara técnica, que tem Ministério Público, têm outros atores, inclusive o CEAS, identificou pela primeira vez no estado, nem na época do plano de regionalização em 2015 esse diagnóstico tinha sido feito, sobre a incidência de violação município sem cobertura. Então a gente foi o primeiro produto que a gente fez por quê? Porque para a gente ampliar a cobertura a gente precisa saber quais são os municípios, hoje a gente sabe. Tanto que eu citei esse número aqui, aí, Jorgiane, eu volto agora no que a Mariana falou, a gente vem discutindo internamente, vem apresentando

esses nomes, inclusive essa semana, tanto no Ministério do Desenvolvimento Social para os secretários estaduais de assistência social, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que estavam no FONSEAS, essa possibilidade de ampliação da cobertura inicial para os 187 municípios identificados no diagnóstico estadual que não têm cobertura de média complexidade com o CREAS, mais 17 municípios que têm CREAS municipais. São 17 municípios de pequeno porte um que têm CREAS municipais, mas não tem cofinanciamento nem estadual nem federal. Então por isso que a gente está incluindo esses municípios que eles têm cobertura, mas eles não tem cofinanciamento nem estadual nem federal. Por isso que dá esse número duzentos e quatro, que é o que a Mariana trouxe, que é um universo que a gente está trabalhando inicialmente que é de 187 sem nenhuma cobertura, mas 17 que têm cobertura, mas não têm cofinanciamento. Então não sei se ficou claro a diferença aí que eu tentei fazer para vocês entenderem o que é a meta. Mas eu discordo, de novo, só para finalizar, tá? Que a gente não está discutindo essa questão da desproteção porque a gente está incluindo isso, inclusive dos nossos planos, e nessas discussões que a gente está fazendo. Isso é importante por quê? Porque isso tudo está sendo apresentado internamente para o próprio governo e para a própria secretaria de fazenda e as outras secretarias dentro do estado. Porque a gente está dando nome para esses municípios e está dizendo o seguinte, a gente precisa de recursos estaduais para poder cofinanciar esses municípios. **Elder Carlos Gabrich:** Ok. Jorgiane, aí a gente vai encerrar as inscrições nessa parte da manhã. **Interlocutor não identificado:** Cristiano, é interessante como você discorda concordando, não é? Não medindo esforços para conseguir que esses CREAS chegam. **Jorgiane Suelen de Souza:** Eu vou falar uma questão que agora é assim, vai totalmente contrário. O que é meta? Meta é aonde a gente quer chegar. Se eu coloco aqui cinquenta e um eu não estou tendo meta, eu estou executando o que já é feito. Aí a situação aqui, aqui a meta tem que ser os duzentos e quatro, agora se não conseguir aí é uma questão que no próximo PPAG vai ter lá a quantidade que faltou. Então aqui esse número ele tem que ser cumulativo ou então fechar em duzentos e quatro nos decorrer. Agora é uma situação, isso aqui não vai ser cumprido? Aí a gente tem que lutar pelo governo para ele cumprir, a meta tem que ser maior do que o que já é executado. **Elder Carlos Gabrich:** Gente, eu ia falar para a gente continuar, é porque eu encerrei as inscrições. Espera aí, gente, só organizar. A gente tinha parado as inscrições agora porque já é meio dia, a gente precisa dar posse para o Leandro ainda. Então só saber, vão ter as duas de Suzane e Mariana? Podem fazer as contribuições e a gente parar? **Interlocutor não identificado:** Eu já quero propor encaminhamento, eu acho que é só para

fechar, gente. As discussões aqui elas estão complementares, elas não estão contraditórias. A gente está falando do cenário que existe que não tem cobertura de cofinanciamento, ponto. Nós temos os dados. A questão é, na colocação, na redação da meta física, esse cenário de descobertura ele tem que ser diluído e virar meta para a SEDESE executar, é isso que nós estamos falando. Resumindo, eu não estou vendo ninguém discordando, eu acho que está todo mundo concordando que é isso que a gente tem que fazer. Então a minha sugestão é a gente apenas focar nos números, o número de cinquenta e um é a realidade já cofinanciada em 2023, hoje em 2023 nós já estamos atendendo cinquenta e um municípios. A gente fazer uma divisão para 2024 cinquenta e um mais quantos? Em 2025 mais quantos? De forma, não é? Ok? Aí isso pode ficar para depois do almoço, aí a gente corrige só o número e depois do almoço a gente volta aqui e no total o número tem que fechar. **Elder Carlos Gabrich**: Ok. É Suzane. Suzane retirou a inscrição. **Lucas Estevão Ribeiro**: Então a meta de vinte e quatro passa à sugestão da... anh? Eu vou sugerir o aumento somente de trinta, tá? Então a meta de vinte e quatro passa para oitenta e um, de 2025 para cento e onze, a de 26 cento e quarenta e um, e a de 2027 cento e setenta e um. Não, do Lucas, a proposta do Lucas que é meio termo porque eu sei que não vai ter perna para poder dobrar a meta. **Interlocutor não identificado**: Mas não adianta, a gente tem que colocar o número mais alto para mostrar a importância e a demanda. Porque tem justificativa para o que é, então eu ainda voto manter sim os duzentos e quatro no total e a gente lutar para alcançar as duzentos e qual. Podemos não chegar, mas vai ter, tem que ter, nós estamos lutando para ter. **Elder Carlos Gabrich**: Então, gente, estamos pausando a discussão agora. Posse do novo conselheiro, um momento. Leandro é o nosso novo conselheiro que vem, se não me engano, em substituição ao Ludson. E aí a gente gostaria. **Leandro**: Bom dia. Questão de ordem aqui, para não me alongar muito eu posso deixar a apresentação para depois do almoço. **Elder Carlos Gabrich**: Pode falar agora. **Leandro**: Então está bom. Gente, foi uma alegria aqui encontrar com a minha colega conselheira Sandra que foi presidente do CNAS de BH lá em 2007, nós fomos colegas lá. Me chamo Leandro, sou assistente social há mais de dez anos, pelo menos há vinte atuo em algum lugar da assistência social, seja na sociedade civil, seja no governo, seja na gestão. E vim para o conselho estadual a pedido da nova gestão do CREAS MG, substituir exatamente o Ludson, que pelo que eu vejo um colega muito querido por aqui pelo conselho também, como é querido em todo lugar que a gente encontra. Um grande amigo também. Sei da pauta do conselho regional, já ouvi falar do CRT por aqui. Estou muito feliz de participar dessa composição aqui, sei da importância do CEAS para o avanço da política pública de

assistência social nesse estado. Contem comigo, estou aqui como sociedade civil, mas não vejo um embate de nós contra eles, estou vendo posicionamentos aqui de SEDESE, posicionamentos de COGEMAS, posicionamentos de governo que são muito prudentes. Eu acho que o nosso ponto de vista tem que ser o ponto de vista que impera pela prudência e não aquele que impera pelo meu ponto de vista ou pelo ponto de vista do colega. Muito obrigado. **Elder Carlos Gabrich**: Obrigado. Seja bem-vindo. A gente retorna uma e meia. **Gabriela Loiola**: Na pauta. Vocês me desculpam. Lá nas causas, nos fatores que contribuem para a ocorrência do problema, a gente mencionou essa especificidade de Minas que diz respeito à exploração do minério de ferro, e não só do minério de ferro, mas de outros minérios. Porque eu acho que vai retratar uma especificidade grotesca a respeito de tudo que acontece nas consequências desse desenvolvimento econômico. Porque há, vem um agravamento da questão social, Salinas, por exemplo, deve mudar as suas características específicas, inclusive no que diz respeito à sua convivência, as suas relações humanas. Tendo em vista o número de pessoas que vêm chegando no município, o crescimento que tudo isso vai trazer e de outras consequências. Então essa é a minha sugestão. **Elder Carlos Gabrich**: Acho que a gente pode até falar exploração ambiental, Gabi, ao invés de falar só de minério, exploração ambiental como um todo. **Iara da Costa Nogueira Reis**: Eu acho que a gente poderia falar o minério, que a gente vai falar de Minas, sobretudo o minério, a exploração do meio ambiente com ênfase no minério. **Iara da Costa Nogueira Reis**: Eu fui contemplada e esclarecida nas falas anteriores, só a Gabriele agora seguir na sua apresentação. Na hora que chegar nas metas físicas, você esclarecer para a gente como que chegou nesses números, por favor. **Elder Carlos Gabrich**: Ok. Então vamos retomar a apresentação da comissão de orçamento. Pode retomar, Gabi. A causa, exploração ambiental, sobretudo do minério de ferro. Enquanto a Gabi está corrigindo, a Karine pediu uma fala. **Karine de Amorim**: Na verdade eu só queria propor para a gente pensar junto. Lá em Sabinópolis nós temos uma mineradora, até esqueci o nome dela. Essas mineradoras geralmente elas fazem um alto investimento local. Aí a gente tem lá em Conceição do Mato dentro da Anglo Gold. O que eu penso que a gente poderia acrescentar nessa proposta da Gabriela é fazer uma análise macro, no sentido de estado. Quais são as cidades que têm essa exploração de médio e grande porte, porque a gente lembra muito da Vale, mas a Vale tem N subsidiárias, e essas subsidiárias que estão no local. E vê dentro do plano de mineração de Minas Gerais, que acho que tem um próprio que o estado analisa isso no estado de Minas, quais são os investimentos que essas mineradoras fazem local, porque elas fazem, elas têm, boa parte dos impostos delas são lá do município, e aí o

município que vai tratar. Então tem muito aí dessa questão das desigualdades que é consequência da mineração, o que os municípios estão trabalhando? Isso também vale para o COGEMAS, o COGEMAS precisa fazer mapeamento de quais cidades mineiras têm as subsidiárias de mineradora, porque isso não é só a nível de estado, e a gente não vai dialogar só com a SEDESE, a gente tem que ver as outras áreas daqui do estado. **Elder Carlos Gabrich:** Eu só ia propor que a comissão termine a apresentação, pelo menos da ficha do programa, aí a gente faz. E aí depois na próxima ela faz a apresentação da ação toda e aí a gente se inscreve, faz as inscrições de uma vez para não ficar parando. Mas tem que colocar a inclusão da Karine. Então o programa encerrou. Pelo que você disse, eu pensei que poderia ser uma ação do PEAS, deu mais essa impressão. Gabi. Só repassando o encaminhamento da Karine, e depois Gabi. **Karine de Amorim:** A gente só precisa saber onde estão essas mineradoras, gente, porque quem vai fazer o investimento é o município, é local, não tem como a gente dar uma diretriz orçamentária de um recurso que ele é local. Vem uma parte do estado? Vem, mas o município que vai dizer qual a melhor área que ele vai investir, não é o CEAS, eu entendo. Aqui cabe sugestões. Do CEAS, é, assim, principalmente para o COGEMAS, tá? A gente delibera aqui. **Elder Carlos Gabrich:** Mas aí o seu encaminhamento seria que fosse realizado um levantamento de quais atividades, quais municípios têm atividade mineradora e quais são as ações desses empreendimentos nesses municípios. Eu acho que faz mais sentido, eu imagino que a SEMAD tenha isso, eu acho que faz sentido solicitar à SEDESE que solicite à SEMAD a apresentação desses materiais para que a gente possa trazer, nem seria uma ação do PEAS, falei isso, mas não seria nesse sentido. É isso, Karine? Karine, seria isso mesmo então? O encaminhamento seria solicitar aos... **Interlocutor não identificado:** Karine, isso fortalece tanto o município, porque me dá força para ir mineradora, a deliberação do CEAS. **Elder Carlos Gabrich:** Vamos só anotar o encaminhamento para a gente não perder. O levantamento dos municípios que possuem atividade mineradora e as ações de mitigação desses impactos realizadas pelos empreendedores. Imagino que a SEMAD deve ter isso. E aí o que eu tinha entendido também é que pensar em alguma ação do PEAS para atendimento desses municípios. Ótimo, ótima ideia. **Karine de Amorim:** Eu só queria acrescentar nessa parte aí da mineradora a questão do lítio. Hoje o Vale do Jequitinhonha está sendo conhecido como vale do lítio. E faz um dano à saúde enorme. Então seria interessante a gente colocar o lítio também porque é um... **Elder Carlos Gabrich:** Sim, está registrado ali. E também pensar em ações no PEAS para fortalecerem os conselhos municipais desses municípios, para que eles consigam realizar ações sócio assistenciais que atendam à população. Ok. Comissão

de orçamento, então o programa encerrou. Acho que a Gabi tem mais uma consideração? Depois que a Gabi fizer, eu só queria perguntar aos demais coordenadores se eles têm considerações sobre a ficha do programa, que aí se não tiver a gente passa para a próxima ação. **Gabriela Loiola:** Na verdade é uma dúvida, pensando no que a Karine trouxe, eu fiquei refletindo se os municípios têm dimensão de direitos, não sei, que eles podem ter diante dessa exploração junto com essas empresas e tudo mais. Se não tiver, qual que é o papel da SEDESE, do CEAS, para falar como dialogar: “Olha, no diálogo com as empresas, isso, isso e isso está previsto em lei. Então a empresa ela precisa cumprir isso, isso e isso. Como que está o andamento dessas questões?”. Para garantir que esse impacto seja menor. Eu penso que nós deveríamos colocar isso aí também dentro das estratégias, como esse diálogo de forma mais específica para os municípios que têm sofrido esses impactos ambientais, especialmente dentro da exploração de minério. **Lucas Estevão Ribeiro:** Eu discordo que seja uma atribuição do estado, isso aí é papel das procuradorias dos municípios. São os procuradores, o próprio Ministério Público que é órgão para poder garantir o impacto ambiental e assim por diante. Então isso aí é uma responsabilidade de outras instituições e não do estado enquanto SEDESE. **Karine de Amorim:** Eu só vou reiterar, gente, porque nós estamos falando coisas a nível de estado, quando a gente está falando de mineradora tem o impacto que é analisado pela secretaria de estado, mas tem um impacto local que tem vários atores. O que eu estou propondo é que o CEAS, junto com a SEDESE, saibam onde estão essas mineradoras e quais esses impactos lá. Eu não sei se compete estar nessa linha, mas a gente precisa saber onde. E que essa informação junto com o CEAS de COGEMAS, o COGEMAS tenha insumos para orientar os gestores municipais informando: “Olha, você tem um empreendimento de minério ou de lítio, ou qualquer outro de grande impacto, quais são os investimentos que esse empreendimento está fazendo no local. Porque isso está em lei, ou deveria estar em lei municipal. É isso que eu estou tentando dizer. **Graziele Vieira:** Eu acho que cabe a gente tencionar, se é possível a gente colocar nesse documento, eu acho que cabe a gente tencionar. Mas o Elder comentou de fazer o encaminhamento para um órgão. **Elder Carlos Gabrich:** Secretaria de Meio Ambiente. Acho que eles têm. **Graziele Vieira:** E aí, Karine, a gente pode fazer o encaminhamento também de solicitar essa informação para? **Elder Carlos Gabrich:** Secretaria de Meio Ambiente, o Silvestre também lembrou que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico talvez tenha essas informações. **Graziele Vieira:** É, pedir à secretaria executiva para poder fazer esse encaminhamento. Eu acho que tem que tencionar sim, se cabe acho que tem eu tencionar, mas também fazer esse encaminhamento que a

Karine solicitou. **Elder Carlos Gabrich:** Aí só esclarecendo, gente, que a gente vai solicitar às secretarias que apresentem os dados, não seria nem o CEAS nem a SEDESE que faziam esse levantamento, porque os impactos ambientais são dessas áreas. **Karine de Amorim:** Mas se caso essas secretarias não tenham, seriam interessante a SEDESE começar a fazer essa base de onde estão essas mineradoras. **Marilene:** Marilene, FETAEMG. Bom, gente, eu não ia nem falar não, mas eu fico muito provocada. E dizer o seguinte, se a gente quer realmente ajudar o processo nos municípios da questão da assistência social e todos os prejuízos que têm é nos municípios com mineração, a gente precisa voltar aquele debate da lei de barragem. Que eu acho que ali já é um canal que a gente entraria para trazer isso para o CEAS de forma que a gente pudesse atuar dentro disso. Porque como que a gente cobra isso do município? Isso que a gente está falando aqui é bom, sempre é bom trazer para o espaço, trazer para os espaços o debate, a reflexão sobre mineração. Mas na verdade isso não vai influenciar em nada, até porque mineração quando chega nos municípios é a galinha dos ovos de ouro dos prefeitos que, todo mundo sabe, é a política de mineração no Brasil colônia, como é que é, é exploração por exploração, e riqueza vai embora, não fica nada aqui. Nós temos município que nem o município recebe praticamente nada, e a gente roda e cai no mesmo lugar. É importante? É, mas a gente precisa ter uma lei de barragem e tramitação, que a gente já começou dialogar aqui, porque que o CEAS é tão importante na questão das barragens hidro, hidroelétricas. Então a gente precisa trazer isso porque o CEAS é do tamanho que é, é onde sim a gente poderia interferir nessa questão lá na ponta. E segundo, a gente vai só cair na mesma situação, a Vale matou mais de duzentas pessoas e o governo Zema, no período eleitoral, distribuiu cesta básica em todos os municípios através daquele recurso que a Vale repassou. A gente só vai rodar e cair na mesma situação. Se a gente quer realmente interferir, é preciso atender que a gente já tem um canal que de fato force e provoque. É isso. A sugestão não é para esse debate agora, eu só fiz uma reflexão do que a gente está trazendo que não... Sim, uai, a gente voltar àquela discussão lá do plano de barragens que está tramitando e o que a gente enquanto CEAS pode fazer para trazer isso para cá. Que eu acho que é o lugar certo para a gente poder interferir nisso. **Elder Carlos Gabrich:** Eu acho que não tem mais inscrições, eu ia sugerir para a gente passar para a próxima ficha da primeira ação. E aí demais coordenadores de comissão, algum ponto sobre a primeira ficha do programa? Se não tiver a gente já pode passar. Ok, então vamos para a próxima. **Gabriele Sabrina:** Eu vou pedir, gente, para a gente tentar focar as discussões nessa matéria que a gente está tratando. Nós vamos falar das fichas aqui que abrangem temas de todo o SUAS. Então a gente tentar focar na ficha que a gente

está tratando para que esses encaminhamentos se materializem. Senão a gente às vezes vai para outras discussões e a gente não consegue fazer essas melhorias no descritivo do PPAG. Então na ficha da ação de proteção social especial de alta complexidade. A comissão sugere no campo 10 de descrição da ação que seja incluída a palavra ampliação. Porque a finalidade da ação também é expandir a cobertura, então a gente pede a palavra ampliação no início do campo dez. com relação ao quadro de metas da ação, até a lara pediu para que a gente agora quando for falar das ações rememore o que está sendo planejado de meta física. Então para essa ação foi um apontamento da comissão, a ação vem com a meta cinquenta e seis para todos os anos, 2024, 2025, 2026 e 2027. Esses cinquenta e seis a memória dele é, já são as parcerias que o estado tem para oferta de acolhimento institucional para os egressos da extinta FEBEM e parcerias e repasse fundo a fundo para residências inclusivas. Então são vinte e oito parcerias que abrangem 43 unidades, mas três unidades de residência inclusiva de termo de aceite fundo a fundo. Então treze mais quarenta e três cinquenta e seis, essa é a memória da meta, mas a comissão discutiu e recomenda que como a meta física foi mantida para os próximos quatro anos, e a ação tem na finalidade expandir e ampliar a cobertura, a comissão recomenda que nas revisões anuais do PPAG haja atualização com ampliação da meta física proposta e não a manutenção da mesma meta. Com relação ao campo dezesseis, que é do detalhamento da implementação, a comissão incluiu no texto, propõe para incluir o apoio técnico, monitoramento e assessoramento. As ações sócio assistenciais nas situações de emergência ou calamidade pública, porque na descrição da ação está falando de todos os serviços de alta, cita esse serviço, mas não tinha nada no detalhamento da implementação. E a gente pede para incluir entre as ações a serem implementadas rever e executar o plano de regionalização. Então na alta complexidade, resumindo, a discussão foi essa. **Elder Carlos Gabrich:** Coordenadores de comissão, tem mais algum ponto sobre essa ação? Porque aí depois eu abro para os conselheiros e conselheiras em geral. Então coordenadores, sobre a ação proteção especial de média complexidade, algum ponto das respectivas comissões? Só os coordenadores, por enquanto. Gente, só os coordenadores, eu vou abrir para as falas em geral, por ficar tranquilo. Ok, então agora inscrições. Gente, atenção, primeiro eu estou perguntando para os coordenadores e depois vou abrir para as falas em geral, então podem ficar tranquilos com relação a isso. Então, coordenadores, nenhum. Agora vamos abrir para as falas em geral. Quem pede inscrição para essa ação? Rodrigo, Gabi Loiola, Lucas, Wellington, Rodrigo, Gabi Loiola, Wellington, quem mais? Grazi, você pediu também? Então, Wellington, pode falar de uma vez. Wellington, os coordenadores falam antes. É porque a

gente já vê tudo. Você não tem nenhum? Rodrigo, por favor. **Rodrigo dos Santos França:** Pode ir, meu presidente? Então, nessa proposta aí só queria reforçar que tanto eu como a Dona Maria Baião nós estivemos fazendo conferência no município e o município ele inaugurou um CREAS. Então mais uma vez eu queria chamar atenção para esse pleno, o município está arcando, o município porte um, IDH 0,6, município pobre, mas organizado. Então assim, é necessário a gente estar atento com esse plano de regionalização, porque tem município pagando do próprio bolso as mazelas da sociedade que não é só ali local. Então assim, a gente tem que tocar, tentar tocar o mais rápido possível aí, tentar priorizar esse plano de regionalização aí para a gente tentar enfrentar as diversas violências aí no interior. Obrigado. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Rodrigo. Agora Gabi Loiola. Aí depois vai ser Lucas, ou Wellington, ou Mariana. **Gabriela Loiola:** Gente, eu estou pensando aqui da discussão da alta complexidade. E aí pensando na descrição aqui do objeto, uma coisa que me incomoda muito, a gente sempre está falando sobre a questão do atendimento a mulheres. E aí a gente não traz aqui a questão do atendimento a mulheres vítima de violência. Então eu penso que a gente poderia pensar em alguma coisa nessa descrição do público, do objeto da ação. Outra coisa que eu gostaria de pensar, de refletir aqui com vocês era a respeito do público alto. Que a gente fala de famílias, indivíduos, eu penso que esse é o objeto final, mas a gente não deveria contemplar municípios e territórios, porque eu acho que no final das contas é onde que o estado vai fazer os investimentos de forma mais direta. A princípio é isso, porque eu ainda estou avaliando aqui, daqui a pouco faço novas inscrições. **Gabriele Sabrina:** Posso esclarecer esse ponto primeiro? **Elder Carlos Gabrich:** Pode. **Gabriele Sabrina:** Na comissão isso também veio como sugestão, mas aí a gente explicou que essa ação, como eu falei da meta física, tem parceria direta com vinte e oito unidades de acolhimento que acolhem, das APAES e outras residências inclusivas que acolhem os extintos da antiga FEBEM. Então tem parceria direta com entidade e repasse fundo a fundo a município que repassa à entidade. Por isso que a meta ficou mais finalística unidade atendida, porque o repasse é direto para a parceria da unidade, não para o município. Não, o estado ele tem parceria direta com vinte e oito unidades de acolhimento, organização e sociedade civil. Vou pedir para o Cristiano explicar só essa. **Cristiano:** Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Sou Cristiano, respondo pela Superintendência de Proteção Social Especial. Sobre a meta física, é o que a Gabi falou, a meta física que está no PPAG corresponde às unidades de acolhimento que o estado financia. E aí esse financiamento é financiamento e cofinanciamento, o financiamento é essa rede de unidades de acolhimento para os egressos da extinta FEBEM, que é o número que a Gabi falou, acho

que são vinte e oito, não é, Gabi? Eu não lembro o número. São vinte e oito unidades que são financiadas com recursos do estado desde os anos noventa para acolhimento de pessoas com deficiência egressas da extinta FEBEM. Mais as treze residências inclusivas, que é também acolhimento para pessoas com deficiência do termo de aceite com o governo federal de 2013. Então por isso que a meta física é cinquenta e seis, por causa disso, porque é a unidade. A gente não repassa, no caso das unidades de acolhimento, dos egressos da FEBEM, direto para o município, são termos de colaboração. Então por isso que a gente colocou como meta física a unidade porque são unidades cofinanciadas então por isso desse número cinquenta e seis. E o outro ponto, acho que a Gabi colocou, de incluir, acho que no objeto, mulheres vítimas de violência. Foi isso, Gabi, que você falou? Na descrição do objeto tem vários públicos aí, tem inclusive emergência e calamidade, mas assim, eu acho que não vejo problema de colocar também mulheres vítimas de violência apesar de não ser aqui na meta física. Mas como a gente está pensando em ampliar a ação também, como vocês sugeriram, eu acho que não vejo problema em colocar não. Na verdade têm vários outros públicos dentro da alta complexidade, mas aí, por isso que está de modo geral lá no público alvo, famílias e indivíduos, porque são vários públicos. **Elder Carlos Gabrich:** Vamos até combinar, esses esclarecimentos acho que faz mais sentido deixar a pessoa fazer todo o esclarecimento, porque aí é informação para todos os conselheiros. Pode continuar, Cris, depois tem Lucas, Grazi e Gabi Loiola. Desculpa. **Cristiano:** Sobre os CREAS, eu acho que tem que chegar na média, que aí os CREAS, que foi citado essa reunião, cadê? **Elder Carlos Gabrich:** Nós estamos na ação da alta complexidade. **Cristiano:** É. Aí é só na hora que chegar na média, a questão do CREAS municipal, da reunião com a Baião, aí na hora que vai chegar na média a gente fala dos CREAS, porque ação da alta aí não entra os CREAS, tá? Apesar de estar plano de regionalização ali, porque o plano de regionalização de 2015 ele previa alta complexidade também, mas os CREAS é na média. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Cristiano. Agora a gente tem Lucas, Grazi e Gabi Loiola. A gente está discutindo a ação proteção social de alta complexidade. Grazi. **Graziele Vieira:** Em algum momento teve uma ação que a gente colocou, e aí a reflexão da Gabi é muito importante porque teve uma ação que a gente colocou raça, etnia e gênero. Eu lembro que eu até comentei que o plano decenal ele não contempla isso. O SUAS, por mais que a gente fala pessoas em vulnerabilidade a gente sabe que as pessoas em maior vulnerabilidade são mulheres, negras, público LGBTQIAPNA +, a gente sabe disso. E é uma questão também que a gente precisa dar nome para essas pessoas, dar materialidade. Então incluir aí também no público alvo, por mais que eu entendo que o Cristiano fala, que fala de modo geral, mas eu acho

que a gente precisa dar nome, por dar nome é fazer existir, como fala que a pessoa não existe nem se a gente citar o nome, há essa exclusão. Então a gente precisa colocar, além das mulheres vítimas de violência, raça, etnia, a comunidade LGBTQIAPNA+. Então acho que em todos os públicos a gente precisa lembrar disso para a gente poder fazer essas pessoas existirem. Público alvo. **Elder Carlos Gabrich:** Você quer propor o texto, Grazi? Quer que volta lá para já colocar? Ok. **Graziele Vieira:** Acredito também que a gente pode, da comunidade LGBTQIAPN+. Eu não sei, mas talvez a gente poderia para poder fazer. **Elder Carlos Gabrich:** Não, são coisas diferentes. **Graziele Vieira:** Corrige para a gente aí. Então são diferentes, então precisa colocar. **Elder Carlos Gabrich:** Gênero, gente, basicamente é feminino e masculino e agora tem não binário. Orientação sexual vai entrar lésbica, bi, trans e tal, então não são necessariamente. Por mais que hoje os não binários estão dentro da sigla LGBT, eu acho que é importante colocar gênero também. Pansexual. Vamos, agora tem a Gabi Loiola e a gente tem que fazer a votação das alterações. **Gabriela Loiola:** Pensando no que nós estamos produzindo aqui, pensando eu estou me perguntando aqui se nessa especificação do produto, unidade, conhecimento, parcerizada, cofinanciada para oferta de serviço de acolhimento (trecho incompreensível) para pessoas com deficiência. A gente não teria que deixar explícito aqui crianças e adolescentes, mulheres, qual que é a proposta que eu estou apresentando. E nesse sentido eu fico me perguntando se as metas elas não vão alterar. Porque tendo em vista que a proposta da meta aqui era diante do que já existia, se ela não passa a mudar, ou não existiam, ou que se pretendia. Aí agora é uma pergunta para vocês. **Solimar Assis:** Posso responder sobre a meta? A questão da meta? **Elder Carlos Gabrich:** Pode, por favor, Solimar. **Solimar Assis:** A meta você tem que ter, precisa do dinheiro, a gente não conhece o dinheiro ainda, a SEDESE não recebeu ainda o dinheiro. Então para especificar a meta, hoje é uma meta proposta, pode ser que consiga aumentar ou diminuir, não é isso, Roberta? Roberta pode falar. **Roberta:** Gente, só complementando aqui. Roberta, SEDESE, FEAS. Em relação a meta, hoje essa meta ela é a meta que nós temos pactuado, estamos executando hoje. São treze residências inclusivas, cofinanciadas e as parcerias no programa Casa Lar de acolhimento. E isso aí é o que tem sido executado. Ontem na comissão nós discutimos sobre isso, esclarecemos que a meta, de fato, ela tem que representar o que está sendo financiando. Então por isso o produto ele representa aquilo que está sendo financiado e cofinanciado. E à medida que a gente, e a gente combinou de à medida que a gente for tendo uma ampliação desse recurso, a gente trazendo isso nas revisões anuais do PPAG. Obrigado. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Roberta. Não temos mais inscrições? Eu estava até falando que na ficha

do programa a comissão propôs uma série de alterações, a gente não votou. Eu acho que é interessante a gente fazer a ficha, votar se todos concordam com os encaminhamentos e correções, alterações de ficha por ficha. Então vamos fazer a votação dos encaminhamentos do programa que foi a que a gente já acabou. Os conselheiros que concordam com as alterações propostas pela comissão de orçamento e demais conselheiros, por favor, se manifestem. Aprovado por unanimidade. Agora a gente já encerrou também a da proteção especial de alta complexidade, os conselheiros que concordam com as alterações e encaminhamentos, por favor, se manifestem. A lara não está, então só registrando que não foi unanimidade. Vou fazer só um esclarecimento para a lara que chegou, lara a gente está votando agora, a gente termina a ação e vota nos encaminhamentos da ação se todo mundo concorda. Vamos para a próxima, gente. Proteção social de média complexidade, comissão de orçamento continua. Lembrando, comissão e orçamento terminou, as comissões que tiverem algum ponto sobre esta ação, eu peço que o coordenador se manifeste, depois a gente abre para inscrições em geral. **Gabriele Sabrina:** Na proteção social especial de média complexidade, assim como na alta, no campo descrição, campo dez, a gente pede a inclusão da palavra ampliação, e uma pequena alteração textual, substituição do termo equipamentos por unidades, quando a gente está falando das unidades públicas de ofertas do SUAS. Com relação ao campo quinze, quadro de metas da ação, aí foi também o mesmo caso da alta complexidade, nas metas da ação foi mantido o valor de cinquenta e um. Esse cinquenta e um já é o que é executado hoje, são os municípios abrangidos pelos CREAS regionais, os municípios com CREAS municipais cofinanciados e um termo de aceite de Centro Dia de Belo Horizonte. Então essa meta foi mantida para os próximos quatro anos, e aí a comissão faz a mesma provocação que, considerando a finalidade de expansão e ampliação da cobertura, recomenda-se nas revisões anuais do PPAG a atualização com a ampliação da meta física proposta. Com relação ao campo dezesseis, detalhamento da implementação, sugere-se a inclusão do texto, proposição de fluxos e protocolos para qualificação e monitoramento, criação e estratégias de ampliação da cobertura da proteção social especial, especialmente em municípios de pequeno porte. Rever e executar o plano de regionalização. No campo dezessete da base legal foi feito só uma pequena inclusão, tinha duas resoluções do CEAS citada, sem a ementa, aí a gente só incluiu a ementa dessas resoluções. Então na proteção de média são essas as sugestões de acréscimo na ficha. **Elder Carlos Gabrich:** Coordenadores de comissão, tem algum ponto a respeito da ação proteção social especial de média complexidade? Primeiro coordenadores, depois a gente abre geral para as outras pessoas falarem. Ok, não temos. O Cris já pediu inscrição. Quem

mais quer falar um pouco sobre essas ação, tem algum ponto, algum encaminhamento? Cristiano, depois Karine. **Cristiano:** Só esclarecer, já que a gente entrou na da média complexidade, essa questão da meta física é isso que já foi explicado, a gente colocou a meta física e o produto de acordo com o recurso que a gente tem hoje. Só lembrando das discussões que a gente fez no ano passado, em 2022 que essa meta era bem inferior. E no ano passado a gente teve um salto de mais de 50% da meta prevista no PPAG que estava em vigência, com a ampliação do cofinanciamento para CREAS municipais em municípios de pequeno porte um, que foi aquela alteração das metas do plano de regionalização e também em relação ao (trecho incompreensível) dos CREAS regionais, então por isso que essa meta hoje está em cinquenta e um. Só lembrando que assim, a gente vem falando isso daqui, a gente tem um estudo que foi feito em 2021 sobre o impacto das violações de direito em municípios de pequeno porte um sem cobertura. Que é o diagnóstico estadual da incidência das violações de direito. E que esse diagnóstico apontou para a gente um total de municípios de cerca de 187 municípios com menos de vinte mil habitantes, que não tem cobertura de proteção social de média complexidade. E que tem incidência para a ampliação de CREAS municipais pela incidência que eles têm. Os demais municípios, pela incidência da população ser mais baixa, outras estratégias precisam ser pensadas. Então é isso, Rodrigo, que você cita, municípios de pequeno porte junto com incidência. A gente está prevendo isso tanto no PEAS quanto nos nossos estudos e nos diálogos que a gente tem feito tanto na CIB e principalmente na câmara técnica, e o CEAS compõe essa câmara técnica sobre a cobertura da proteção especial, da necessidade de cofinanciamento tanto para municípios de pequeno porte um implantarem serviços municipais, de CREAS municipais, quanto outras estratégias para municípios com baixa demanda. E aí a gente vem falando muito disso, de consórcios intergovernamentais e a questão dos CREAS regionais também com a revisão do plano para ampliação dessa cobertura. Então isso já está em discussão, e acho que é importante o CEAS continuar participando da câmara técnica porque a gente está discutindo justamente isso, a ampliação da cobertura. E quanto mais força a gente tiver nessa câmara técnica com todos os atores que estão envolvidos, inclusive o CEAS, a gente vai utilizar isso para brigar pelo recurso, também, no governo do estado para a gente conseguir ampliar muito essa cobertura. Mas a gente já tem um horizonte aí pelo menos de 187 municípios que precisariam de cofinanciamento para implantar CREAS municipais. Obrigado. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Cristiano. Rodrigo, depois Karine, depois Grazi. **Rodrigo dos Santos França:** Então, Cristiano, só para poder repetir o que eu falei na outra ficha, a gente estava lá e teve um exemplo de um abandono do idoso, (trecho

incompreensível). Também a gente teve um outro exemplo do abandono de uma criança e adolescente. Então a gente sempre repete que essas situações nesses municípios de pequeno porte elas acontecem, e lá o gestor deu uma puxada na gente: “Olha, quebra o galho, informa para a gente lá, pede um reforço em função de um aporte, de algum recurso para a gente poder fazer a complementação de um CREAS.” Porque muitas vezes, vocês sabem disso, eu estou falando é para todo o pleno, a equipe da proteção social básica ela fica sobrecarregada. A gente lá nos bastidores lá, lá na resenha a gente estava tocando nesses assuntos. Então eles providenciaram concurso público, lançaram essa implantação desse CREAS, mas mesmo assim eles pediram o apoio nosso em função do apoio do estado, claro, mas também do governo federal, viu, Sandra? Nessas expansões aí, viu? Então era isso que eu queria. Obrigado. **Karine de Amorim:** Primeiro eu quero só tirar uma dúvida e depois eu vou fazer a minha fala. Aqui está falando na descrição a inclusão de estratégias de oferta consorciada. Eu queria que alguém explicasse o que seria essa oferta dentro da média complexidade. **Elder Carlos Gabrich:** Você pode explicar, Cristiano? **Karine de Amorim:** Na dez, descrição, porque acaba passando despercebido. **Cristiano:** Na verdade a gente já vem fomentando e apoiando tecnicamente municípios no estado que ofertam serviços de acolhimento por meio de parceria entre municípios, isso já é uma coisa bastante antiga. Algumas dessas parcerias, para a oferta da alta complexidade, inclusive muito precárias, sem instrumentos jurídicos, sem formalização, sem nada. Então quando a gente identifica ou é acionado pelos municípios a gente vem apoiando já há alguns anos, isso já há mais de oito anos, municípios. E a gente vem dando orientação para os municípios, para essas parcerias, que eles formatem essa parceria de forma de consórcio porque juridicamente existe uma legislação bastante robusta em relação a consórcios públicos. Juridicamente é uma estratégia melhor porque você tem responsabilidade e compromissos jurídicos bastante robustos. Isso na alta complexidade, na média complexidade a gente não tem experiências, apesar de que no caso, por exemplo, de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa em meio aberto, a própria lei, que é o SINASE, que é a lei do sistema sócio educativo, ela prevê a possibilidade dos municípios formarem consórcio para ofertar esse serviço, só que a gente não tem no estado isso. E no caso de CREAS, a gente também não tem nenhuma experiência no estado. Quando a gente fala consórcio geralmente esse assunto é bastante delicado, a gente vem discutindo isso também na câmara técnica. Porque a gente pensa, e eu tenho falado isso em todas as vezes que eu falo sobre consórcio público na média complexidade, ou na alta complexidade, a gente quer fazer uma discussão sobre consórcios intergovernamentais. O consórcio público

para oferta, por exemplo, de CREAS, seria um alternativa, e aí seria um consórcio intergovernamental. O consórcio ele tem uma personalidade jurídica de direito público, então não é terceirizar o serviço, ele continua sendo um serviço estatal ofertado por entes estatais que seria o poder público municipal e o poder público estadual. Quando forma um consórcio, o consórcio passa a ser parte da administração indireta de cada um dos entes que compõem o consórcio. E a gente tem pensado essa estratégia do consórcio como alternativa para ampliação da cobertura de CREAS. Mas essa é uma discussão que a gente quer fazer na câmara técnica, que seria uma alternativa, que seria além dos CREAS regionais que a gente já tem executados direto, uma possibilidade da execução de CREAS regionais intergovernamentais, com a participação dos municípios e do estado para oferta desse serviço de média complexidade. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Cristiano. Karine, pode continuar. **Karine de Amorim:** Era uma dúvida, quando falou do consórcio eu automaticamente diz a ligação com a questão dos CREAS regionais. Embora, e eu sou muito crítica a respeito da questão de como é feito o consórcio, embora é uma boa estratégia a nível de estado, eu reconheço isso. Mas eu sempre penso na qualidade daquela oferta quando você deixa só o município fazer isso. Mas o que eu queria colocar nessa proposta aqui do PPAG, eu já tinha dito isso outras vezes quando a gente fala da média complexidade, é nós, pelo menos, sinalizarmos aí a gestão da informação dos CREAS regionais. O que eu quero dizer com isso? A secretaria de educação, e parabéns à secretaria de educação ela tem o sistema de formação, de monitoramento e avaliação sobre os casos de violência no ambiente escolar. E um sistema integrado excelente, ele envolve, do estado, metas e prazos e é toda, é da secretaria de direitos humanos, de outra sub, e ele tem uma conexão com vários serviços locais com prazos. Eu penso que como a gente está falando de CREAS regionais a gente poderia tentar implementar essa ação que eu vejo como positiva na educação, para as escolas do estado, nos CREAS regionais de média, e quem sabe implantar nos municípios. Porque a questão do prazo é excelente, porque ele coloca no sistema quem recebeu a comunicação e aquela, a ponta, ela responde quando recebeu e qual foi a tratativa do caso de violência, e quem está, naquele momento, com aquela responsabilização. Então é uma rede que tem Ministério Público, as delegacias de proteção, conselho tutelar, secretaria de saúde, educação, assistência social a nível de município. Então eu vou reiterar essa proposta para a gente pelo menos sinalizar que a gente está pensando no sistema integrado que fala sobre a média complexidade a nível de estado. Essa é uma sugestão para estar no plano. **Elder Carlos Gabrich:** O Cristiano e o João querem fazer o esclarecimentos da fala da Karine. **Karine de Amorim:** A minha sugestão é

porque a gente está falando de um plano para quatro anos, gente, então tem muita água para rolar nessa ponte. Então a gente pode começar a discutir isso agora. **Cristiano:** Karine, só dois pontos, o João vai completar também. Só o primeiro ponto que você fala do consórcio, só ressaltar isso, tá, gente? Porque o tempo eu estou batendo nessa tecla. Quando a gente trata aqui em todos os documentos que a gente apresenta sobre o consórcio público, nós estamos planejando consórcios públicos intergovernamentais, que significa o estado integrando o consórcio. O estado integrando o consórcio significa ele integrar a gestão do consórcio, fazer compartilhado com os municípios a execução do serviço, que isso já acontece nos nossos CREAS regionais. Os CREAS regionais que a gente executa diretamente hoje, que a gente sempre apresenta aqui, a gestão já é compartilhada. A gente não chega lá no município e oferta o serviço não, ela é feita com o município, tanto que o município tem uma referência técnica. Só que a gente quer evoluir isso para um consórcio, de fato, porque isso dá mais robustez, novamente, não é? Em relação aos instrumentos jurídicos e a própria oferta do serviço. Então isso vai ser feito com muito cuidado, com muito estudo porque isso não é uma coisa simples de fazer, operacionalizar isso não é fácil. E não existe experiência no estado, eu acho que no Brasil, em relação à média complexidade com consórcios intergovernamentais. Existem intermunicipais, mas intergovernamentais não. E o segundo ponto sobre isso, que é importante, a gente esteve no mês passado no Ministério do Desenvolvimento Social conversando lá na Secretaria Nacional de Assistência Social, na Diretoria de Proteção Especial. E o ministério está bem também pensando nessa forma, porque a gente tem outros estados do Brasil com muitos municípios e essa é uma estratégia também que está sendo pensada no ministério em relação a consórcios públicos. Sobre o aspecto que você traz aí, o João vai até completar, mas o que você cita aí a respeito do sistema de formação, é o SIMA. E aí eu já te falo que os CREAS já estão dentro do SIMAS, os CREAS regionais. Então eles já estão lá dentro do SIMA, então sempre que tem notificações, denúncias e todo o fluxo que acontece dentro do sistema, e acho que o João pode falar melhor para todo mundo entender o que é o SIMA. Mas os CREAS já integram o SIMA, já estão lá dentro do SIMA, eles tiveram uma capacitação, inclusive, os quatro CREAS sobre isso, então eles já estão seguindo tudo que está lá dentro do SIMA nesses fluxos de denúncia, de resposta, então já está lá também. O João deve falar a respeito para os outros CREAS municipais do estado qual que é a previsão também. **Karine de Amorim:** Até o João chegar, eu só gostaria também de colocar para o presidente e o vice-presidente do CEAS, a questão da capacitação de nós conselheiros para o SIMA. Eu já tive a capacitação, mas eu gostaria muito que o conselho do estado tivesse acesso a essa informação para que a

gente tenha uma discussão mais qualificada quando a gente for falar sobre gestão de formação e fluxos de trabalho da média complexidade. **João Paulo:** Boa tarde a todas e todos, João Paulo, estou na diretoria de vigilância da SEDESE. Karine, com relação a esse sistema, o SIMA, já é uma demanda antiga, a gente já trabalha há muito tempo, eu estou na SEDESE tem nove anos e desde que eu entrei lá a gente já conversa sobre isso que é um vazio que a gente tem no sistema para registro. Isso no Brasil inteiro porque não tem um sistema federal, e foi pactuado na CIB, 2021, igual a Gabi colocou, então já está pactuado pela CIB a implementação desse sistema do SIMA. O SIMA ele já existe na subsecretaria de direitos humanos, é o SIMA Municípios, que é um, ele está dentro do CERDH que também é todo um sistema de direitos humanos, ele faz parte desse sistema. E aí a educação fez um módulo, que é o SIMA Educação, e nessa mesma perspectiva a gente está construindo, já está em construção o SIMA SUAS. Então a gente vai ter o SIMA Municípios e ele vai estar integrado com o SIMA Educação e com o SIMA SUAS. Vão ter alguns módulos específicos dentro do nosso escopo de atuação do SUAS. Porque o SIMA Municípios ele é específico para os direitos humanos, então ele tem, ele é customizado para as demandas dos direitos humanos. Então assim, a gente já está no processo, a gente começou no final do ano passado esse processo de implementação do SIMA, temos um cronograma, estamos desenvolvendo esse trabalho. A meta é no meio do ano que vem a gente estar com o sistema pronto, assim, de acordo com o nosso cronograma, no meio do ano que vem com o sistema pronto e todos capacitados. E não vai ser só para CREAS municipais, quem vai acessar o sistema, também está previsto, pelo menos inicialmente na nossa avaliação, CRAS e todos os profissionais do CRAS, dos CREAS municipais e têm outros atores da rede também. Porque como você bem colocou, o sistema ele organiza os fluxos e os encaminhamentos internos, então outros profissionais da rede também atuam na situação de violência e vulnerabilidade. Então todos, dentro da sua atribuição de acordo com a NOB, com a tipificação, vão ter atribuições, também, dentro do sistema. Então a forma de organizar esses fluxos, então nós já estamos num processo de implementação, como eu disse. De acordo com o cronograma, até o final desse ano o sistema, a gente prevê ele já pronto, esse módulo SIMA SUAS. E aí sim capacitar a todos. Acredito que o CEAS, como você colocou, seja importante entrar também como instância de controle social. A gente tem previsto todos os profissionais de nível superior dos CRAS e dos CREAS. **Karine de Amorim:** Só esclarecendo, eu tive acesso ao SIMAS Educação. Na verdade ela é toda baseada nos direitos humanos e violação em direitos humanos. Enfim, eu tive acesso a esse módulo, está bom? **Elder Carlos Gabrich:** Está ótimo. Agora a gente tem inscrito Grazi, Jorgiane e Lucas, são 11:50.

Eu ia sugerir que a gente fechasse as inscrições, fizesse a votação desta ação, aí a gente só dá posse para o conselheiro Leandro, que já está aqui e vai para o almoço, se vocês concordarem. Então, Grazi, por favor. **Grazielle Vieira:** Só reforçar que o Cristiano trouxe para a gente, a Gabriela já falou, da SEDESE, já falou dessa questão que foi uma demanda da comissão a ampliação dessa meta, e o Cristiano coloca que 187 municípios estão desprotegidos pela proteção especial. Então reforçar e chamar a atenção dos nossos colegas que 187 municípios estão desprotegidos. E dentro dessa meta física aqui colocada pelo governo a gente vai ampliar a desproteção, e não ampliar o acesso e a garantia de direitos. Então só fazer esse reforço. E aí também pedir aos colegas em relação a essa, eu não sei, Elder, se a gente poderia colocar essa votação, deixar para depois do almoço, dessa ação, sabe por quê? Porque eu gostaria de lembrar aos colegas que eles fizeram um esforço, a Lindinha não está aqui mais, mas Felipe participou e Carla também participou de uma ação que o CEAS fez de avaliação dos CREAS regionais. Então eu acho que deve contemplar, eu até chamei atenção isso na comissão, eu acho que deve contemplar a fala desses colegas e o que foi identificado nessa ação. Então eu queria convidar a Carla e o Felipe que estão presentes para também lembrar, rememorar aquilo que foi avaliado nessas visitas para a gente contemplar e garantir a escuta naquele momento em relação à média complexidade. **Elder Carlos Gabrich:** Agora é a Jorgiane, Lucas. Então a proposta é que a gente não faça a votação no almoço, então eu vou fechar a inscrição na Mariana. Pode responder então, Mariana. **Mariana Resende Franco:** Lucas, na nossa comissão de normas ontem, acho que o que ela está falando é da meta física. Na comissão de normas a gente sugeriu a atualizar a meta física colocando da seguinte forma, lógico que isso tudo é sujeito à deliberação posterior, inclusive pactuação na CIB, porque a gente não vai fazer ampliação de CREAS sem passar pela CIB. A proposta que saiu da comissão de normas, que está na súmula, e a secretaria executiva tem a súmula, é de que a meta de duzentos e quatro municípios, que é a quantidade de municípios que não, de municípios de pequeno porte um, que não tem cofinanciamento do estado. Que essa meta de 204 ela seja diluída, só que ontem a gente ficou na seguinte discussão que eu falei que isso vai ter que passar pela CIB. Hoje a gente tem o valor de oito mil reais, a proposta que a gente trabalha dentro da superintendência do Cristiano, é de aumentar para dez mil reais e para os 204 municípios além dos que já têm. Como que a gente vai colocar isso no PPAG? Seria dividindo as metas nos quatro anos, e obviamente a gente fazendo a captação do recurso para isso. **Lucas Estevão Ribeiro:** Continuando, então. Então a meta física, a meta física que a gente está propondo é no seguinte sentido, priorizando a qualidade do serviço e não a quantidade de cobertura, que

foi algo que a gente discutiu, a meta física de 2024 seriam os mesmos cinquenta e um que são propostos, que são aqueles dezessete mais os que estão implementando os CREAS municipais, que o CEAS deliberou que a SEDESE tem que acompanhar. Então seria cinquenta e um. Para o ano de 2025 seriam inclusos mais trinta municípios daquela listagem de 187. No ano de 2026 seriam inclusos mais trinta municípios dos 187 e em 2027 mais trinta desses municípios, priorizando-se justamente a qualidade do serviço que é o aumento do repasse do recurso que aqueles oito mil que a gente discutiu que ele não é suficiente para poder garantir uma qualidade do serviço. Ou seja, a gente ampliaria gradativamente a cobertura, garantindo-se a qualidade do serviço que, em tese, é justificada pelo maior aporte de recursos nesses municípios. **Jorgiane Suelen de Souza:** Primeiro eu queria fazer uma pergunta em relação a isso antes de me pronunciar. Eu tinha entendido, pelo que está na meta física, e aí vocês me corrijam se eu estiver errada, que em 2024 haverá um aumento de cinquenta e um, em 2025 mais cinquenta mais cinquenta e um, em 2026 mais cinquenta e um e 2027 mais cinquenta e um. E aí eu vou falar novamente isso porque a gente aprovou isso acho que em CIB, eu vou voltar isso para a SEDESE também que eu acho que é interessante a gente discutir. Porque foi apresentado lá que vai ser uma cobertura para 187 municípios e dezessete CREAS não financiados. O que somando os quatro dá duzentos e quatro. É isso mesmo, não é? Então na verdade não está havendo uma desproteção, porque vai haver a cada ano um aumento de cinquenta e um. Mas é isso que aqui vem, é isso que eu gostaria de explicação. **Elder Carlos Gabrich:** Gente, atenção senão a gente não vai conseguir ouvir todo mundo. O próximo inscrito é o Cristiano. **Jorgiane Suelen de Souza:** Mas eu não, eu só fiz uma pergunta, eu quero uma orientação primeiro para depois me falar. **Elder Carlos Gabrich:** Atenção que a gente está quase terminando a parte da manhã. Cristiano é o próximo inscrito e aí depois dele, o que foi sugerido pela Grazi é que a gente pare a discussão e continue à tarde para que tenham mais manifestações. Mas vai ter a posse só conselheiro. **Cristiano:** Teve uma coincidência matemática aí, viu? Matemática não, de números. Só para esclarecer, Jorgiane, essa meta de cinquenta e um que está aí ela está se repetindo, todos os quatro anos. E coincidentemente deu duzentos e quatro, que é o número que a Mariana citou, e eu já vou explicar o porquê do duzentos e quatro que a Mariana cita, mas primeiro o cinquenta e um que está aí. É a mesma meta que está cinquenta e um, a mesma meta em 2026, 27, 28 e 24, não é? 24, 25 e 26, são a mesma meta, não é soma não, é cinquenta e um. E o quê que é esse número cinquenta e um que está em PPAG? A gente coloca cinquenta e um aí porque o que a gente tem de financeiro garantido hoje no estado são para cinquenta e um municípios. O que são esses cinquenta e

um municípios? São vinte e cinco municípios abrangidos por CREAS regionais, mais vinte e cinco municípios que são cofinanciados com CREAS municipais, uma parte deles foi daquela alteração que a gente fez no ano passado, das metas do plano, mais um centro dia que é cofinanciado pelo estado também, por isso que dá os cinquenta e um. Então o que a gente colocou aí, que foi a mesma discussão que a gente fez na alta, porque tem esse número da metafísica? Porque é o que a gente tem de garantido hoje de recurso financeiro, então isso é uma coisa, então não é soma, tá? É cinquenta um, cinquenta um, cinquenta um, cinquenta um, está se repetindo. O que a Mariana traz, que é uma outra discussão, e aí eu já emendo com uma questão que a Grazi traz, que é em relação á desproteção. Eu discordo, viu Grazielle? Sabe por quê? Porque em 2021 o estado, a SEDESE solicitou à comissão intergestores bipartite a criação de uma câmara técnica e o título da câmara técnica é ampliação da cobertura da proteção social especial. E desde 2021 o CEAS integra essa câmara técnica, a gente vem fazendo várias discussões porque a demanda de ampliação da proteção especial de média e de alta complexidade é gigantesca no estado. Nós acabamos de falar da alta, nós estamos falando da média, só na média é isso que nós estamos falando, CREAS, a média não tem só CREAS não, pessoa, a média tem centro dia, a média tem medida socioeducativa, centro POP. Então assim, nós estamos fazendo uma discussão aqui porque assim, a gente está focalizando aqui nos CREAS por quê? Porque os CREAS são os Centro de Referência Especializada de Assistência Social que é a principal unidade de referência da média complexidade. Então assim, a gente ficou aqui em CREAS, e eu discordo que a gente está reforçando aqui a desproteção porque o diagnóstico que foi elaborado em 2021 por iniciativa da SEDESE junto com a câmara técnica, que tem Ministério Público, têm outros atores, inclusive o CEAS, identificou pela primeira vez no estado, nem na época do plano de regionalização em 2015 esse diagnóstico tinha sido feito, sobre a incidência de violação município sem cobertura. Então a gente foi o primeiro produto que a gente fez por quê? Porque para a gente ampliar a cobertura a gente precisa saber quais são os municípios, hoje a gente sabe. Tanto que eu citei esse número aqui, aí, Jorgiane, eu volto agora no que a Mariana falou, a gente vem discutindo internamente, vem apresentando esses nomes, inclusive essa semana, tanto no Ministério do Desenvolvimento Social para os secretários estaduais de assistência social, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que estavam no FONSEAS, essa possibilidade de ampliação da cobertura inicial para os 187 municípios identificados no diagnóstico estadual que não têm coberta de média complexidade com o CREAS, mais 17 municípios que têm CREAS municipais. São 17 municípios de pequeno porte um que têm CREAS municipais, mas não tem

cofinanciamento nem estadual nem federal. Então por isso que a gente está incluindo esses municípios que eles têm cobertura, mas eles não tem cofinanciamento nem estadual nem federal. Por isso que dá esse número duzentos e quatro, que é o que a Mariana trouxe, que é um universo que a gente está trabalhando inicialmente que é de 187 sem nenhuma cobertura, mas 17 que têm cobertura, mas não têm cofinanciamento. Então não sei se ficou claro a diferença aí que eu tentei fazer para vocês entenderem o que é a meta. Mas eu discordo, de novo, só para finalizar, tá? Que a gente não está discutindo essa questão da desproteção porque a gente está incluindo isso, inclusive dos nossos planos, e nessas discussões que a gente está fazendo. Isso é importante por quê? Porque isso tudo está sendo apresentado internamente para o próprio governo e para a própria secretaria de fazenda e as outras secretarias dentro do estado. Porque a gente está dando nome para esses municípios e está dizendo o seguinte, a gente precisa de recursos estaduais para poder cofinanciar esses municípios. **Elder Carlos Gabrich:** Ok. Jorgiane, aí a gente vai encerrar as inscrições nessa parte da manhã. **Interlocutor não identificado:** Cristiano, é interessante como você discorda concordando, não é? Não medindo esforços para conseguir que esses CREAS chegam. **Jorgiane Suelen de Souza:** Eu vou falar uma questão que agora é assim, vai totalmente contrário. O que é meta? Meta é aonde a gente quer chegar. Se eu coloco aqui cinquenta e um eu não estou tendo meta, eu estou executando o que já é feito. Aí a situação aqui, aqui a meta tem que ser os duzentos e quatro, agora se não conseguir aí é uma questão que no próximo PPAG vai ter lá a quantidade que faltou. Então aqui esse número ele tem que ser cumulativo ou então fechar em duzentos e quatro nos decorrer. Agora é uma situação, isso aqui não vai ser cumprido? Aí a gente tem que lutar pelo governo para ele cumprir, a meta tem que ser maior do que o que já é executado. **Elder Carlos Gabrich:** Gente, eu ia falar para a gente continuar, é porque eu encerrei as inscrições. Espera aí, gente, só organizar. A gente tinha parado as inscrições agora porque já é meio dia, a gente precisa dar posse para o Leandro ainda. Então só saber, vão ter as duas de Suzane e Mariana? Podem fazer as contribuições e a gente parar? **Interlocutor não identificado:** Eu já quero propor encaminhamento, eu acho que é só para fechar, gente. As discussões aqui elas estão complementares, elas não estão contraditórias. A gente está falando do cenário que existe que não tem cobertura de cofinanciamento, ponto. Nós temos os dados. A questão é, na colocação, na redação da meta física, esse cenário de descobertura ele tem que ser diluído e virar meta para a SEDESE executar, é isso que nós estamos falando. Resumindo, eu não estou vendo ninguém discordando, eu acho que está todo mundo concordando que é isso que a gente tem que fazer. Então a

minha sugestão é a gente apenas focar nos números, o número de cinquenta e um é a realidade já cofinanciada em 2023, hoje em 2023 nós já estamos atendendo cinquenta e um municípios. A gente fazer uma divisão para 2024 cinquenta e um mais quantos? Em 2025 mais quantos? De forma, não é? Ok? Aí isso pode ficar para depois do almoço, aí a gente corrige só o número e depois do almoço a gente volta aqui e no total o número tem que fechar. **Elder Carlos Gabrich:** Ok. É Suzane. Suzane retirou a inscrição. **Lucas Estevão Ribeiro:** Então a meta de vinte e quatro passa à sugestão da... ah? Eu vou sugerir o aumento somente de trinta, tá? Então a meta de vinte e quatro passa para oitenta e um, de 2025 para cento e onze, a de 26 cento e quarenta e um, e a de 2027 cento e setenta e um. Não, do Lucas, a proposta do Lucas que é meio termo porque eu sei que não vai ter perna para poder dobrar a meta. **Interlocutor não identificado:** Mas não adianta, a gente tem que colocar o número mais alto para mostrar a importância e a demanda. Porque tem justificativa para o que é, então eu ainda voto manter sim os duzentos e quatro no total e a gente lutar para alcançar os duzentos e quatro. Podemos não chegar, mas vai ter, tem que ter, nós estamos lutando para ter. **Elder Carlos Gabrich:** Então, gente, estamos pausando a discussão agora. Posse do novo conselheiro, um momento. Leandro é o nosso novo conselheiro que vem, se não me engano, em substituição ao Ludson. E aí a gente gostaria. **Leandro:** Bom dia. Questão de ordem aqui, para não me alongar muito eu posso deixar a apresentação para depois do almoço. **Elder Carlos Gabrich:** Pode falar agora. **Leandro:** Então está bom. Gente, foi uma alegria aqui encontrar com a minha colega conselheira Sandra que foi presidente do CNAS de BH lá em 2007, nós fomos colegas lá. Me chamo Leandro, sou assistente social há mais de dez anos, pelo menos há vinte atuando em algum lugar da assistência social, seja na sociedade civil, seja no governo, seja na gestão. E vim para o conselho estadual a pedido da nova gestão do CREAS MG, substituir exatamente o Ludson, que pelo que eu vejo um colega muito querido por aqui pelo conselho também, como é querido em todo lugar que a gente encontra. Um grande amigo também. Sei da pauta do conselho regional, já ouvi falar do CRT por aqui. Estou muito feliz de participar dessa composição aqui, sei da importância do CEAS para o avanço da política pública de assistência social nesse estado. Contem comigo, estou aqui como sociedade civil, mas não vejo um embate de nós contra eles, estou vendo posicionamentos aqui de SEDESE, posicionamentos de COGEMAS, posicionamentos de governo que são muito prudentes. Eu acho que o nosso ponto de vista tem que ser o ponto de vista que impera pela prudência e não aquele que impera pelo meu ponto de vista ou pelo ponto de vista do colega. Muito obrigado. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado. Seja bem-vindo. A gente retorna uma e meia.

Elder Carlos Gabrich: Boa tarde. Então vamos retomar a nossa reunião, peço que os conselheiros titulares ou em situação de titularidade tomem assento à mesa para a gente voltar à discussão. E aí eu já queria até combinar com vocês o seguinte, a gente tem que encerrar o PPAG hoje e a gente tem que discutir conferência hoje ainda, porque a primeira conferência já é na terça-feira e têm coisas que têm que ser passadas. Então eu sugeri que a gente acelere as discussões, encerre até três horas o PPAG para que a gente discuta a conferência logo em seguida. Ia sugerir também que nos pontos das ações os coordenadores de comissão se manifestem e a gente também limite o número de inscrições, porque afinal foi discutido ontem durante as comissões. Acho que vai ficar mais célere e vai dar para todo mundo participar. Oi, Gabi. **Gabriela Loiola:** Só para registrar, Elder, que eu vou participar de uma audiência então vou me ausentar em determinado momento aqui da reunião por volta das três horas. Com relação ao PPAG muita coisa nossa comissão ficou na expectativa de trazer para a discussão aqui, então eu fico pensando se essa limitação não vai acabar nos prejudicando, porque nós tentamos fazer lá e nós: “Não, mas isso vai ser feito a leitura aqui na plenária e tudo mais.” Então é só esse ponto que eu gostaria de registrar porque nós esperamos que nós pudéssemos ter essa oportunidade de fazer maiores manifestações aqui. **Elder Carlos Gabrich:** A ideia é justamente que os coordenadores vão trazendo para não se perder nada das discussões. E as comissões analisarão de acordo com seus assuntos. A comissão de orçamento está trazendo essa análise de metas e tudo, acho que a gente pode seguir dessa forma. Então podemos combinar isso? Cada ação vai ter a fala dos coordenadores de comissão e mais três inscrições senão a gente não consegue fechar a tempo. Podemos combinar dessa forma, gente? Se ninguém falou nada eu entendo que sim. Podemos continuar? **Interlocutor não identificado:** A gente não concluiu ainda a discussão da média complexidade. **Elder Carlos Gabrich:** A Carla e o Felipe não estão aqui ainda, a gente vai ter que andar. O Felipe está? Você quer fazer algum ponto? **Interlocutor não identificado:** Só uma questão, Elder, que a gente saiu do almoço com duas propostas com relação à meta física, a proposta do Lucas, gente eu vou pedir silêncio aí para quem está acompanhando a plenária, por favor. na primeira proposta o Lucas pedia um acréscimo de trinta em cada ano, na proposta da Jorgiane era para a gente chegar, ampliar mais duzentos e quatro até o ano de 2027. Então a gente só precisa concluir aqui as metas e votar numa das duas propostas talvez. **Elder Carlos Gabrich:** Como governo, o governo não vê problema em colocar a meta de cinquenta e um até chegar duzentos e quatro, a gente não se opõe. **Interlocutor não identificado:** Então a segunda proposta, não é? Que a primeira proposta é Lucas e ele não está aqui,

mas aí. **Elder Carlos Gabrich:** Podemos então, gente? Você fica na mesa, inclusive. Você é titular. Você não tem plaquinha ainda, mas você vota levantando a mão. Então os conselheiros, então vamos agora votar a proposta de alteração da meta da ação da média complexidade. A proposta trazida pela conselheira Jorgiane e acatada pelo governo é que pode se colocar os cinquenta e um acumulando até chegar aos duzentos e quatro. E a outra proposta trazida pelo Lucas, ele deixou claro, é que sejam trinta por ano. Então os conselheiros que concordam com a proposta um, de cinquenta e um por ano chegando a duzentos e dez favor se manifestarem. É isso, chegando a duzentos e dez, a gente está votando na proposta, você está votando na proposta (trecho incompreensível). É a alteração da meta para chegar a duzentos e dez, é a proposta que você colocou. Os conselheiros que concordam com alterar a meta da ação da proteção de média complexidade de ser cinquenta e um acumulando até duzentos e dez, em 2027. **Interlocutor não identificado:** Duzentos e cinquenta e cinco que é cinquenta e um mais duzentos e quatro. **Elder Carlos Gabrich:** Desculpa. Se manifestem, por favor. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze. Os conselheiro que concordam com a proposta do conselheiro Lucas, do aumento ser de trinta por ano, chegando a cento e quarenta e um se manifestem. Gabi, você está votando duas vezes. Um voto do conselheiro Lucas, então proposta um aprovada. Desculpa, abstenções. Simone. Vamos seguir então. Felipe, você tem alguma consideração sobre essa ação? Porque a Grazi falou que talvez você quisesse contribuir. E aí vamos fazer Felipe, a Carla, se ela chegar, e depois a gente já vai votar nos encaminhamentos. **Felipe:** Eu levantei a mais na hora da votação porque eu fiquei em dúvida com a questão dos duzentos e quatro ou duzentos e cinquenta e cinco. **Interlocutor não identificado:** Hoje a cobertura em 2023 já é cinquenta e um, então a proposta para 2024 é manter os cinquenta e um, só que até 2027 a gente precisa ampliar em mais duzentos e quatro, então cinquenta e um mais duzentos e quatro é duzentos e cinquenta e cinco. **Felipe:** Então aí a cada, são quatro anos, a cada ano a meta seria aumentar mais cinquenta e um? **Interlocutor não identificado:** Vai ter que distribuir, não é? **Felipe:** Os duzentos e quatro por quatro, cinquenta e um por ano. Eu entendi isso. Ou cento e um a meta anual de aumento, chegar a duzentos e cinquenta e cinco no final. **Elder Carlos Gabrich:** Deixa só a Suzane falar, gente, talvez ela esclareça esse ponto. **Suzane:** Não, então é isso. É porque a gente começa com cinquenta e um e tem que acabar com duzentos e cinquenta e cinco em 2027. Distribuindo igualmente tem que acrescentar sessenta e oito por ano. Então em 2024 cinquenta e um, 2025 cento e dezenove, 2026 cento e oitenta e sete, e aí 2027 duzentos e cinquenta e cinco, aí é um acréscimo de sessenta e oito a cada ano até chegar no total que

é duzentos e cinquenta e cinco. **Felipe:** Entendi. É porque vai dividir os duzentos e quatro por três ao invés de dividir por quatro, entendi. **Elder Carlos Gabrich:** Querem votar de novo ou não é necessário. Você quer registrar, Simone? Então podemos, os que concordam com a alteração conforme falado pela Suzane, por favor, se manifestem. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze. Os que concordam com a outra proposta de aumento de trinta, Lucas. Abstenções. Gabriela e Isaac não estão aqui. A Gabi, inclusive, já justificou que ela ia ter um compromisso, mas que ela volta em seguida. Agora, gente, só dois pontos, Carla, você tem alguma fala a respeito da ação da média? Alguém pediu fala? A Carla falou que ela não tem a contribuir, o Felipe já fez a contribuição dele, vamos votar a ação então. A ação da proteção social de média complexidade, aqueles que concordam com as alterações trazidas pela comissão de orçamento e demais, por favor, se manifestem. Você tem dúvida, Iara? Ah, sim, ok. Seja bem-vindo de novo. Então aqueles que concordam com as alterações propostas pela comissão de orçamento e demais, por favor, se manifestem. Acho que agora foi unânime. Aqueles que discordam, reprovam. Abstenções. Então vamos para a próxima ação. Gabi, pode continuar. **Gabriele Sabrina:** Então ótimo. Então está sendo providenciado a plaquinha dos novos conselheiros. Muito obrigada, Simone. Agora nós vamos passar, quem está aí com o documento impresso para a ficha do Aproximação SUAS. A comissão de política, já registra aí, no campo três, acho que eu falei isso lá no início da fala, todas as ações estão dentro do FEAS, unidade orçamentária, a gente pacificou. Mas a ação do Aproximação SUAS está dentro do FEAS, só que vinculado ao programa Percurso Gerais, que é isso aí, o campo três, políticas de promoção ao desenvolvimento social no contexto rural, percurso gerais trajetória para autonomia. Então essa é uma especificidade com relação à ação do Aproximação SUAS que ela já existe no PPAG desde o antigo, ela foi criada lá em 2019. Mas agora com essa adequação aí de vinculação ao programa ao qual ela pertence. O campo oito, a gente também, o FEAS apresentou lá que teve um erro material na hora de marcação na ficha, o campo oito tem que marcar ação estratégica para esse projeto. No campo, é Aproximação SUAS. No campo quinze, quadro de metas da ação, também foi apresentado pelo FEAS uma necessidade de alteração da meta física que chegou para a gente no primeiro envio do PPAG. Então a meta que chegou para a gente era sessenta e nove nos quatro anos, a mesma meta de sessenta e nove nos quatro anos. Aí o FEAS pediu essa alteração para cento e vinte e nove, a meta física cento e vinte e nove no primeiro ano, que é o ano de 2024. E a meta física cinquenta e seis nos anos seguintes. Aí qual que é a memória? Dos cento e vinte e nove para 2024 está contemplando tanto os setenta e três municípios com

menor IDHM que já receberam repasse do Aproximação SUAS que já estão contemplados hoje pelo programa. Mais cinquenta e seis novos municípios. E aí a comissão pediu, inclusive, não, em 2023 a gente tem setenta e três, aí para 2024 está sendo proposto setenta e três mais cinquenta e seis que aí seria cento e vinte e nove. Já vou passar a palavra porque eu acho que nessa ação a gente discutiu basicamente isso, a necessidade de compreender o que são esses cinquenta e seis, então a Grazi até falou: “Tem critério? Então vamos colocar esses critérios que fiquem bem transparente no detalhamento da implementação, quais são os critérios para esses novos municípios. Porque a gente falou, a gente conhece o critério dos setenta e três, que é o IDHM, qual que é o critério dos demais. Então a gente pediu para incluir aí, eu acho que eu está, não sei se eu preciso ler os critérios? **Elder Carlos Gabrich**: Pode ler, eu acho melhor. **Gabriele Sabrina**: Eu vou ler e a equipe do Elder se puder explicar. Então além do IDHM, municípios que não estão na atual lista do Percurso Gerais, que são rurais de acordo com a tipologia do IBGE, que pertencem à área do SUDENE, que possui vulnerabilidade climática extrema, muito alta ou alta, e que o percentual de famílias em privação no CAD Único, segundo o IPM – Índice de Pobreza Multidimensional é acima da média para Minas Gerais. O percentual médio em Minas Gerais é de 0,5 ou 50,15% de famílias no cadastro em privação. Que estão nas regionais de Almenara, Araçuaí, Montes Claros e Salinas. Dois, a gente pede para que seja incluído também nos critérios, no detalhamento da implementação esse passo de pactuação e deliberação dos critérios de partilha no programa, antes que esses municípios sejam selecionados que isso passe pela pactuação da CIB e deliberação do CEAS. Outro ponto importante, além de discutir o critério para essa meta, foi até a conselheira Baião, ela sempre trouxe isso aqui, em todas as discussões do Aproximação SUAS, uma necessidade, assim, compreender porque a gente está indo para alguns municípios. Então uma necessidade de ampliar essa meta progressivamente também nos anos seguintes, de modo a atender a totalidade de município. Porque ela até perguntou: “O critério é município rural?”, mas não são só esses cento e poucos, o estado tem 853. Então a Baião nos provocou e a gente registrou aí também mais uma vez essa necessidade de ampliar a meta, pensar na totalidade dos municípios de Minas Gerais que estejam com essa situação. Então aí vou passar para o Elder para a explicação sobre o projeto. **Elder Carlos Gabrich**: Primeiro só explicando porque os setenta e três não vão continuar, porque a ideia é que ele é um projeto mesmo, inclusive os municípios têm a vigência de dois anos para gastar o recurso e serem monitorados por dois anos. Então agora em 2024, se não me engano, que está ali, esses municípios vão completar o circuito de dois anos e aí eles não vão ser mais atendidos pelo

projeto, porque eles já receberam os recursos, já foram monitorados e a gente já vai até começar a avaliar o impacto. Então por isso que começa com cento e vinte e nove depois vai para cinquenta e seis. Em cinquenta e seis são novos municípios que agora que eles vão receber o recurso. Esses critérios eles foram feitos por uma área da SEDESE que chama de escritório de dados sociais, e o que percebeu-se? Que usar só o IDHM talvez não fosse suficiente para fazer essa seleção de municípios que precisam dessa atuação do Aproximação. Então foi feita uma combinação de vários indicadores, esses indicadores consideram o cadastro único, mas também consideram características geográficas e climáticas dos municípios. E o principal é que o Aproximação é um programa muito voltado para a criação das equipes volantes, o cadastramento no CAD Único, as ações de busca ativa. E na primeira fase dele, quando se rodou o IDHM, já percebeu que setenta e três municípios são de pequeno porte e majoritariamente rurais. Então nas avaliações de resultado do programa percebeu-se que isso foi um ponto positivo, então por isso que esses municípios, esses novos municípios têm essas características parecidas. Então foi essa lógica que foi utilizada para esses novos cinquenta e seis. E sobre o que a Baião falou, concordamos, e a ideia é justamente essa, que a gente vai atendendo os municípios aos poucos para que todos possam receber esse recurso financeiro. Só um momento, é porque eu queria saber se os coordenadores de comissão têm alguma consideração para depois a gente abrir em geral. Felipe. Felipe, FET SUAS – MG. Não especificamente de um ponto discutido na comissão, mas como coordenador da comissão de apoio, sobre o termo que é usado no campo três, da promoção do desenvolvimento social eu gostaria de entender melhor porquê a gente sabe que desenvolvimento social está muito para além da assistência, não é só assistência social. E aí extrapola a competência do CEAS. Então eu gostaria de saber da possibilidade de alterar esse termo e colocar o desenvolvimento, a promoção a política de assistência social no lugar de desenvolvimento social. Campo três, está para cima. **Elder Carlos Gabrich:** O Lucas está sinalizando que a Mariana até explicou isso na reunião deles curso de normas. Mariana, você quer explicar de novo, fazendo favor? Para todos, dessa vez. **Mariana Resende Franco:** É porque o programa é Percurso Gerais, o programa Percurso Gerais ele compreende vários projetos. O projeto de assistência social é o Aproximação SUAS, voltado para os fundos de assistência social, para a parte, principalmente, da proteção básica, porque esses municípios eles têm só proteção básica. Então o programa Percurso Gerais ele é desenvolvimento social mesmo, está, Felipe? Porque dentro do programa tem ainda o projeto que chama Trajeto Renda e Trajeto Moda, que é o de geração de trabalho, emprego e renda. Tem o de habitação e de melhorias

habitacionais, e tem o de saneamento, que é acesso à água para a agricultura familiar. Então o programa Percurso Gerais, esse novo PPAG ele vai ter um programa dentro do PPAG, igual a gente tem o programa Fortalecimento do SUAS, a gente vai ter o programa Percurso Gerais. Dentro dele os projetos vão vir separados, tá? **Elder Carlos Gabrich:** Nenhum outro governador? Então podemos abrir já para a Grazi e para a Iara. **Graziele Vieira:** Elder, só uma explicação mesmo, que você está dizendo que o programa ele é voltado, principalmente, para a criação de equipes volantes e a manutenção dessas equipes depois? Porque como que fica, como que o município tem aporte financeiro para manter essas equipes? Então é só uma explicação nesse sentido. **Elder Carlos Gabrich:** Pode perguntar, Karine, que eu respondo tudo. **Karine de Amorim:** Eu só queria ter um esclarecimento pelo que eu recebi aqui, é só para questão de correção do texto, se for o caso. Aqui está nessa folhinha encaminhar as famílias para o projeto Percurso Gerais, aí não seria colocar Programa Percurso Gerais que já vêm todos os subprojetos que a Mariana citou? É só uma questão de correção de texto. **Elder Carlos Gabrich:** Três pessoas então. Pode falar. **Iara da Costa Nogueira Reis:** Elder, dentro também da sua explicação, queria que você ampliasse um esclarecimento no sentido de que no Aproxima SUAS você citou a capacitação que já foi feita, que será realizada para esses cento e vinte e nove e já foi realizado para outros, referente ao CAD Único. A gente tem feito uma discussão de algo até a presença do Nelson aqui, da diretoria do CAD Único, bem-vindo, viu, Nelson? Talvez você consiga nos ajudar nisso. Dentro do Aproxima SUAS a gente sabe que têm várias mudanças aí dentro do CAD Único e já é de conhecimento que o estado está se organizando para que as informações cheguem e as orientações para os técnicos que estão lá no CAD Único. E aí esses que já passaram por essas capacitações, como que o estado está prevendo, tem alguma previsão dentro do Aproxima SUAS, até mesmo dentro do que a Grazielle colocou de retomar na capacitação para esses técnicos, considerando essas mudanças que a gente tem do CAD Único, não é? E das questões que estão tratadas na diretoria do CAD Único para poder chegar o acesso da informação a esses técnicos. Como que está sendo visto isso? **Elder Carlos Gabrich:** Nelson vai dar as respostas então que ele pediu. **Nelson:** Boa tarde. Diretoria de gestão do CAD Único e programas sócios assistenciais. Acho que eu vou tentar responder todas as questões. Primeiro, assim, que o Aproximação SUAS ele é um projeto então ele prevê já, a gente já tinha essa previsibilidade de atuação por um período, acho que já de encontro com o que a Grazi pergunta, então a gente já previu com o município um planejamento. Então o município, lá no início, ele cria um plano de serviços com relação a esse programa específico, a esse projeto, e ele desenha de que forma ele vai utilizar o

recurso neste período. Então a gente trabalhou com o município nesse sentido e a gente vem trabalhando inclusive na lógica de que ele dê continuidade na execução desses serviços. Então a gente faz esse acompanhamento, e é um acompanhamento que a gente faz trimestral, então a cada três meses a gente senta com o município, olha o desenvolvimento das ações, do plano de serviço, se ele tem executado o recurso ou não, de que maneira que está a aquisição. Porque cada município fez escolha por uma, pelo uso diferente do recurso, e isso é algo que a gente já até apresentou aqui para esse conselho, não é? E aí a gente traz sempre, a cada seis meses, um relatório dizendo de como que está a execução desse recurso, tanto no que diz respeito à execução financeira do recurso quanto física, se o município tem atingido as metas que ele tem estabelecido ali naquele plano. Com relação às ações de capacitação, a gente fez, existiu um ciclo, então setenta e três municípios eles obrigatoriamente precisavam passar por três ações, então a gente trabalhou equipe volante, PAIF e cadastro único. Que a gente entende da importância da integração dessas ações, a gente não pode falar só do cadastro único, ou só do PAIF, então a gente trabalhou de forma integrada com o foco principal nessas três ações. E para além disso, esses municípios eles sempre são contemplados com outras ações, então a gente tenta priorizar esses municípios considerando, inclusive, esses critérios como prioritários para outras ações. Então, um exemplo, a gente tem capacitação para entrevistadores do cadastro único, então a gente coloca ali como prioridade municípios que tenham baixo IDHM. E aí de encontro com o que o Elder trouxe, nesse novo desenho de ampliar um pouco esses índices, a gente começou a olhar também para, por exemplo, os dados do cadastro único. Então municípios, que para além do IDHM também tem um índice maior ali no cadastro unido com relação à população no que diz respeito à extrema pobreza ou pobreza. Então a gente vai ampliando isso para garantir que outros municípios também possam acessar. E findado esse processo dos dois anos com esses municípios, o município ele não vai deixar de acessar as ações de capacitação, ele continua acessando as ações de capacitação. O que acontece é que o processo de acompanhamento dele no que diz respeito à execução física do recurso se finda ali, então a gente não acompanha mais a execução física porque ele cumpriu com a meta que foi estabelecida no plano. **Elder Carlos Gabrich:** Ok. Só uma complementação que eu acho que ficou, a questão que vocês falaram de depois de dois anos como é que fica a questão das equipes. Os municípios que estão estruturando equipes volantes, a grande maioria dele optou por comprar veículo e notebook para estruturar essas equipes, eles não optaram por contratar pessoal com esse recurso. Mas aqueles que optaram eles tiveram essa informação, falaram: “Pensem bem porque daqui a dois anos o recurso acaba você

tem que se programar para você manter essa equipe, de toda forma.” E é a lógica do programa dentro do SUAS, por exemplo, Procad SUAS é uma lógica parecida, ele está passando recursos para os municípios e para o estado, e muitos municípios e estado estão contratando o pessoal, mas eles sabem que em um momento vai acabar. E se a gente ficar passando recurso ad aeternum para esses municípios, aí já não é mais programa, ele está virando praticamente um serviço. E financiamento continuado tem que ser por meio do piso mineiro. **Graziele Vieira:** Então, Elder, a gente precisa então ampliar e ter condições para a gente garantir financiamento ad aeternum através do piso mineiro para os municípios. Porque nessa realidade o município ele fica sem conseguir recurso, e eu vou dizer, eu sou de um município que tem recurso. E aí a Gabriela até chamou atenção, assim, a Vale não repassa o que deveria repassar para Itabira, mas ainda assim Itabira é rica em relação. Mas ela investe na assistência social 1,6% desse recurso na assistência social, o que é muito pouco, mas ainda assim é 93% de todo o recurso da assistência social. Então o que a gente precisa, e aí eu vou pedir uma, chamar o COGEMAS, pedir o governo para que ele então invista naquilo que é recurso, que é o pacto federativo, que é transferir recurso para os municípios, ampliar a capacidade do piso mineiro, as condições do piso mineiro. A gente teve um avanço recente, o pequeno valor era de 2,20 e passou para 2,40, o que é, e aumentou o número de famílias, aumentou a base que a gente precisa também. E colocou em algum momento também em relação ao piso mineiro. Mas é esse esforço que a gente tem que fazer aqui nesse conselho, ampliar o cofinanciamento para os municípios, então chamando o COGEMAS também. **Interlocutor não identificado:** Só agradecer, tá, Nelson? Fiquei esclarecida. E agora é o que somar, a questão que a Grazi trouxe aqui. **Elder Carlos Gabrich:** Então pelo nosso combinado já tiveram as manifestações, acho que a gente pode passar para, e só registrar o encaminhamento que o estado envie esforços junto com o COGEMAS para garantir o cofinanciamento permanente dos municípios e não apenas por meio de projetos. Acho que seria isso, e programas. O encaminhamento vai ser que a SEDESE, com apoio do COGEMAS, e do CEAS, envie esforços, se esforce para obter recursos para o cofinanciamento permanente da política de assistência social por meio do piso mineiro. Mas qual que está horrível, Baião? Já tirei. Para ampliar os recursos, isso, não obter, ampliar. Aí pode pôr no final para além de programas e projetos. **Jorgiane Suelen de Souza:** Eu estou querendo fazer uma pergunta que eu estava almoçando ali, aí hoje eu estou com a minha gerente administrativa aqui, a Franciele, e a gente briga por orçamento lá o tempo inteiro lá fazendo isso aí, não é? Aí a gente estava pensando uma coisa lá na hora que estava almoçando e eu falei: “Eu vou levar isso para a gente poder, a SEDESE

explicar, gostaria muito.” O governador pagou os atrasados, esse recurso ele permaneceu na política da assistência social? Porque o município, quando a gente paga, ou reforma, ou organiza alguma coisa, o orçamento do outro ano ele é ampliado, ele já vai e incorpora ao nosso orçamento. Aí, por exemplo, vou falar assim, o ano passado nós reformamos o centro de convivência, o centro de convivência custou ao município 500 mil reais. Aí nós não retiramos ele depois que passou a reforma, nós pegamos e incorporamos ele ao orçamento. Eu queria entender de onde saiu o recurso que o governador pagou os atrasados, e para onde esse recurso foi depois que já se quitou. Obrigada. **Interlocutor não identificado:** Então, a sua pergunta é muito pertinente. O que acontece, orçamentariamente já estava empenhado, a maior parte do recurso já estava empenhado em restos a pagar desde 2017 e 18, o que não tinha era o financeiro. Então o que a fazenda fez foi remanejamento financeiro para quitar a dívida. Só que esse ano a gente está trabalhando só com a projeção do orçamento vigente. Então ele não estava, não foi incorporado ao orçamento, nem orçamentariamente nem financeiramente, entendeu? **Elder Carlos Gabrich:** Podemos votar então as alterações e encaminhamentos da ação do Aproximação? Todos esclarecidos e esclarecidas? Os conselheiros que aprovam os encaminhamentos da comissão e dos demais, por favor, se manifestem. Acho que foi unânime. A Dona Arlete já chegou, inclusive. **Arlete:** Como eu não acompanhei a discussão, não estou empoderada do que aconteceu, eu pedi que a suplente continuasse fazendo, a partir de agora eu estarei mais atenta e poderei contribuir. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Dona Arlete. Então acho que foi aprovado por unanimidade. Próxima ação. **Gabriele Sabrina:** Educação permanente no SUAS. Nessa ficha a gente não fez muitas alterações, o informe foi no campo dezesseis, detalhamento da implementação. Foi inserido lá no início, antes das primeiras ações, elaborar, revisar e executar o plano de educação permanente. E onde estava operacionalização da escola do SUAS MG a gente inseriu criação e operacionalização na escola do SUAS. Então foi só essa proposta de alteração no texto da ação porque estava contemplando. Lembrando que essa ação, até o PPAG de 2023, era uma ação híbrida de capacitação, apoio técnico e manutenção do órgão gestor. Então todas as despesas de manutenção da SUBAS eram junto com a educação permanente. Nessa proposta de PPAG a gente faz essa separação, então educação permanente vai custear só as ações, formação, capacitação e apoio técnico, e as demais vão ser na próxima ação que a gente vai analisar que é a de gestão. **Elder Carlos Gabrich:** Acabou? Tem mais? Concluiu? Então demais coordenadores de comissão. Concluiu ou não? **Gabriele Sabrina:** Deixa eu só registrar, Grazi está lembrando que teve um momento dessa ficha também que a gente evidenciou os

usuários do SUAS, capacitações para usuários, porque estava em um campo e não estava no outro, o público alvo, gestores, trabalhadores, conselheiros e usuários. **Elder Carlos Gabrich:** Então coordenadores de comissão tem alguma ponderação a respeito da ação? Demais? Grazi, Gabi e Lucas. É que a Gabi tinha colocado uma alteração na ação da educação permanente na reunião da comissão da comissão de monitoramento. Mas, Gabi, se você tiver ela aí, pode fazer você mesmo, acho que não tem problema não. Mas aí você não conta nos três não, se quiser falar de novo você pode falar depois. **Gabriela Loiola:** Aí na questão da educação permanente, ratificando, porque nós também colocamos aí que dentro da, tanto das finalidades como o público alvo, a importância de incluir os usuários. Na descrição nós sugerimos que quando se fala sobre a viabilização descentralizada de qualificação nas modalidades presencial, semipresencial ou à distância enfatizar a prioridade nas atividades presenciais. Tendo em vista toda a situação que a gente já discutiu aqui e que muitas vezes as capacitações no formato que tem sido ofertado não, os técnicos e os profissionais da assistência social não conseguem acessar a capacitação. E aí eu até sugeri que a gente fizesse isso nos moldes do Capacita SUAS, que seria talvez uma referência para a gente. Que eu estou me recordando acho que foram esses os pontos que nós levantamos na comissão. **Elder Carlos Gabrich:** Então seria alteração do texto da descrição colocando que as ações têm que ser prioritariamente presenciais nos moldes do Capacita SUAS, é isso mesmo, Gabi? Ok. Agora acho que é a Grazi. **Graziele Vieira:** Só reforçar porque essa discussão também está sendo feita no NIEP, new e aí o NIEP ele traz o plano de educação permanente como prioritariamente nos moldes do Capacita SUAS, mas eu acho que é importante constar aí também essa frase. E também a prioridade de capacitação de usuários. Então a gente já tinha sinalizado também para colocar, sinalizar porque era importante fazer, colocar esse ponto para não deixar disperso. **Lucas Estevão Ribeiro:** A gente na comissão de normas a gente estava dizendo da necessidade também de incluir aqui a divulgação do Sistema Único de Assistência Social. Não adianta nada a gente fazer um programa que é fortalecendo o SUAS e nós não termos nenhum tipo de ação para a divulgação do Sistema Único, do conhecimento do direito, do conhecimento da assistência social enquanto direito do cidadão e da cidadã que dele necessite. Então incluir dentro dessa ação essa previsão de operacionalização de campanhas de divulgação do Sistema Único de Assistência Social. Tinha mais uma outra coisa que eu acabei não me lembrando. Mas Mariana que fez as anotações, Mariana fica à vontade também para. **Mariana Resende Franco:** Essa questão tanto da capacitação dos usuários como de uma campanha de divulgação do SUAS, isso foi também objeto de discussão no FONSEAS. E o governo federal

falou que vai soltar uma campanha agora recentemente de fortalecimento da assistência, do Sistema Único de Assistência Social que vai muito de encontro ao que a gente está falando de que a sociedade reconheça o Sistema Único de Assistência Social para apoiar na defesa da política pública, além de nós gestores e trabalhadores. Eu acho que é só para enriquecer a discussão. **Lucas Estevão Ribeiro:** Tem só um ponto que eu esqueci de falar é que a meta de 2023 foi de 15 mil, meta física. Então nós temos que aumentar essa meta física para vinte e quatro, então acho que a gente pode aumentar ela aí para dezesseis, não é? **Elder Carlos Gabrich:** Gente, só um momento, a gente tem inscrito ainda Jorgiane e Leandro, a gente tinha combinado de serem três, mas vamos, vocês fazem as suas ponderações o mais breve possível para a gente poder caminhar, tá? E vamos encerrar, e a Gabi tinha pedido também agora, e vamos encerrar então na Gabi. Aí faz Jorgiane, Leandro, Gabi e a gente encerra. **Jorgiane Suelen de Souza:** Eu só queria ressaltar uma questão que a gente até fala muito na CIB em relação a isso, que têm coisas na CIB que não vieram para cá ainda, que foram pontuadas e incluídas. Mas na CIB a gente ressaltou muito perante a apresentação que foi feita em relação à capacitação e assessoramento para as entidades. Isso é uma situação que nós discutimos bastante, o município de Patos de Minas, eu vou colocar ele como exemplo porque nós estamos fazendo uma capacitação, é uma capacitação de quase 200 horas que nós estamos trabalhando com as entidades, com o objetivo de assessoramento, de preenchimento de documentação, de inclusão do Conselho Municipal da Assistência Social para essas entidades executarem serviços da política da assistência social. Então nós vamos estar fazendo esse apoio e isso unifica e fortalece muito a rede sócio assistencial. Então eu acho que é muito importante isso estar incluído, está bom? Obrigada. **Leandro:** Boa tarde. Leandro do CREAS. Eu tenho acordo com o colega, com o Lucas, quando ele trata de uma possibilidade de revisão da meta física para 2024 porque se a meta física para 2024 é a mesma de 23 a gente está andando de lado. Mas eu queria refletir sobre o seguinte, teoricamente, eu sei que não funciona dessa maneira, mas se a gente pegar essa evolução e duas mil e quinhentas pessoas capacitadas ao longo do ano e dividir por 853 municípios a gente está falando que vai capacitar menos de 3 pessoas por município de Minas Gerais ao longo de um ano. A gente precisa refletir sobre o impacto disso, de fato, na política de assistência social. E aí eu abro uma divergência, Lucas, quanto ao que você fala a respeito de direcionar também para uma comunicação, enfim, uma dispersão do conhecimento ao público. Eu concordo que essa dispersão precisa acontecer, mas se a gente está trabalhando com o recurso escasso e a meta orçamentária nem está descrita ainda, a colega já explicou porquê. E se a gente já está

trabalhando com essa ampliação muito restrita de, em tese, menos do que três pessoas capacitadas por ano a mais em cada município de Minas Gerais, a gente pode não ter recurso para tudo isso. **Interlocutor não identificado:** Só um instantinho, Gabi. Observando aqui, fazendo uma continha rápida, nós estamos dizendo que não vamos capacitar nenhuma pessoa, nem um por segmento, não vai ser nem um por segmento. **Elder Carlos Gabrich:** Mas tem proposta, então, de alteração? Só para a gente colocar ali para votar. **Interlocutor não identificado:** Eu quero também colocar uma questão aqui que eu acho que a gente tem que ter uma ponderação, por quê? A gente está com um número alto e a gente está trabalhando desde 2021 concursos virtuais, plataforma, educação à distância, todo mundo aqui sabe, já foi falado diversas vezes que nós temos um contrato de dois anos, foi feito uma licitação em 2021, a gente executou em 2022 e 2023. Os cursos que nós estamos ofertando são cursos em plataforma EAD, com aulas ao vivo, aulas gravadas e etcetera. O que significa isso? A gente consegue atender um número maior, mas não significa que a gente está fazendo como vocês já pediram diversas vezes para fazer de forma presencial. A forma presencial ela é mais cara e ela vai atender um número menor, gente. Até porque não adianta a gente achar que vai fazer vários cursos presenciais, os municípios não vêm, os municípios também tem a demanda lá do dia a dia, divide equipe para fazer o curso, tem que deslocar. Então o que eu estou querendo pedir aqui? Uma ponderação que a gente colocar uma meta muito alta não significa que a gente vai fazer capacitação e qualificação com a qualidade que a gente quer. Então se a gente quer trabalhar com cursos presenciais no formato do Capacita SUAS, a gente não consegue fazer para essa quantidade de pessoas. Além da nossa capacidade operacional, tem a capacidade, a questão da adesão dos trabalhadores e dos municípios. Então a gente tem que ponderar e também, assim, acho que aí é questão de botar o pé no chão, entendeu? E aqui a gente está falando de apoio técnico e capacitação, têm as duas questões. Dentro de capacitação a gente tem aquelas modalidades de capacitação, cursos introdutórios, cursos de atualização, cursos de vinte horas, cursos de quarenta horas. Então assim, quando a equipe pensou na meta de quinze mil, ela pensou isso dentro da nossa capacidade e da realidade do que a gente está fazendo. **Jorgiane Suelen de Souza:** Aqui cabe uma reflexão também, não é? Por exemplo, se a gente fez um curso, provavelmente a gente não vai repetir o mesmo, então a pessoa que foi capacitada em uma área, provavelmente ela se capacita em outra área, mas não naquele curso. Então eu entendo que também essa meta aqui é um pouco diferente das demais porque não vão ser quinze mil pessoas iguais, então acho que talvez cabe essa reflexão. E outra situação aqui também que eu acho que é interessante pensar, o COGEMAS levou uma

proposta nas primeiras reuniões da CIB para criar a escola do SUAS em um formato de repositória. O que seria esse repositória? Um espaço online, como se fosse uma universidade, disponível para gestores, trabalhadores do SUAS, usuários, entidades, todo o público sócio assistencial. De forma que ficasse lá gravado cursos principais, por exemplo, vai assumir um novo gestor de assistência social, vai assumir um novo encarregado de CRAS, o que seria um pacote mínimo de informações que a pessoa deveria conhecer? Então o COGEMAS já levou essa situação para a CIB e reitera que a escola do SUAS é interessante ter esses pacotes. Porque não necessariamente é um curso, mas a pessoa pode entrar, talvez fazer lá a leitura, o estudo para poder compreender (trecho incompreensível) só SUAS e estar preparado para essa ação. Então só para deixar isso claro para vocês. Obrigada. **Lucas Estevão Ribeiro:** Eu até compreendo o posicionamento do Leandro, é Leandro, não é? Mas é importante a gente dizer que ainda que se tenha um orçamento escasso nessa perspectiva, quando se capacita ou nutre de informação uma população do que é o Sistema Único de Assistência Social você também reduz o número de pessoas que precisam de uma formação. Ela pode também buscar mais conhecimento a partir do próprio instigador do questionamento. Então a divulgação do que é o direito ela é importante, por exemplo, para a capacitação do próprio usuário, ele saber do que é direito dele, do que é o Sistema Único de Assistência Social. Facilita com que ele atue com mais veemência dentro dos espaços de controle social, independente de ter ou não a capacitação que hoje é essa a realidade que nós temos. Você vê em municípios que não têm capacitação para os conselheiros. Mas se você tem uma campanha generalizada do que é o sistema único de assistência social, de que forma que ele atua, quais são as perspectivas, quem são os atores e como esses atores fazem com que essa engrenagem do sistema único funciona, para ele é muito mais fácil. Até mesmo para ele poder compreender o processo de formação e de educação permanente e continuada do próprio sistema de assistência social. **Gabriela Loiola:** A respeito do que o Leandro colocou, e no que o Lucas colocou, o que eu queria trazer é o seguinte, foi o que a Mariana falou, o CNAS, quando eu estive na reunião descentralizada, foi falado de que vai haver uma divulgação o governo federal a respeito da questão do SUAS, então uma manifestação nesse sentido. Então talvez a gente não precise gastar esforços aqui, tendo em vista que já tem essa expectativa de campanha do governo federal. E a respeito também do que a Mariana colocou, eu fiquei refletindo aqui, o Capacita SUAS como que ele aconteceu lá na nossa região? Foi dentro da regional, então assim, vários municípios que estavam próximos daquela regional, por exemplo, profissionais da área da proteção social básica, aí inscreveram os profissionais. Então assim, eu penso que

dessa forma dá para atender, realmente talvez um deslocamento de uma equipe para uma cidade, igual para Belo Horizonte, vai ter realmente, talvez, um número pequeno de pessoas inscritas, o município não vai conseguir deslocar, etcetera e tal. Contudo, se a gente pensar n os moldes do Capacita SUAS que foi o que aconteceu lá na regional, eu me recordo que na regional de Salinas, inclusive aconteceu dentro de Salinas, os municípios aos redores foram muitos trabalhadores, nem ficaram em Salinas, iam e voltavam no final das atividades, que aconteceu no período de uma semana, pode ser que a gente consiga contemplar sim uma capacitação eficiente com o que a gente espera do propósito de uma capacitação para os trabalhadores da assistência social. **Karine de Amorim:** Eu não sei se é pertinente falar agora, mas a minha ideia era semelhante ao que a Gabi falou. Eu penso que isso é metodologia de trabalho, que como vocês vão fazer essa capacitação, a minha sugestão seria fazer essas capacitações pelas regionais. Em vez de trazer todos aqui, fazer um por combo, só controle social, só atores que atuam na proteção social básica, na proteção especial, mas que ela seja presencial. E uma coisa que aconteceu no meu último Capacita SUAS, que foi em 2017, nós fomos para Governador Valadares, a capacitação abriu só quatro vagas, uma para o governo, uma para o usuário, uma para a entidade e uma para trabalhador. E a gente precisa pensar da oportunidade desses novos técnicos que estão entrando para o controle social. Nós estamos falando aqui de profissionais que estão há quinze anos, o Leandro está há vinte, eu estou a quinze. Então nós já temos um escopo de informações, mas e os novos colaboradores do SUAS. Então a gente precisa pensar é nessa linha que eu não acredito que seja aqui na proposta do orçamentário, porque a gente está falando de metodologia de trabalho. Como o NEEP vai organizar isso, e a única coisa que eu quero, e se for pertinente, é que ela não seja centralizada em Belo Horizonte, seja pensada em regionais. Eu acho mais pertinente e produtivo, considerando também os novos colaboradores que estão no SUAS. **Graziele Vieira:** Só para contribuir também, como as colegas já estão dizendo. Porque quando a Mariana estava falando me veio à cabeça que a gente sempre fala que a evasão dos cursos online é muito grande, e a gente até já apontou alguns sinais porquê que isso acontece. E aí eu não sei se tem algum dado que aponta para a evasão do modelo presencial. Porque eu lembro muito bem, a Karine citou o Capacita SUAS, eu lembro que a disputa era acirrada e que as salas ficaram cheias todo o tempo. Então assim, eu acho que a evasão ela acontece muito no online e principalmente pela qualidade do online. Esse é um ponto que a gente precisa pensar. E também dizer que a Sandra falou que vai pedir a palavra para falar das campanhas, mas apontar também que a gente precisa pensar que é no dia a dia com o usuário que a gente o qualifica, que a gente

orienta, que a gente transforma a realidade dele e organiza e ajuda ali a compreender quais são os direitos que ele tem, qual que é o papel dele enquanto cidadão no SUAS, através do acompanhamento familiar. E aí eu vou dizer de uma reunião, para a gente ficar atento aqui enquanto conselho, de uma reunião que eu tive com o CRP para discutir, estava lá no CRP para dizer da participação aqui no CEAS. E aí teve uma profissional do CRP que está lá no governo federal do PAIF, na coordenação do PAIF. E ela trouxe um dado de que 86% do atendimento no CRAS é em demanda espontânea. Ou seja, a gente precisa de uma ampliação e uma condição para que esses trabalhadores eles deem conta mesmo de fazer o acompanhamento familiar. E o acompanhamento familiar abarca a orientação, o suporte, a formação do usuário para que ele consiga ser realmente cidadão de direito. **Elder Carlos Gabrich:** Só um ponto, a gente tinha combinado as três inscrições e já passou muito das três inscrições. Têm algumas pessoas inscritas aqui ainda, a Sandra tinha pedido fala também, aí eu sugeri que agora vai ser Arlete, Baião e Sandra e a gente tem que fazer o encaminhamento porque tem mais quatro ações. **Arlete:** Arlete, Grau Brasil. Quando foi colocado aqui sobre a capacitação online eu até falei bem baixinho aqui com o Lucas: “Eu não vou falar mais sobre esse assunto aqui.” Porque ele está, para mim ele está esgotado, falar da acessibilidade, não dá mais para a gente ficar aqui falando sobre isso sabendo que é inviável. Quem está lá na ponta, quem está lá na base, quem está no interior não tem acesso. E eu não estou falando só de equipamento não, eu estou falando é que mesmo quem tem equipamento, às vezes não tem uma internet suficiente. Então eu não vou me ater mais a essa discussão, embora ela me incomode muito. A outra questão que eu quero trazer aqui ela é bem simples, mas que retrata essa questão da questão da educação. O que acontece com as famílias quando as crianças desaparecem da escola? Ela é notificada porque a gente divulga que a educação não é gasto, é investimento. Então nós estamos trazendo aqui a discussão da educação numa perspectiva de custo quando nós estamos dizendo que se a gente mantém essa meta física, nós não vamos alcançar nem quatro pessoas por município. Então eu estou entendendo que a gente está desdizendo aquilo que a gente orienta as famílias, educação não é um investimento? Nós precisamos pensar nisso. **Elder Carlos Gabrich:** Baião, depois Sandra e a gente vai para o encaminhamento. **Interlocutor não identificado:** Antes do encaminhamento eu queria uma questão de ordem. Eu acho muito mais adequado, não participei do combinado anterior, mas eu acho bem mais adequado a gente limitar o tempo do que a quantidade de inscrições. **Elder Carlos Gabrich:** O tempo já é limitado no regimento, de dois minutos. **Interlocutor não identificado:** Pois é, vamos usar. Que tal? **Elder Carlos Gabrich:** Podemos contar. Mas eu tive a impressão que

essas últimas todas não passaram de dois minutos, mas a gente volta a cronometrar. **Maria Baião:** Eu acho que o que a Dona Arlete falou é pertinente. Nós temos feito mais, nós estamos lutando mais pela educação permanente do que até pela capacitação. E porque a gente pede tanto a educação permanente? Porque a gente observa muito que nos CRAS, nos CORAS, não é só usuário, vem também do gestor. A gente precisa de maior entendimento da parte de gestor, trabalhador para passar as informações para o usuário. Há anos, não sei quantas conferências já se passaram, que a gente pede do estado, dos municípios, a divulgação, que tenha um canal de divulgação permanente, não é só em vésperas de conferência. Até ao contrário, nós estamos, já fizemos conferências municipais, agora já vai para estadual e a gente não vê isso passar em televisão. O que não precisa passa, mas o que precisa não passa porque não é interesse do povo saber. Então essa educação permanente nós temos pedido muito, e nós pedimos em conferência, nós pedimos divulgação e que seja feita a educação permanente. Nós temos feito sim, nós temos companheiras aqui, que é a Simone, hoje tem uma convidada muito especial nossa aqui, que sabem disso e dão resultado. Porque a nossa insistência não é só para fazer não, até a gente não olha o gasto não, viu, Mariana? Porque nós precisamos de levar o conhecimento do CEAS, do SUAS, do COGEMAS, de tudo que existe para o usuário saber o que é o SUAS. Porque muita gente, eu te falo de cadeira, não estou mentindo, nós temos trabalhador que não sabe o que é assistência social e o que é social, que são diferentes trabalhos. Muitas vezes isso confunde nos CRAS, a pessoa lá, e assim são entidades também que trabalham com o social, que nós temos problemas seríssimos na hora das emendas parlamentares porque não estão adequados no trabalho no SUAS. Nós aqui temos trabalhado muito a educação permanente. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Baião. Agora Sandra. Lembrando que são dois minutos, gente. **Sandra:** Boa tarde. Falar bem rápido porque eu também não consigo em dois minutos não, viu, Baião, você já me conhece. Mas aqui, gente, eu fiquei meio sem entender, eu já fui até no coordenador da comissão política, que a gente tem apontamentos que saíram da comissão a respeito do orçamento, da proposta de orçamento. Até fui também na Karine, acho que é no final que a comissão, o coordenador deve estar trazendo aquelas considerações que a gente fez (trecho incompreensível) de ontem. Mas assim, eu não estou entrando nos assuntos para não atrapalhar o passo a passo aí das ações, mas nesse momento eu tenho eu falar. O Senhor Marcílio foi nomeado tem três, uns quinze dias, que vai ser o gestor nacional lá da coordenação da diretoria da gestão de pessoas lá do trabalho, gestão do trabalho. Então, reunimos com ele de seis às oito, fizemos uma extraordinária. Porque enfim, gente, aí eu falo para os trabalhadores, vai sair a mesa

de negociação, ela vai ser instalada. Eu tenho muito informe para dar, mas como eu estou vendo que hoje a pauta é orçamento. A gente sentou com ele, ele falou assim: “Eu fui nomeado têm duas semanas, gente, sentou com a gente, já criamos, já estamos fazendo resolução da mesa de negociação permanente do trabalhador.” E o senhor Marcílio é ele que fica também a cargo do núcleo de educação permanente a nível nacional. E ele falou que, assim, muita confusão que encontrou, sem dados, tudo perdido, que têm coisas que vai ter que começar do zero, a partir que perdeu, inclusive, registros e memórias, foi o que ele falou na reunião para a gente. Então vai sair diretriz, com certeza, para os estados, municípios, ele falou que vai convocar a reunião com os núcleos de educação permanente estadual porque a gente também está cobrando. E a Mariana já falou dessa questão aí da divulgação da campanha do SUAS porque também tem saído muito lá. Na época, no momento que a gente estava discutindo esse último informe, que foram as conferências estaduais, que a gente, tivemos até uma reunião extraordinária para poder até muitas ideias para qualificar. Depois no final na hora que o coordenador da comissão política falar eu volto para falar da geral do orçamento. Obrigada. **Elder Carlos Gabrich:** Então vamos para os encaminhamentos, Carla. A Dona Arlete precisou sair, acho que ela não está se sentido bem, se você puder, ah, você já está na mesa, ótimo. **Gabriela Loiola:** Eu fiquei com uma dúvida. Porque a Sandra falou que depois o coordenador da comissão vai falar, mas nós já estamos discutindo os pontos. Está esclarecido para todo mundo? Porque às vezes, eu fiquei confusa com essa fala dela. **Elder Carlos Gabrich:** A gente está abrindo para o coordenador da comissão e depois. **Gabriele Sabrina:** Com relação à meta física, nessa ação a gente tinha mantido, conforme nas outras ações. Como a gente não tem ainda orçamento para 2024, a gente manteve a primeira meta, igual à de 2023 e ampliou para os anos seguintes. Mas estou entendendo que o pleito já aumente de 2023 para 2024, não é? Então aí tem aquela proposta lá em negrito ali, vou taxar a outra, se for consenso a gente já pode seguir para a próxima ação. Aí vai votar, vai levantar o... tá, já aumentando no primeiro ano. Aí na próxima ação a gente pede para aumentar o RH também, na ação de gestão. **Elder Carlos Gabrich:** Tem consenso nessa proposta? **Gabriele Sabrina:** Tem consenso, gente? Podemos seguir? Levanta a plaquinha. **Leandro:** Tem consenso não, tem consenso não. Porque só está aumentando, mas o três por ano permanece, não sei se vocês estão percebendo isso. **Elder Carlos Gabrich:** Mas, Leandro, você tem outra proposta? **Leandro:** Não sei, vamos dobrar a meta, seis por ano, que tal? **Elder Carlos Gabrich:** Mas você precisa falar o número para a gente fazer a votação. **Leandro:** O número é o dobro do que está ali. **Elder Carlos Gabrich:** Mas olha ali na tela, (trecho incompreensível). **Leandro:**

Vamos lá, colega, deixa eu completar o raciocínio, por favor. Muito obrigado. Então se há uma taxa de duas mil e quinhentas pessoas ano a gente está atingindo, em média, três pessoas por município ao ano, a mais, se a gente quer dobrar isso, duplicar para seis pessoas, em vez de dezessete e quinhentos teria que ser vinte, depois vinte e dois e quinhentos, vinte e cinco e vinte e sete e quinhentos, por exemplo. O que eu estou sinalizando aqui é essa reflexão de que se a gente jogar esse número na totalidade do estado de Minas Gerais a dissolução desse número no contexto da totalidade de Minas Gerais para a política de assistência social, vai retornar uma influência ainda pouco significativa no contexto da educação permanente. É só isso. **Elder Carlos Gabrich:** Leandro, mas na verdade o que eu estava pedindo porque a gente já está nos encaminhamentos, por isso que eu estava te perguntando qual que era o encaminhamento para a gente não voltar à discussão, entendeu? **Interlocutor não identificado:** Agora está projetado na tela os números que foram falados, há consenso? A gente pode seguir? **Interlocutor não identificado:** Eu preciso falar porque o cálculo está errado, continua aumentando dois e quinhentos nos demais anos. **Interlocutor não identificado:** Não, porque era quinze aqui. **Interlocutor não identificado:** No primeiro, mas nos demais continuou aumentando dois e quinhentos, o cálculo está errado. **Elder Carlos Gabrich:** Alguém pode falar então o número exato de cada um dos anos, por favor. **Leandro:** Vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco. É isso, Lucas? É isso. **Elder Carlos Gabrich:** Fechamos, gente, então, na proposta? Eu só tenho um ponto que assim, a gente vai ter que votar nas duas, porque também a gente, pela discussão foi sinalizado que é para a gente fazer ações presenciais. Pelo que a Mariana já falou, esse número ele considerava ações virtuais, então está tendo uma demanda de continuar, mas de aumentar as ações presenciais. Então vamos, na hora da votação, pensar nesse ponto. Então temos duas propostas, a de cima, você tem outra proposta, Grazi? **Graziele Vieira:** Não é proposta, mas no documento a gente colocou que é execução do plano estadual de educação, e no plano estadual de educação, e eu até falei por isso que é pertinente colocar aí também que é à luz do Capacita SUAS, preferencialmente, capacitações preferencialmente presenciais. Então assim, não sei se você estava dizendo de outra coisa, Gabi, e aí eu me confundi, porque aí está dizendo que essas capacitações seriam todas online, não é isso. **Interlocutor não identificado:** Todas não. **Graziele Vieira:** Ok, então foi uma escuta que eu tive errada. Porque essas capacitações embarcam preferencialmente as presenciais. **Interlocutor não identificado:** Só um esclarecimento, a política nacional de educação permanente ela prevê três modalidades: presencial, semipresencial e ensino à distância, então são essas três

modalidades que estão inclusas aí. E não é só capacitação, é capacitação, formação e apoio técnico, e todas as tipologias de apoio técnico que a gente tem previstas no plano estadual de educação permanente. **Elder Carlos Gabrich:** Vamos então para a votação. A primeira proposta pode até tirar o tracejado dela porque ela também vai ser colocada para a votação. A primeira proposta é que no primeiro ano sejam quinze mil e o aumento de dois mil e quinhentos chegando a vinte e três mil e quinhentos. E a segunda proposta é que comece com vinte mil, ou seja, um aumento de cinco mil por ano, chegando a trinta e cinco mil. Então vamos lá, só conselheiros que aprovam a primeira proposta de aumento de quinze mil, dezessete mil e quinhentos, vinte mil, vinte e dois mil e quinhentos, por favor, se manifestem. Nove votos. Os conselheiros agora que votam na segunda proposta, que começa com vinte mil, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco, por favor, se manifestem. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, ok, então ficou a primeira mesmo. E agora vamos votar as outras alterações que tinham sido pedidas na ação. Primeiro a gente votou só o quadro, agora a gente vota nas demais. Só uma dúvida, tanto a Sandra quanto a Mariana trouxeram a questão que a campanha ela já vai ser feita pelo governo federal e até houve uma fala de não focar nisso, vai tirar, vai manter? Pode manter? Ok, era só uma dúvida mesmo, não era um encaminhamento não. Então agora a gente vai votar as alterações propostas pela comissão de orçamento e demais, são essas em vermelho aí. Todo mundo está esclarecido para votar? Todos estão esclarecidos para votar, gente? Tenta não desfocar para a gente conseguir chegar até o final. Então aqueles que concordam com aquele texto ali: "Evidenciar os usuários no público alvo das ações, preferencialmente presencial nos moldes do Capacita SUAS; incluir nos temas a divulgação dos conhecimentos sobre o SUAS; enfatizar as entidades e organizações de assistência social no público alvo; priorizar estratégias descentralizadas por região; planejar o quantitativo de vagas por segmento; e considerando os novos colaboradores do SUAS. E a meta física a gente já mexeu. Então os que concordam com esses encaminhamentos em vermelho na ação, para o favor, se manifestem. Acho que foi unanime dessa vez. Os que não concordam, por favor. Abstenções. Abstenção da Conselheira Gabriela. Próxima ação. **Gabriele Sabrina:** Ação gestão da política estadual de assistência social. Essa ação ela está contemplando três pleitos, então a gente separa o que era de manutenção do órgão gestor da ação anterior que era de educação permanente. A gente traz o custeio dos recursos humanos da SUBAS para dentro do FEAS. Então aquela discussão que a gente passou aqui anos falando da ação 2081 que estava fora do FEAS, agora na proposta da SEDESE a gente está colocando dentro dessa ação aí de gestão da política estadual de assistência social. E a gente está

prevendo nela, também, o custeio da CIB, que antes era junto da ação do controle social, também está sendo separado para deixar a ação do CEAS apenas para controle social. Nessa ação no campo catorze, especificação do produto, foi feita uma alteração. Na ficha que a gente recebeu estava o nome do programa antigo ainda, e agora foi alterado, Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, SUAS. No campo dezesseis, detalhamento da implementação foi incluído o texto custeio e ampliação das ações, acho que só. E aí destacamos, como eu falei, que essa ação vai contemplar o pagamento de recursos humanos, as ações de manutenção do órgão gestor e o custeio da CIB. Vou até abrir a ficha aqui para ver se teve mais alguma alteração, mas não, teve não, não é? Aí está aberto. **Elder Carlos Gabrich:** Coordenadores de comissão, alguém tem alguma, tem algo mais? Enquanto isso o coordenador de comissão que também estiver, qualquer coisa eu volto em vocês, alguma consideração sobre essa ação? E agora os demais, tem inscrição da Grazi, alguém mais? Ok. Pode falar, Grazi. **Graziele Vieira:** Na comissão a gente discutiu sim a ampliação, a gente até falou uma forma de escrita, uma ampliação do RH. **Elder Carlos Gabrich:** Mas aí seria no detalhamento mesmo? Qual que é a proposta? **Graziele Vieira:** Então volta lá para a gente. Nós colocamos ampliação dos recursos humanos, eu lembro que a gente, inclusive, colocou essa informação na nossa discussão. Não, não, nós falamos de trabalhadores efetivos mesmo, isso estava na nossa discussão. **Elder Carlos Gabrich:** Vamos organizar só as inscrições. Grazi. Grazi já falou, Mariana, você quer falar? Grazi, então só para o pessoal entender melhor, Jorgiane, depois só fala qual que é a proposta, exatamente, porque acho que não ficou claro. **Jorgiane Suelen de Souza:** Quando eu estive em Brasília com o secretário André Quintão, e juntamente com o fundo da assistência social, o José de Arimateia, e o Marcelo que trabalha com ele, uma discussão que foi feita naquele momento ali foi muito relacionada à questão da composição mínima das equipes. E eu acho que é interessante a gente falar disso, inclusive porque foi uma solicitação então a nível federal também, eu acho que eu estou trazendo isso para vocês, mas é uma questão depois que a gente vai ter que pensar e discutir. Porque o que acontece? Têm duas realidades, nós temos a necessidade de ter uma equipe mínima, mas nós temos aí uma lei de responsabilidade fiscal no município que proíbe a contratação hora que ela atinge um teto, entendeu? Por que eu estou dizendo isso? Porque são muitos municípios de Minas que já foram notificados pelo tribunal falando que não pode fazer mais contratação. Inclusive o meu município está nessa situação, eu tenho quarenta e um cargos previstos para contratar, conseguimos fazer a contratação de vinte e três, os demais eu tenho orçamento previsto para contratação, mas a minha lei de responsabilidade

fiscal não me permite. Então eu trago para o CEAS, já é uma discussão futura que tem que ser feita, como fazer essas composições das equipes mínimas, onde isso foi discutido a nível federal que tem que ser revisto. Porque a gente vai ter que pensar nas formas para a composição de equipe mínima, mesmo que talvez a gente não consiga fazer isso por meio de concurso público. Mas é uma ação a ser estudada e verificada. Estou dizendo para vocês que não estou falando isso de mim, foi informação recebida, inclusive, a nível federal. Então a CIT deve começar essas discussões, mas eles já solicitam que a CIB e o CEAS também comecem a discutir como isso será resolvido. Então trago isso, informações que foram repassadas para a gente pegar para cá e pensar. Digo a vocês, nós estamos conversando isso dentro dos municípios, mas é uma situação que já gera uma discussão aí, eu acho que quanto mais informações maior a união, melhor. **Elder Carlos Gabrich:** Próximo agora. Era a Jaque, eu tinha pedido só à Grazi, deixa a Jaque falar, só para você falar a sua proposta, exatamente, porque eu acho que não ficou claro para todo mundo. Mas pode falar enquanto isso, Jaque. **Jaqueline:** Lá na descrição, Grazi, só vou ler a descrição completa para ver se contempla o que a Grazi está falando. Descrição: execução de serviços de apoio, suporte técnico administrativo, gestão e aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social de Minas Gerais para desenvolver ações administrativas e financeiras, visando garantir recursos humanos, técnicos e institucionais necessários à execução da política de assistência social. E a manutenção do órgão gestor estadual, incluindo o apoio às instâncias de pactuação do SUAS, dando suporte ao funcionamento da comissão intergestores bipartite simples. **Graziele Vieira:** Eu lembro que a gente falou de ampliação das equipes, porque a equipe da SEDESE é vergonhoso a quantidade de trabalhadores que vocês têm à disposição. É inviável vocês trabalharem e atenderem 853 municípios com a realidade de RH que vocês têm hoje. Então nós falamos de ampliação das equipes com concurso público. E aí eu lembro que a gente até falou, lembrou, até estava lendo para a Solimar na hora que eu falei disso, que hoje o orçamento ele enfia dentro da demanda, e na verdade deveria ser uma questão inversa, a gente deveria ter uma demanda e o orçamento deveria atender a essa demanda. Então foi isso que a gente colocou, que é ampliar a equipe de RH e com concurso público. E aí, Jorgiane, a questão, como eu disse anteriormente, já foi sinalizada pelo PAIF Nacional, para aquela coordenação nacional, que a equipe que nós temos hoje, por exemplo, no município de grande porte, com dois profissionais, com quatro profissionais, dois assistentes sociais, no mínimo dois assistentes sociais, no mínimo um psicólogo e mais um profissional de nível superior, essa equipe, 86% dela atende demanda espontânea. Então o que a gente precisa avaliar, e aí a gente precisa fazer uma reflexão mais rigorosa

mesmo, é como criar condições para a ampliação de equipes para a gente atender demanda espontânea, porque é uma realidade ainda no SUAS, o PAIF, a gestão do território. Então a gente precisa de ampliar equipe sim, sabe? E é uma discussão sim que a gente precisa fazer. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Grazi. Karine, depois Roberta. Aí eu já sugiro que a gente vá para os encaminhamentos. **Karine de Amorim:** Gente, me perdoe se eu sou muito pragmática. A questão aqui é que a gente está falando a nível de estado, então para falar sobre a ampliação de equipe a gente com certeza tem que discutir com o pessoal lá do governo federal alterar a tipificação, lá fala o que é equipe básica. Então isso não é só para o governo de Minas Gerais. Mas o meu ponto aqui, a gente antes de falar da necessidade de ampliação de equipe, a gente fala muito a questão a priori, a gente vê e acha que está. Isso já foi feito por mim em maio do ano passado, é o estudo da SEDESE apontando quais as áreas afins que necessitam de mais profissionais. Isso inclui desde a secretaria executiva à composição da SEDESE Belo Horizonte, dos escritórios, das vinte e duas diretorias regionais, nós sabemos lá também está com uma equipe mínima. Mas essa informação, esse dado concreto não chegou para o conselho deliberar. Então a minha sugestão seria fazer o levantamento das necessidades da SEDESE, das diretorias regionais. E com base nesse diagnóstico nós apontamos para o concurso público. Se nós estamos falando de qualificação a gente precisa da permanência dos profissionais locais para atender os usuários, os conselhos, os usuários. Sim, poderia. Então como a gente está falando de um plano para quatro anos, a gente tem que pensar de fazer esse levantamento e a abertura de concurso. E a gente sabe que a Seplag tem que estar junto para fazer essa negociação, então não é tão simples quanto a gente quer. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Karine. A Roberta retirou a inscrição dela e a Jorgiane tinha pedido, a gente vai encerrar nela para ir para os encaminhamentos, tá? **Jorgiane Suelen de Souza:** Eu só vou deixar claro para vocês, como eu falei de lei de responsabilidade fiscal, e eu vou falar isso na conferência dos municípios também. A gente fica o tempo todo falando assim: “Completar equipe mínima. Completar equipe volante.” Está lá deliberado, só que o municípios, às vezes, está travado e o estado também está travado para contratar porque a lei de responsabilidade fiscal proíbe contratar. Então aí o que a gente tem que deliberar dentro do CEAS é uma solicitação para retirar a assistência social dentro da lei de responsabilidade fiscal, ou alguma outra ação que faça com que a gente possa contratar sem aumentar esse índice. É isso que o governo federal começou a colocar para a gente discutir, então é um pouco mais amplo, não é só solicitar, é muito importante saber o número certo. Mas a gente tem que começar a pensar o seguinte, o que nós vamos propor para que seja completado não existindo essa lei,

entenderam? Então a gente tem que pensar em alguma ação nesse sentido, em algum encaminhamento. Porque hoje o município está de mãos atadas e o estado também, não é isso, Mariana? Você já falou isso muito, não é? A lei de responsabilidade fiscal, até se a Mariana quiser complementar, ela não permite. A gente pode falar assim: “Tem que completar tantas pessoas.”, ela não consegue. Obrigada. **Elder Carlos Gabrich**: Obrigada, Jorgiane. Gente, então, vamos voltar aos encaminhamentos, eu vou ler para que todos saibam. Inserir no campo detalhamento da implementação ampliar os recursos humanos da subsecretaria de assistência social considerando a ausência das equipes técnicas estaduais em número suficiente para a oferta qualificada de capacitação e apoio técnico aos municípios e rede sócio assistencial, especificamente SEDESE e SUAS, diretorias regionais. Fazendo levantamento das necessidades de pessoal da SEDESE e das diretorias regionais para o levantamento de manadas de concurso público. Esse é o levantamento, não é para colocar dentro do documento. E está sendo registrado ali das limitações, das despesas de pessoal prevista na lei de responsabilidade fiscal, que foi o ponto que a Jorgiane trouxe. E da gente buscar estratégias para que a política de assistência social ela saia do, ela entre, na verdade, no hall de políticas que podem contratar até quando o limite da LRF é alcançado. Então seriam esses os encaminhamentos, podemos votar? Pode corrigir ali, fazer um parecer técnico das necessidades. É dúvida ou você está votando já? Érica, você está pedindo fala? Então podemos colocar para votação? Todos estão esclarecidos? Então os conselheiros que aprovam os encaminhamentos da ação, por favor, se manifestem. Foi unanime também. Próxima ação. Apoio ao controle social. **Gabriele Sabrina**: Não, faltam três, faltam três ainda: controle social, piso mineiro e o aprimoramento da rede. Então vamos lá. Essa eu peço atenção especial porque essa ação é prerrogativa aí do CEAS. Apoio ao controle social do SUAS, é o nome proposto para essa ação. Das sugestões de alteração que a gente trouxe na ficha, no campo treze a unidade de medida estava unidade, aí a gente propôs a alteração, na verdade assessoria estratégia da SEDESE sugeriu a alteração para evento, considerando que a meta física de plenárias, reuniões e a realização do evento em si, conferências também. No campo dezesseis, detalhamento da implementação nós incluímos a possibilidade de convocar e realizar reuniões extraordinárias quando necessário, pré-conferências e fóruns, no texto. Acho que a gente pode projetar a ficha dessa aí. Porque a gente detalhou melhor esse campo dezesseis que estava muito curto, aí a gente acrescentou no texto dele. E no campo dezessete, base legal, a gente pediu para incluir as resoluções número 99/2023, que caracteriza os usuários, a número 06/2005, que regulamenta o entendimento dos trabalhadores do SUAS, e a 191/2005 que é a que versa

sobre as entidades de assistência social. Então foram essas as inclusões. Você está com a ficha aí, Cassi? Acho que eu vou ler só a parte do detalhamento da implementação. Quer falar primeiro, Lucas? No detalhamento da implementação, com as alterações ficou assim, olha, é o campo dezesseis: apoiar, manter e assessorar a secretaria executiva do CEAS para realização das atividades do conselho; deliberar anualmente o calendário de reuniões ordinárias do CEAS; aprovar o planejamento anual das atividades do CEAS com a previsão das agendas de reuniões, de fóruns e (trecho incompreensível); convocar e realizar as reuniões conforme calendário planejado; convocar e realizar as reuniões extraordinárias quando necessário; viabilizar a participação dos representantes do CEAS nas reuniões; realizar o registro das reuniões por meio da gravação e elaboração de atas a serem aprovadas pela plenária; realizar as conferências e pré-conferências de assistência social a cada dois anos; custear as despesas afetas à manutenção do CEAS, diárias, passagens, despesas com a realização dos eventos, fóruns, entre outros. Só fazer um esclarecimento quanto à meta física que está proposta, porque eu acho que a gente precisa discutir também, esse número vinte, a memória de cálculo dele. São doze reuniões ordinárias do CEAS por ano, e duas reuniões, na previsão foram doze, e duas reuniões de cada fórum ou URCMAS, então duas de URCMAS, duas de fórum de entidades, duas de usuários e duas de trabalhadores, dando oito, mais doze, vinte reuniões ano. E no ano que tem conferência aí foi somado a uma conferência estadual, então por isso vinte, vinte e um. Mas está aberto porque essa ação ela tem que ser realizada conforme planejamento do conselho. **Leandro:** Uma pergunta, as pré-conferências entram também nesse cálculo ou não? **Gabriele Vieira:** Conta como uma conferência estadual. **Elder Carlos Gabrich:** Até porque, Leandro, elas cada ano tem um número diferente também, aí conta como evento (trecho incompreensível). Coordenadores de comissão, a nossa comissão de monitoramento já até tem um ponto. **Érica:** Érica, CMAS Coronel Fabriciano. Nós fizemos a seguinte sugestão aqui, primeiro de alterar o nome da ação para ao invés de apoio ao controle social colocar fortalecimento do controle social do SUAS. Nós pedimos também para alterar o texto da finalidade de ação, onde se lê “apoiar” substitui por “fortalecer”. E alterar o texto e mencionar o incentivo à participação e aprimoramento das instâncias de controle social do SUAS. Outro ponto também que nós colocamos seria alterar o texto para apoio e fomento às uniões regionais de conselhos municipais de assistência social que são as URCMAS. **Elder Carlos Gabrich:** Esses pontos são até escritos na súmula da nossa comissão. **Érica:** Está na súmula, se quiser abrir a súmula lá para copiar. **Elder Carlos Gabrich:** Podemos mandar. Então seria alterar o nome para “fortalecimento” ao invés de “apoio ao controle social”, e a segunda as

alterações do texto. **Érica:** Comissão de monitoramento. **Elder Carlos Gabrich:** Então da comissão de monitoramento primeiro, então os pontos da comissão de monitoramento foram esses. Tem mais algum coordenador de comissão que quer fazer alguma... você quer fazer?

Lucas Estevão Ribeiro: Só uma, eu vou trazer uma dúvida e também vou trazer o que nós discutimos dentro da comissão de normas. A dúvida está no seguinte sentido, e aí é uma dúvida particular que eu aproveito o espaço para poder trazer. Quando a gente tem a avaliação das prestações de contas trimestrais, a ação do controle social ela vem com as reuniões do CEAS e também vem com as reuniões da CIB. Porque a CIB não está inclusa nessa ação? Entendi. Mas aí é que está, esses outros custeios anteriores eles eram custeios irregulares? Não? **Interlocutor não identificado:** Vamos esclarecer. (trecho incompreensível) 2023 a ação era apoio ao controle social e a gestão descentralizada. A ação orçamentária custeada tanto a CIB quanto o CEAS, até 2023. Aí o conselho pediu para que fosse separado para o PPAG 2024 a gente está atendendo. **Lucas Estevão Ribeiro:** Agora vou trazer o que nós discutimos dentro da comissão de normas. Qual que foi a nossa questão? Foi justamente as metas físicas. E aí vou pedir a atenção de vocês na seguinte perspectiva, como memória de cálculo. Nós temos que levar em consideração onze reuniões do CEAS, até porque nós não temos reunião no mês de janeiro. Então nas piores das hipóteses nós vamos colocar doze reuniões ordinárias do conselho, beleza? Com relação às reuniões das URCMAS nós temos que lembrar da normativa do que são as URCMAS e as suas áreas de atuação. As URCMAS elas podem ser criadas em cada uma das diretorias regionais da SEDESE, ou seja, nós poderemos ter até vinte e duas reuniões, até vinte e duas URCMAS, ou seja, até vinte e duas reuniões de URCMAS. O que estava previsto eram dois encontros, mas aqui nós enquanto controle social nós temos que fomentar as realizações das reuniões nas URCMAS. Então se ela quiser reunir a cada dois meses, a cada três meses, mas aqui pelo menos uma reunião anual nós temos que prever. Ou seja, vinte e duas reuniões das URCMAS, até vinte e duas reuniões das URCMAS. Até porque nós não temos conhecimento de URCMAS em atividades, mas é meta, partindo desse. Mas ela está em funcionamento? Pelo funcionamento? Ótimo, muito bom. Ótimo. Então nós vamos colocar doze do CEAS, mais vinte e duas das URCMAS. Que no caso específico da URCMA de Salinas, só dela aí nós já podemos acrescentar doze. Não sei como é a periodicidade de reunião, vamos supor que seja trimestral? Então mais quatro reuniões, isso é memória de cálculo que a gente está fazendo, matemática. Para além disso nós temos que acrescentar aqui a conferência que é mais uma, doze mais vinte e duas, trinta e quatro, com mais, anh? Mas o apoio do controle social que está lá previsto que o espelho do cálculo

quem está trazendo é a SEDESE, que é para poder fomentar. Vocês estão contando que só tenham duas URCMAS? Porque assim, o que a gente pensou quantas estiveram em 2023, quantas reuniões de fora, isso está no planejamento do CEAS de 2023, não aconteceu nenhuma, mas estava no meio do ano. Então o que a gente pensou foi fazer um esforço para ter pelo menos duas reuniões gerais desses espaços. Aí sabendo disso que gente não sabe quantas vão estar instituídas, primeiro a gente vai ter que fazer esse esforço de instituir novamente, fomentar, diagnosticar todas as URCMAS, fórum de usuário, entidade, trabalhador. E aí faríamos encontros, aí um por semestre, dois por ano de cada um desses. Mas é assim, proposta, está aberto, acho que a gente só tem que pensar no que é factível, o que a gente quer e o que a gente consegue executar. **Interlocutor não identificado:** Mas eu estou jogando tudo por base, gente, eu estou supondo que nós tenhamos uma única, uma URCMAS em cada uma das regionais, que é o mínimo que a gente tem que contar, vinte e duas reuniões que deveriam, isso, isso nós estamos prevendo uma única reunião no ano, vinte e duas reuniões seria uma única reunião no ano. Para além disso, a ação do controle social ainda fala que nós temos que fomentar os fóruns estaduais, e que aí a gente tem que pensar que são quatro fóruns, vocês vão me perguntar quais são: fórum dos usuários, dos trabalhadores das entidades e dos conselhos municipais de assistência social. Mas os regionais, nós estamos falando de um fórum estadual dos conselhos municipais, isso aí houve um encaminhamento do FONACEAS para que fosse incentivado e criado os fóruns municipi... fórum estadual dos conselho municipais. Ou seja, é uma instância de nível estadual e não regional, que represente os anseios dos conselhos municipais. Nacional nós já temos que é o FONACEAS, então de nível estadual seria um fórum estadual dos conselhos. Ou seja, aí nós teríamos mais quatro, então nós vamos somar mais quatro lá. Ou seja, só aqui já está dando trinta e nove reuniões, eu arredondei para quarenta porque nós temos que prever reunião extraordinária do CEAS, não temos? Mas pelo menos uma vai acontecer, no ano de doze meses pelo menos uma vai acontecer. Então a meta física que eu estou propondo é, que a comissão de normas está propondo, no ano de 2024 quarenta, no ano de 2025 quarenta e um, porque entra aí a conferência, e no ano de 2026 quarenta, e vinte e sete quarenta e um. **Elder Carlos Gabrich:** Tem algum outro coordenador de comissão? Só um momento. Então já vou abrir as inscrições gerais, a Grazi já pediu, Gabi também. **Graziele Vieira:** Lucas, eu não discordo de você não, mas eu vou trazer a realidade que a gente tem, e talvez tentar pensar como que a SEDESE, naquele momento, ela conseguiu, porque já teve um momento sim que a SEDESE conseguiu apoiar fóruns de trabalhadores, usuários e de entidades, e as URCMAS. Eu não me lembro bem como que isso aconteceu,

mas a gente teve apoio, vou fazer a memória aqui. O Isaac ele esteve com a gente na criação do fórum regional de usuários de Timóteo e a criação do fórum regional de trabalhadores. Então assim, a SEDESE, em algum momento ela fez esse suporte sim, ela deu, teve condições. Enquanto a gente, e antes do golpe de estado a gente tinha as reuniões acontecendo, até 2016 a gente tinha as reuniões acontecendo. E aí então não discordo de você da SEDESE apoiar porque está lá nas nossas normativas que isso é papel da gestão apoiar e fomentar os fóruns de trabalhadores, usuários e entidades. Só que assim, colocando no que é realidade, e aí essa previsão foi feita, por exemplo, porque o fórum de trabalhadores ele se reúne mensalmente, a gente tem reuniões mensais, porém a gente, no mínimo, pede para a SEDESE é que ela apoie financeiramente, dê condições para que a gente faça pelo menos uma plenária, porque o nosso regimento interno prevê uma plenária anual. Igual nesse ano a gente foi apoiado na organização da conferência, que a nossa plenária, vai acontecer a nossa plenária anual lá na conferência. Então assim, eu não estou discordando do número não, eu acho que quando mais, melhor. Mas talvez pensar nessa lógica de apoio que já aconteceu, porque a SEDESE ela não fazia reuniões, mas ela apoiava através das suas regionais as reuniões de URCMAS, fórum de trabalhadores e fórum de usuários. Inclusive ofertando a referência técnica ali para ajudar aos usuários, principalmente a se organizar na organização, na reunião, sabe? Fazer a ata, fazer a convocação, encaminhar para o município, para o município também se responsabilizar para viabilizar transporte. A gente fazia, cada município se responsabilizava também pelo lanche nosso. Eu lembro que Itabira ficou responsável uma vez pelo lanche eu levei o lanche e o transporte. Porque eu acho que principalmente o que a SEDESE tem que fazer é criar uma agenda e uma articulação com os municípios para garantir que essas reuniões aconteçam. **Elder Carlos Gabrich:** Só um ponto, Grazi, aí você vai fazer uma proposta ou você mantém a quarenta, quarenta e um. **Graziele Vieira:** Eu queria saber se alguém da SEDESE aqui tem essa lembrança ou estava naquela época como que a SEDESE conseguiu apoiar, porque a SEDESE apoiou os fóruns e URCMAS, trabalhadores e usuários, eles aconteceram naquele momento. Então o que a SEDESE, eu lembro que na época a Patrícia, que era da regional, no momento ela era da regional de Timóteo, depois a Aline que era trabalhadora, na verdade, a Aline também ela ficou, hoje a Aline é gestora, mas na época a Aline era trabalhadora. E Patrícia ela dava todo o suporte para o fórum de usuários, para o fórum e URCMAS e o fórum de trabalhadores acontecerem, inclusive dessa logística para que realizasse. **Gabriela Loiola:** Eu gostaria de sugerir, gente, que aí na descrição, quando vai falar da implementação e manutenção da secretaria executiva, a gente incluir o verbo “ampliar”

também, porque acho que esse tem sido um fatos dificultador aqui no CEAS. E a gente percebe que a ampliação da secretaria executiva ela é urgente para conseguir atender às demandas do CEAS. E aí da mesma forma lá no detalhamento da implementação que fala de apoiar, manter e assessorar, e eu acho que deveria colocar ampliar também. No mais é aquela situação a respeito dos fóruns e das URCMAS. Outro ponto que me desperta muita curiosidade, porque eu já estou no meu segundo mandato aqui e se eu não me engano há uma precisão de que aconteça, através do conselho estadual, dois encontros descentralizados. Essa reação parece que eu falei alguma coisa bem bizarra, não é? A respeito dos encontros descentralizados, porque eu compreendo que na perspectiva de apoiar, de fortalecer o controle social, especialmente da URCMAS e dos próprios fóruns, a aproximação do CEAS dentro da nossa organização, da nossa metodologia de trabalho, é importante até para inspirar o trabalho dos outros conselho e dessas outras organizações. E eu falo isso porque, por exemplo, a secretaria executiva de Salinas tem um desejo imenso de participar das reuniões para ver como que tudo isso funciona. Embora para nós esteja aqui dentro das nossas atividades corriqueiras, mas não é assim que funciona lá nos municípios, especialmente nos municípios pequenos. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Gabi. Lucas, depois Felipe. Aí eu acho que a gente já poderia encaminhar para a votação. **Lucas Estevão Ribeiro:** A Gabi traz uma questão muito importante que é essa questão da reunião descentralizada, e eu lembro que a gente começou a discutir isso naquele GT que nós trabalhamos estratégias e fortalecimento do controle social. Nesse sentido, vou tentar sugerir outro, o cálculo, e só fazer memória também que este conselho ele tem, por obrigação, por força de resolução, de execução do Dia D, que é o dia de comemoração da aprovação da LOAS, que sempre acontece em dezembro. Então esse aí é mais um evento que tem que ser previsto, uma mais já entra ali, não é? Mas só, o cálculo que eu gostaria de fazer, acho que vai até mudar um número lá, seria doze reuniões do CEAS, doze reuniões ordinárias mais três descentralizadas. Ou seja, a cada quatro meses, dentro do quadrimestre uma reunião descentralizada do CEAS. Não, pode ser a reunião ordinária dentro de uma região, entendeu? Não aumenta. Aumenta sim, porque você tem que. Anh? Três descentralizadas, isso. As vinte e duas URCMAS, quatro fóruns e um do dia D, não sei. **Elder Carlos Gabrich:** Soma aí, por favor, então. **Lucas Estevão Ribeiro:** A mesma coisa, a mesma coisa. **Elder Carlos Gabrich:** Mas é importante registrar mesmo porque depois a gente fica sem saber porque o número foi esse. Eu acho que Felipe tinha pedido fala. **Gabriela Loiola:** Deixa eu só fazer uma contribuição. Eu penso que essa proposta do Lucas, do dia D, deve estar lá na descrição em algum lugar. **Elder Carlos Gabrich:** Felipe e a gente

já vai para os encaminhamentos, tá, gente? Então depois Grazi e a gente vai para os encaminhamentos. **Felipe:** A respeito da realidade que tem acontecido lá, nós temos, eu tenho acompanhado, Gabi também está na região lá, URCMA Salinas. Para dizer da preocupação que eu penso quanto á quantidade, talvez a gente ache muito essa quantidade de reuniões pela preocupação com o financiamento. Então se a gente daria conta de financiar, se a SEDESE daria conta de bancar mais reuniões. Então para constar, para que seja ciência de todos, as três reuniões da URCMAS que aconteceram lá não houve nenhum financiamento da SEDESE. Então o que houve, e isso também tem que ser reconhecido, foi a participação das técnicas da regional da SEDESE em Salinas. Então talvez seja importante porque os municípios dão conta de se organizar, a gente não está dizendo que não precisa de um financiamento, do apoio financeiro, mas que é muito importante também tentar garantir, talvez através da previsão aí no texto, a participação dos recursos humanos, das profissionais que trabalham nas regionais da SEDESE. Isso talvez seja mais importante garantir. Era só isso mesmo. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Felipe. Gabi pediu fala e Grazi também, mas a gente tem que encerrar, gente, então vocês podem falar. Grazi, você pediu primeiro. **Gabriela Loiola:** Só a respeito da fala do colega Felipe, eu não posso me esquivar de falar, é o seguinte, da importância desse CEAS observar para a URCMAS de Salinas. Porque com pouco fôlego a gente está tentando resistir. Então o controle social lá, de alguma forma ou de outra, está tentando de alguma forma se organizar. Então a gente já está recebendo uma instituição que está tentando se fortalecer com um pouco de energia, a gente precisa também da energia desse lugar aqui para esse fortalecimento. E aí eu chamo atenção para uma outra coisa, a história do fórum regional dos trabalhadores, inclusive a minha primeira cadeira aqui no CEAS foi em cima do fórum regional de trabalhadores, ele surgiu a partir da URCMAS de Salinas. Então a URCMAS de Salinas ela foi fundamental para o fórum de trabalhadores, não seria este o momento para a gente dialogar para a construção do fórum de usuários e o próprio fórum de trabalhadores e entidades? Então o papel desse conselho para que esse lugar lá que está tentando de alguma forma resistir, continue sobrevivendo. Mas o apoio do CEAS é fundamental. **Graziele Vieira:** O encaminhamento é para poder, para que a SEDESE envide esforços, envide esforços não, realize, realmente, coloque as suas regionais à disposição dos fóruns de usuários, trabalhadores e entidades, no apoio logístico para que aconteçam essas reuniões desses fóruns. Porque naquele momento não só o apoio logístico, mas o apoio também do suporte técnico de orientação e de também fomentação junto aos municípios para que garanta essa interlocução. Porque o que a regional fazia é contato com as regionais, os municípios

daquela regional, dizendo da importância daquela região disponibilizar transporte. Aí no transporte ia um trabalhador, um trabalhador e alguém da URCMA, do conselho. Então a gente fazia as reuniões no mesmo dia desses três fóruns para otimizar. Então a SEDESE articulava essas reuniões, a convocação, a regional convocava, organizava o espaço e tratava com o município a liberação dos trabalhadores, do conselheiro que também às vezes era governamental e precisava também dessa, e dava o suporte de transporte. Então esse é o encaminhamento. **Elder Carlos Gabrich:** Registrou o encaminhamento da Grazi? Pelo que eu entendi é que a SEDESE dê o apoio para a realização dos fóruns. **Graziele Vieira:** Regionais, apoio das diretorias regionais para a realização das reuniões de fóruns de usuários, trabalhadores e URCMAS. E de entidade, mas na época não tinha de entidade. Agora vai ter? Nós vamos fomentar na conferência. **Elder Carlos Gabrich:** É aquilo mesmo lá, Grazi, que está sendo colocado? **Graziele Vieira:** Trabalhadores, entidades e URCMAS. Apoio logístico, interlocução com os municípios para suporte a transporte e deslocamento. E URCMAS. Apoio logístico para realização da convocação. Olha, eu não sei, então está, vocês estão dizendo que hoje vocês não têm governabilidade, mas naquela época isso acontecia. Eu não sei dizer como que isso acontecia antes e hoje não acontece. Eu não tenho como dizer disso para vocês porque eu não sei da estrutura de vocês, então talvez, por isso que eu perguntei se alguém tem a memória de como acontecia anteriormente. Mas isso acontecia, a Patrícia era da nossa regional, era a técnica, a gestora da regional, ela se organizava, ela ajudava a disponibilizar o espaço, a fazer contato com os municípios. Então isso acontecia. **Elder Carlos Gabrich:** Grazi, a Suzane, na hora que você perguntou se alguém estava na época, a Suzane tinha falado que ela poderia falar como é que era e a gente não tinha notado. Aí eu vou deixar ela falar e a Karine também já tinha pedido fala. **Suzane:** Na verdade a Rose que recordou aqui como é que era. Só queria falar duas coisas, primeiro que a gente não consegue fazer, enfim, atribuir nenhum compromisso para as diretorias regionais porque elas não estão na estrutura da SUBAS, então a gente estaria dando competências para outros setores que nem, enfim, que a gente não tem governabilidade nenhuma. A outra coisa, essa questão do apoio logístico, aí eu queria até pedir ajuda para os conselheiros também, que para mim não é claro como que o CEAS ou como que o estado apoia, de qualquer forma, esses fóruns, enfim, não achei nada da NOB SUAS. Então eu queria, enfim, se vocês tivessem alguma, sei lá, orientação do CNAS, alguma coisa que fala da metodologia deste apoio, como que o órgão gestor e até o conselho estadual mesmo realiza esse apoio, ou se é algo que precisa ser construído, por exemplo, aqui no CEAS, para mim não está claro. Eu sei que tem um histórico, enfim, mas é isso. Eu

precisava de um pouco de esclarecimento sobre como esse apoio pode ser feito. Porque a gente está escrevendo apoio logístico, é isso, eu não sei como que isso se realiza na questão dos fóruns e tal. Então é isso. A Rose vai falar. **Elder Carlos Gabrich:** Karine tinha se inscrito, Rose, deixa só ela falar primeiro. **Rose:** Na verdade desde a hora que a Grazielle colocou, porque na verdade o que aconteceu? Essa questão dos fóruns eles foram incentivados pelo próprio conselho nas conferências regionais de 2015. Então nas pré-conferências regionais, junto com o CEAS, junto com as diretorias regionais, a SEDESE e os municípios, criaram esses fóruns durante as conferências e acordaram esse apoio das regionais para que esses fóruns eles fortalecessem e permanecessem, mas junto como CEAS também. E eu acho que o CEAS, nessa época, o CEAS foi deixando os fóruns por conta das diretorias regionais acontecendo lá os territórios. Mas isso não foi fortalecido, porque o CEAS deveria estar junto, o CEAS deveria estar fomentando. Porque assim, a SEDESE, no caso, ela apoiaria essas reuniões que estariam ali naquele território. As diretorias regionais da SEDESE apoiariam a realização, mas quem tinha que fomentar a participação, fomentar o fortalecimento daqueles espaços seria o conselho estadual. E isso não foi feito, e por isso esses fóruns foram enfraquecendo e as diretorias regionais ficando sobrecarregadas, foi acontecendo que foi, exatamente, foi morrendo. Então assim, não adianta a gente deixar apoio, apoio da SEDESE, apoio da SEDESE, apoio das diretorias regionais sendo que elas nem estão aqui presentes, como a Suzane já disse, e a gente não tem esse gerenciamento sobre elas, sem o papel do CEAS nesse fomento, nesses espaços de participação. **Karine de Amorim:** Vou falar o óbvio, a forma de apoiar é ampliando, a forma de ampliar é aumentando equipes da SEDESE, ampliar o apoio. Porque o que eu estou entendendo que a Grazi quer é que alguém lá na regional faça essa interlocução, essa mediação, entendeu? Então assim, sem pessoas não vão conseguir. Aí a minha sugestão é pensar em escrever uma história ou uma memória pensando na mesma lógica do apoio que a SEDESE dá para o COGEMAS quando libera um secretário executivo, quando coloca a coleguinha que falou agora, a secretaria executiva da CIB, é isso que a gente está falando. É Rose, não é? Então a gente tem um funcionário da SEDESE que faz essa mediação. E aí a gente está pedindo que ao regionalizar isso para as diretorias regionais a gente entende que a URCMA que estiver lá, o fórum de entidade, o usuário, o trabalhador, ele vai ser fortalecido. Então não tem como gente pensar em apoio se não ampliar a equipe. E colocar isso, boa ideia, Gabi, a gente precisa colocar essas informações em resolução e instrumentalizar, treinar as equipes da SEDESE também que vierem a fazer essa mediação. Então a gente está pedindo muito. **Lucas Estevão Ribeiro:** Vamos avançar. Proponho um

encaminhamento para que a comissão e normas estude as normativas que são necessárias, produzam as normativas que sejam necessárias para fomentar esse apoio aos fóruns, às URCMAS e todos os movimentos de controle social que possam vir a existir. E também haja um apoio da comissão de apoio ao controle social, para que possa executar essas normativas. **Elder Carlos Gabrich:** Concordo. Pode falar, mas a gente encerra na Grazi, gente. **Graziele Vieira:** É porque a lara me fez uma pergunta, só também respondendo e respondendo aos demais. Eu penso que naquele momento, naquela gestão da SEDESE, havia o interesse político da criação dos fóruns. Então eu não sei como, eu até perguntei para a Patrícia aqui como que ela era a gestora na época, o que aconteceu ali, qual que foi a questão, porque a gente já chegou na conferência regional com todo o apoio das regionais da SEDESE. Então eu acho que também houve o interesse de gestão naquele momento, o interesse político para garantir, para fazer, executar o controle social. E a logística que a lara e a colega me perguntaram, era o seguinte, a Patrícia que era a profissional, a gestora, a diretora regional da época, a Patrícia ela tinha uma trabalhadora que é a Aline, que está lá hoje ainda, a Aline ela dava o suporte integral à realização das reuniões. Ou seja, o documento de convocação, porque às vezes o usuário não conseguia fazer a convocação, o contato com o município, dizer para o município: “Olha, município de Itabira, é muito importante a gente fomentar o controle social.” Então garanta um transporte para que os trabalhadores, os usuários e o representante do CMAS venham para a regional. E aí a gente fazia várias reuniões em vários locais, não era só, não, isso é do trabalhador. Geralmente era sempre em Timóteo onde elas ofereciam a estrutura para a gente. Então a gente já chegava lá com o local já disponível, ela já tinha feito o contato de separar aquele local e fazer todo esse trâmite. E é isso, eu acho que naquele momento houve interesse político da SEDESE. Então é esse interesse político que eu estou solicitando nesse momento. **Elder Carlos Gabrich:** Então, tem o encaminhamento do Lucas ali que a comissão de normas junto com o apoio, o controle social estude e proponha normativa para o fomento e apoio aos fóruns e URCMAS. Nesse sentido de que foi sinalizado essa necessidade de fazer um estudo maior sobre isso. Podemos ir para a votação dessa ação? Gente, a gente está extremamente atrasado e têm duas ações ainda. Então nas próximas vão ser três inscrições mesmo, não tem como a gente aumentar. Você quer manter o seu? Que aí a gente vai ter que votar. Não, o Lucas propôs que vá para a comissão de normas para estudar esse apoio e controle, o seu já era que seja realizado o apoio. **Leandro:** Uma dúvida, se eu estou entendendo bem a proposta de encaminhamento do Lucas é para que esse assunto volte para a comissão para que seja estudado novamente. Nesse sentido cabe a votação da ação

antes desse estudo? Sim ou não? **Elder Carlos Gabrich:** Eu entendo que não, por enquanto, até falei que a gente teria que votar um ou outro. **Leandro:** Porque aí ele, a meu ver, se eu estou entendendo bem a proposta do colega, isso aqui fica sobre estado até o estudo da comissão de normas se efetivar para daí vir a votação, correto? **Elder Carlos Gabrich:** Correto, eu também entendo dessa forma. **Lucas Estevão Ribeiro:** Eu voto com a divergência, não, não tem que estar sobre estado não, até porque nós estamos falando do PPAG, se a gente não vota isso aqui vai ser aprovado de todo e qualquer jeito. **Mariana:** Minha sugestão, eu acho que vai no sentido do que eu acabei de ouvir aqui agora, uma coisa não impede a outra, o encaminhamento. Inclusive eu acho que o conselho pode convidar a superintendência responsável pelas regionais para um momento aqui nesse conselho, para conversar melhor sobre como que as regionais estão funcionando. Só que isso eu entendo que, exatamente, isso é um encaminhamento de construção, nós estamos falando aqui de construção de uma atividade para os próximos quatro anos. O que não impede da gente dar continuidade aqui na discussão. **Elder Carlos Gabrich:** Ok. Então podemos manter dessa forma? Temos que votar esses encaminhamentos aí. A alteração da meta física que passou para quarenta e quarenta e um, quarenta e quarenta e um, a memória de cálculo está ali. E esse encaminhamento desse estudo, de convidar a superintendência também para vir aqui para ver como que vai ser feito esse apoio. Podemos votar? Estão todos esclarecidos? Os conselheiros que concordam com esses encaminhamentos, aprovado. Isso, a meta ficou quarenta, quarenta e um. Faltam duas ações, gente, então vamos tentar terminar no máximo até quatro horas. **Gabriele Sabrina:** Piso mineiro de assistência social. Nessa ação, essa ação também já estava prevista, não teve muita alteração. Na proposta da comissão, no campo dez, descrição, a inclusão do texto, que está lá o repasse mensal, aí a gente pediu para inserir regular e automático, além de mensal. E foi sugerido, até pelo FEAS, o acréscimo de um detalhamento de como é feito esse repasse. Então o repasse é realizado aos municípios que estejam em situação de regularidade, no CAJEC, com as prestações de contas e recursos repassados pelo FEAS e plano de serviço preenchidos e autorizados dentro dos prazos estabelecidos. Então isso aqui também foi uma proposta de inclusão no campo descrição. No campo dezesseis detalhamento da implementação, foi sugerida a inclusão da realização de estudos para atualização do cofinanciamento. Pensando naquilo que a gente já discutiu um pouco, de ampliar o valor, aumentar a base de dados. Então foi muito nesse sentido a discussão da comissão nessa ação. **Elder Carlos Gabrich:** Ok. Coordenadora de comissão. Você? Pode ir, Lucas. **Lucas Estevão Ribeiro:** Com relação a essa realização de estudos para atualização do cofinanciamento, eu vou

discordar pelo seguinte, nós já temos uma resolução deste conselho que fala da atualização desse valor. Nós temos que traçar meios para que se possa ser implementado aquilo que já foi aprovado na atualização do cofinanciamento. Não é realizar o estudo para a atualização, porque a regra de atualização nós já temos ela aprovada por resolução nesse colegiado.

Lucas Estevão Ribeiro: Vou abrir para três inscrições agora, Gabi pediu, são três mesmo. Grazi, você vai querer também? Gabi, Grazi, podemos ter mais uma. **Gabriela Loiola:** É porque sempre quando a gente fala do piso mineiro, a gente fica pensando que é recurso financeiro lá para os municípios. E aí eu fiquei aqui, lá no detalhamento da implantação, se não deveríamos adequar, ao invés de colocar apenas realização dos repasses e monitoramento da execução do recurso a gente colocar ampliação e realização dos repasses e monitoramento da execução, já tendo a perspectiva de ampliação desse recurso. Lembrando que a primeira ficha que nós trabalhamos dizia de erradicação da pobreza e desigualdade social, que foi amplamente debatida que se não tiver recurso não consegue superar. E aqui mesmo a gente já ouviu as pessoas que estudam a respeito que há uma ampliação, de fato, da pobreza e da desigualdade social no estado. **Interlocutor não identificado:** Avançar nele. Mas é principalmente para a gente saber quanto que custa a assistência para o estado. **Elder Carlos Gabrich:** Lucas e encerramos, está, gente? Tem encaminhamento. **Lucas Estevão Ribeiro:** Eu vou para uma discussão que ela é um pouco mais complexa. Não há falar em custo do serviço sócio assistencial, não há a falar. A política de assistência social ela foi construída de superação de vulnerabilidades. Então você não consegue estabelecer um custo real do serviço sócio assistencial. O conselho nacional de assistência social ele já tentou estabelecer um parâmetro de custo do serviço sócio assistencial e ele nunca conseguiu chegar a um número real. A gente vai avançar para uma Seara que a gente não vai dar conta de sustentar, quando a gente fala de custo do serviço sócio assistencial. Porque se de um lado você precisa avançar na superação de vulnerabilidade, na verdade nas superações das vulnerabilidades, que não é uma só, você não consegue mensurar o custo do serviço sócio assistencial. Por que a gente não consegue mensurar o custo do serviço sócio assistencial? Porque a política de assistência social é a única política pública que faz articulação com as demais políticas públicas para garantia do direito de cidadania daquele usuário, daquela usuária da política pública. Por isso é que o custo do serviço sócio assistencial ele não consegue ser mensurado de uma maneira real para poder se dizer: a assistência social ela custa X, não há a falar em custo do serviço sócio assistencial porque a gente lida com vulnerabilidades. **Elder Carlos Gabrich:** Acho que a gente vai ter que votar na manutenção ou na retirada, mas um ponto, teve encontro do

FONSEAS e o André Quintão, que é o secretário nacional, ele falou que eles vão fazer esse estudo do custo dos serviços sócio assistenciais, foi falado lá no encontro que é uma...

Interlocutor não identificado: Trinta segundos, eu só quero explicar a lógica, a motivação disso. Quando a gente está falando de pleito orçamentário a gente tem que demonstrar o porquê, memória de cálculo. O próprio governo federal traz isso hoje falando que uma das dificuldades de conseguir mais orçamento é não ter o custo do serviço dimensionado. Quando está falando de custo de serviço está falando quanto deve custar uma equipe mínima, a equipe mínima é suficiente quando a gente está falando de revisão de NOB RH é falar: o município que tem só assistente social e psicólogo para atender um território X, vai custar quanto? A discussão do custo ela tem a ver, inclusive, com o sucateamento do serviço da gente falar que a gente vai ter profissional lá ganhando salário mínimo. Então a gente vai ter, custo do serviço é custo do profissional de nível superior, custo de estrutura física, isso é custo de serviço, entendeu? É isso, a justificativa, é só para esclarecer, gente, não estou querendo polemizar. Voltando para o encaminhamento, as duas questões que estão colocadas ali são, no meu entender, as duas questões podem ser mantidas, porque têm vários serviços que a gente precisa, assim, ter custos, e a gente também já tem a resolução que prevê. Então sugestão de encaminhamento coloca as duas frases. **Elder Carlos**

Gabrich: Só um momento. É porque a Mariana acabou falando e a Sandra tinha pedido fala, eu tinha falado que já tinha acabado, mas aí foi injusto com ela. Então, Sandra, pode fazer a sua fala e peço desculpa por não ter dado a sua fala antes. **Sandra Regina Ferreira**

Barbosa: Eu estou contemplada muito com a explicação aí, a justificativa da Mariana que é isso aí, eu ia falar do fórum do André Quintão, ia falar que pode ser feito sim, a inclusive, foi reivindicação para rede sócio assistencial privada. Para o Senhor Djulson, até que eu mandei uma prestação de conta aí que ele já fez de janeiro a junho. Porque a rede, a execução do serviço da rede privada está abandonada no sentido do governo federal. Então isso a gente está exigindo fazer um estudo de custo para poder saber, poder melhorar os repasses. Porque isso tem impacto diretamente no trabalhados, porque quando a gente chega lá sindicato, aliás, Sandra Regina Ferreira Barbosa, representante do SINDBREF, eu sempre esqueço. Mas veja bem, a gente vai discutir a relação capital trabalho, patrão e empregado, se a gente põe 0,5 a mais as entidades dão o grito, a gente não consegue ter um aumento de 1% de aumento real porque eles começam a mostrar as planilhas, aqueles repasses que a gente sabe que estão todos defasados e a gente não consegue aprimorar e qualificar. Que entrega é essa? Que entrega é essa que as redes estão fazendo também? Não penalizando as entidades, mas com que entrega com um lugar que tinha que ter quatro

trabalhadores tem dois doze por trinta e seis. Ainda exige dele participar de fórum, ir para conselho, aí a entidade não libera por conta disso. Então uma coisa vai rendendo para outra, então assim, eu queria, eu protestei por isso, porque falou: “Acabou.”, falei: “Beleza.” Aí a Mariana foi explicar, mas eu fiquei contemplada. Obrigada. **Elder Carlos Gabrich:** Sandra, desculpa novamente, viu? Eu não ter aberto a fala para você. Gente, estão tendo várias inscrições, nosso combinado eram três, mas a Mariana falou, a Sandra, Karine quer tirar uma dúvida, Lucas quer fazer um esclarecimento, Jorgiane quer falar da portaria. **Karine de Amorim:** Eu quero tirar uma dúvida e da dúvida eu faço o meu posicionamento ou não. Nesse estudo que estão sugerindo, eu desconheço dessa informação do André Quintão, eles estão incluindo o preço do serviço, da unidade pública, somente. Porque estão falando que está estudando o custo de serviço, o serviço é a rede privada e a rede pública. Alguém responde, por gentileza? A Sandra que estava no encontro? **Elder Carlos Gabrich:** Pode, Sandra? Você sabe responder? **Interlocutor não identificado:** Serviços do SUAS, não fala se é governamental ou não governamental. **Elder Carlos Gabrich:** Sandra, você quer complementar? **Sandra Regina Ferreira Barbosa:** Mas é a reivindicação que a gente, a gente está reivindicando isso, que a rede, inclusive para formação permanente, para a educação permanente como as entidades foram também deixadas em segundo plano, e está acontecendo o reconhecimento das falhas, das lacunas, os gestores estão colocando. Tanto o Regis que é o diretor da proteção especial, tanto com o Edjus que é da rede privada. E agora vem o Senhor Marcílio, assim, sempre reconhecendo e vamos tentar resgatar. Então é isso, porque vai contemplar as entidades também. **Elder Carlos Gabrich:** Pronto? Podemos votar então? Então esses são os encaminhamentos e as alterações foram propostas na ação do piso mineiro. E aí pela discussão manteria ali a realização de estudos para atualização do cofinanciamento com base nos custos de serviços. E aí teve um acréscimo de seguir a resolução CEAS que prevê a ampliação do cofinanciamento. Todos esclarecidos? Podemos votar? Os que concordam com os encaminhamentos que estão ali na tela, por favor, se manifestem. Aqueles que discordam, por favor, se manifestem, Conselheiro Lucas. Abstenção. Também não tivemos abstenção. Ok, vamos então para a última ação. **Gabriele Sabrina:** Aprimoramento da rede sócio assistencial. Essa ação é a gente já conhece do programa rede cuidar, mas ela foi feita de uma maneira mais abrangente também para que possa receber, por exemplo, emendas dentro do FEAS. Porque aí a gente resolveria também aquele problema da outra ação, que era fora do FEAS, com o descritivo assistência social. Então o campo nove, finalidade, alteração do texto para: fortalecer e estruturar as rede sócio assistencial no estado de Minas Gerais, aprimorando serviços,

programas, projetos e benefícios e a defesa e garantia de direitos ofertados à população. Por meio de incentivo financeiro, assessoramento técnico e qualificação continuada. Gente, vou pedir silêncio mais uma vez, que o pessoal nem da mesa está conseguindo me ouvir aqui. Campo dez, descrição, adequação do texto para: fortalecer o serviço, programas e projetos ofertados pela rede sócio assistencial por meio de, acho que estava rede sócio assistencial do SUAS, aí a gente tirou, tirou o através também para por meio de, então é só texto. Campo catorze, especificação do produto, exclusão do texto: participante do programa, no campo catorze. Aí no campo quinze, quadro de metas da ação a gente só, a gente discutiu um pouco que a meta física veio como um nos quatro anos, então é um ponto de atenção que não tem meta prevista para essa ação. E aí foi discutido como se fosse uma janela orçamentária prevista para a captação de recursos, no caso da Rede Cuidar é um recurso que vem da loteria mineira, que ele é aportado a cada exercício, ele não é previsto no orçamento. Mas a comissão discutiu um pouco isso da meta física que não está prevendo um valor, uma memória de cálculo, uma referência. E no campo dezesseis, detalhamento de implementação, foi incluído só onde estava monitoramento a gente colocou monitorar e avaliar. Acho que foram essas as discussões, mais foi texto mesmo e a questão da meta física. Porque na discussão, apesar de a gente não estar discutindo agora o orçamento financeiro, mas isso já aponta, como veio sem meta, já aponta para uma fragilidade na garantia de recursos para manter essa ação. **Elder Carlos Gabrich:** Coordenadores, alguma? Lucas e depois a Karine já se inscreveu. **Lucas Estevão Ribeiro:** A gente estava discutindo na comissão de normas, eu cheguei até a pontuar para a Mariana o seguinte, ela é uma ação que é para o aprimoramento da rede sócio assistencial, mas como meta física nós temos o número um nos quatro, nos próximos quatro anos. Nós temos um levantamento da base do QNEIAS que o estado de Minas Gerais tem cinco mil e alguma coisa de número de entidades cadastradas no QNEIAS, e só três mil e poucos aonde? Com o cadastro concluído. Então acho que a gente poderia tentar estabelecer, pelo menos mediar alguma coisa, de meta física em cima desse número dessas entidades que estão cadastradas dentro, junto ao QNEIAS e que executam o serviço de convivência, serviço de convivência não, serviço sócio assistencial dentro do estado para poder colocar como meta. Não vou dizer que coloque os cinco mil porque seria surreal, seria surreal, mas pelo menos traçar um meio de quantificar qual o número, mais ou menos, de instituições que podem ser atendidas, eu acho que é no mínimo razoável a gente ter isso espelhado como meta física. **Lucas Estevão Ribeiro:** Agora temos Karine, Suzane e Itamar. **Karine de Amorim:** A gente está falando de uma janela orçamentária para os próximos quatro anos e um recurso, até então,

inexistente. Nós estamos falando do aprimoramento no atendimento da rede sócio assistencial. E o Lucas atentou ao ponto de termos mais de cinco mil entidades. Só que na parte da análise política essa ação ela vai ser ampliada para a proteção social básica. Então aquilo que for arrecadado ele não vai ser só dividido para média, para proteção especial, ele vai ser dividido para a básica. Aí eu estou tentando entender como a gente vai mensurar, embora que tem um, a meta para ser atendida e a qualidade. Eu não vi aqui, até questionei isso lá na comissão de política, como a gente vai fazer. Olha, a Bem Estar, até 2019, a gente tinha a alta complexidade, já tinha um serviço de acolhimento institucional para crianças. O serviço que atendia até vinte, ele custava quase cento e cinquenta mil a duzentos anos. É caro, gente. Não, mas é a (trecho incompreensível) do interior. É vinte, é. E a manutenção a gente com criança ou não tem que manter a equipe lá de doze por trinta e seis. Então assim, eu quero chamar a atenção para vocês sobre essa ação. Eu realmente não consegui entender e eu não estou entendendo como ela vai ser, como ela é executada. Eu acredito que vai chegar, porque eu tenho expectativa de receita, agora a divisão dessa receita é que me deixa preocupada. **Suzane:** Eu acho até que tem um pouco a ver com o que a Karine estava falando. Primeiro, gente, que o rede cuidar ele não é um programa voltado para a alta complexidade nem para entidade, ele é um programa de fortalecimento da rede sócio assistencial, isso inclui entidades, unidades estatais, CRAS, CREAS, centro POP, unidade de acolhimento, seja pública, seja entidade. Então ele já é um programa que nessa questão de divisão ele já é assim desde a sua origem. O que acontece é, quando a gente capta recurso para o rede cuidar a gente leva para a CIB e depois para o CEAS quem nós vamos priorizar. Nas rodadas todas que foram feitas até agora, quase todas as unidades foram unidades de acolhimento públicas e entidades estatais e entidades. E na última a gente incluiu também centros POP, que são equipamentos estatais de média complexidade. Então essa, enfim, essa mistura ela já existe, o programa foi feito para isso, para fortalecer a rede seja qual equipamento, seja qual o nível de proteção. O que aconteceu com essa ação, ela se chamava Rede Cuidar, então é isso, do jeito que o programa já era. O que acontece é que propuseram uma alteração porque, não sei se vocês vão lembrar, mas nos anos anteriores, enfim, esse ano inclusive, a gente tem uma ação de emenda que está fora do FEAS. Então a proposta aqui é para não ter essa ação fora do FEAS a gente vai só, não vai escrever rede cuidar, vai deixar como aprimoramento da rede. O rede cuidar está junto aí. A questão é, se a gente puder receber emenda, a gente tem uma ação para incluir a emenda. Porque é isso, a gente também, a gente tem que ter um lugar para o deputado indicar aonde que ele vai aplicar o recurso, então é isso. É isso, exato, é isso. Agora, o deputado se quiser

indicar para o FEAS ele tem uma ação onde ele vai indicar a emenda. A outra coisa, sobre a meta, eu concordo que não dá para ser um, aí a Karine perguntou o que a gente pode usar para dimensionar essa meta, aí eu perguntei, o Itamar pediu fala também, a média da capacidade que a SEDESE tem para instrumentalizar o programa, porque tem uma burocracia grande de documentação de entidade, a gente calcula o indicador, então é um trabalho grande. A média de atendimento por ano foi de setenta unidades, que é o que eu sugiro que a gente coloque essa meta de atendimento de setenta unidades por ano, que é o que já acontece, já aconteceu nos anos anteriores. **Elder Carlos Gabrich:** Itamar. Itamar está contemplado, mais alguma inscrição? Então encaminhamento seria que a meta fosse setenta e houveram também esclarecimentos sobre a ação, sobre o programa. Todos ficaram esclarecidos? Lembrando que é um programa, então é pontual. **Karine de Amorim:** O programa, até então, e o Itamar pode me corrigir, ele contemplava um ano sim, dois anos, não é? Um ano sim, um ano não, e não poderia se repetir, isso aí eu entendi como critério e etecetera. Agora eu quero entender como é que a gente vai colocar setenta, setenta, setenta, não entendi. Depois setenta de novo. **Elder Carlos Gabrich:** Eu entendi que seria cada setenta novas unidades, porque o repasse é feito de uma única vez, então as setenta de 2024 são diferentes das setenta de 2025, não é uma meta cumulativa. Setenta repasses, Karine. **Interlocutor não identificado:** Só reforçar que, primeiro, a quantidade de setenta unidades ela está relacionada à nossa capacidade operacional dos últimos anos, então nos últimos anos foram feitas setenta parcerias por ano, cada ano. Essas setenta unidades não são as mesmas, cada ano a gente roda os critérios na CIB, no CEAS, pega a lista e faz com aquelas setenta unidades. Então o número setenta ele é um parâmetro dos últimos anos, e tudo isso, assim como as outras questões, está relacionado à nossa captação de recurso, só isso. **Lucas Estevão Ribeiro:** A minha dúvida é no seguinte sentido, nós estamos falando de uma ação que ela é geral e dentro dela nós temos o programa, não é isso? Isso, beleza. Haveria possibilidade, por exemplo, do Rede Cuidar ele ser exclusivamente, por exemplo, um programa específico para as entidades, um programa específico para as unidades que são públicas, para não confundir, dentro da ação, algo ser mais direcionado. **Interlocutor não identificado:** A Gabi estava falando certo, o que acontece? Tem uma lei que de fato não deixa fazer isso, mas o critério de partilha, quando a gente tiver recurso aportado, dá para fazer essa discussão e trazer. Só para entidade pública, só para (trecho incompreensível), só para qual entidade, qual tipo de entidade. Porque assim, é só estabelecer o critério. É interessante, na minha opinião, que o programa se mantenha aberto porque é como eu falei anteriormente, se chegar uma emenda, se chegar alguma coisa, se

chegar mais ou menos recurso é interessante manter o programa aberto. Não significa que só vai ser aberto e vai dividir certinho para cada e vai ganhar centavos, a gente vai trazer os critérios como todas as outras vezes foi pactuado na CIB e aqui. **Lucas Estevão Ribeiro:** Uma outra dúvida, o governo federal ele tem articulado com o poder legislativo, em especial com a câmara dos deputados, para poder otimizar o recurso da assistência social buscando emenda parlamentar para poder acrescentar isso dentro da pasta, dentro das ações da assistência social. Eu fiz essa pergunta para a Mariana, vou trazer de novo para cá porque a gente precisa ter isso registrado. Qual que é a estratégia do governo Zema para poder garantir que as emendas, ou se há essa estratégia, primeiro é se há essa estratégia de buscar emenda na assembleia legislativa para que seja implementado dentro da política pública de assistência social. Se há, quais são as estratégias para poder trazer esse recurso para dentro da assistência. Se não, porquê que não. **Interlocutor não identificado:** A gente não tem estratégia específica para captar emenda, e aí eu vou explicar o que a gente tem feito. Primeiro porque as emendas impositivas elas já são um valor enorme no orçamento do estado, e o parlamentar ele tem o poder, entre aspas, a prerrogativa de escolher o beneficiário. O que a gente tem feito, hoje, é atuar na qualificação dos projetos. Então deputado indica, a gente põe lá os critérios do projeto de acordo com a tipificação que atenda serviços de assistência social, e faz a análise desses projetos de forma que eles sejam mais qualificados e direcionados para a assistência social. Então a gente não tem nenhuma atuação de intervir junto à assembleia para isso, porque as emendas impositivas elas são individualizadas, elas não são emendas de bloco ou de comissão que vem de forma geral. Então assim, a gente não tem muito poder sobre elas. Eu acho que a sua pergunta é no outro sentido, só para responder como que a gente está fazendo hoje. **Lucas Estevão Ribeiro:** A minha preocupação, gente, está descrita justamente na questão do financiamento da ação. Então se, por exemplo, seria oportuno e interessante que a gestão estadual estivesse atenta a essa questão das emendas para poder trazer emenda na seguinte forma, a emenda ela vai ser destinada para o fundo, e depois você tem uma liberdade para poder fazer essa distribuição. Em que perspectiva? Para que aquele recurso que seja destinado, ele passe pelo controle social. Ainda que venha para o controle direcionado, carimbado para a instituição X ou para município Y, é importante que se tenha uma liberdade justamente para poder ampliar e otimizar o recurso, qualificar o recurso, como Mariana tem dito aqui para a gente, que a limitação que ela tem é justamente o projeto. Ou seja, ela só pode qualificar o recurso auxiliando aquela que vai ser o destinatário final dentro do projeto que vai ser implementado. Então é importante que, e aí é importante também uma atuação nossa

enquanto CEAS, que temos esse viés político também, de atuar junto com a assembleia legislativa, juntamente com a gestão do estado, para poder otimizar e buscar esse recurso de uma forma um pouco mais livre para que ele possa ser implementado e distribuído de uma maneira mais, não vou dizer justa, mais equânime entre aqueles que compõem a rede sócio assistencial. **Elder Carlos Gabrich:** Karine, depois Baião, depois Sandra. **Karine de Amorim:** Eu ainda não fui contemplada, eu entendi essa questão de perseguir recurso, eu só não consegui vislumbrar a manutenção do número setenta. Eu já tenho uma memória de que eu consegui atender setenta unidades em 2021, outras setenta em 2022. O que eu quero é saber como vocês vão perseguir para ampliar para os próximos quatro anos o número de unidades. Seja ela um equipamento público ou privado, não importa, o que eu estou querendo saber é qual a meta que a SEDESE vai perseguir para ampliar o número de entidades a serem assistidas. Aí entra a minha, na minha análise, que a manutenção das setenta ela diz que nós vamos continuar a fazer o que a gente sempre faz, aguardar a lotérica, aguardar a emenda parlamentar, esse passo a passo que o Lucas acabou de dizer. E a gente precisa avançar, eu preciso ampliar a minha cobertura, é isso que eu estou chamando o CEAS. Como nós vamos ampliar, apoiar a SEDESE a ampliar essa cobertura. **Elder Carlos Gabrich:** Antes da, tem Baião e depois Sandra, só eu ia sugerir, a meta ela está não cumulativa, setenta de um ano são diferentes dos setenta do outro. Mas a gente também pode alterar para setenta, cento e quarenta, duzentos e dez, duzentos e oitenta, sendo cumulativa. Exatamente, mas lembrando que, porque, Karine, as setenta e um ano são totalmente diferentes das setenta do outro ano. Ah, sim, você quer que aumente, entendi. Enquanto isso pode Baião e depois Sandra. **Karine de Amorim:** Vamos pensar assim, que eu tenho uma meta de aumentar o meu número de atendimento em dez por cento, aí eu aumento sete. A capacidade de atendimento, já que é só transferência de recurso. Eu vou sugerir dez por cento porque eu sei que é uma janela orçamentária, não vou ficar enxugando gelo. **Maria Baião:** Lucas, deixa eu te falar, a emenda parlamentar ela tem essa história para nós que ela é anticonstitucional. Mas isso é uma troca de moeda, de governo e político, que a gente sabe que é uma coisa horrorosa, mas está lá. Então o que acontece? Aqui para nós, o município Belo Horizonte, a gente recebe muito, quando ela é da saúde ela vai direto, o deputado, você é o deputado, você quer mandar para a saúde, então ela vai direto para a saúde. Agora, quando é assistência nós temos um problema muito sério aqui com essas emendas, que a pessoa não tem noção do trabalho que é uma emenda parlamentar quando chega para uma entidade. Que ela vem assim, ela tem que vir, a entidade tem que estar inscrita na assistência social, tanto a câmara municipal quanto a

federal. A entidade então, quando vem para a mesa de financiamento, quando ela vem para a mesa do financiamento para a gente fazer avaliação, quando a entidade não está inscrita regularmente, a gente dá quatro oportunidades para ela se regulamentar com os seus documentos. Então é muito difícil, muito difícil. E a gente vai até a última instância, ela volta para Brasília, de Brasília ela torna a voltar para nós, que ela passa na mesa de financiamento primeiro, depois é que volta, sabe? Então nós estamos com muitas entidades fazendo um trabalho de reciclagem mesmo para ver, sabe? O pessoal vai, faz visita, explica, explica, no último caso que ela pede. Então daí é que a gente tornou a pedir, até em conferência que os governos tenham o seu orçamento para assistência social sem precisar dessas emendas, porque elas não são permanentes e as entidades não podem viver pensando só em emenda parlamentar para seu o trabalho. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigada, Baião. **Sandra:** Gente, isso tudo acontece, Baião, porque a assistência social que tem uma LOAS que vai fazer trinta anos, e um SUS que vai fazer dezoito, e nós vamos cantar parabéns na conferência nacional, e simplesmente quando se fala de orçamento não avançou. A gente ainda continua com o pires na mão, a gente não tem um orçamento, uma vinculação nem de um por cento, porque eu ia dar um informe no final, mas eu já começo falando. A comissão de orçamento do CNAS, que eu faço parte, nós colocamos lá no pleno, vamos criar estratégias para agosto e setembro, estratégias assim, inclusive sentar com a Janja, marcar com o Lula, a aprovação da PEC de um por cento. Que a gente sabe que têm municípios que às vezes até colocam mais de um por cento da sua arrecadação líquida na assistência, mas isso não é a maioria. Então é adoecimento, é pires na mão, e a gente vai cantar parabéns para a LOAS, trinta anos, e para o SUS dezoito anos. E a gente continua com o pires na mão, e aí eu falo, nós já saímos de conselho nacional, fechamos a pauta, de tarde o que nós vamos fazer? Andar no sol quente. Uma vez que eu fui, outro dia foi debaixo de chuva, lá para a câmara para bater na porta dos deputados, e nas comissões, para colocar emenda em determinada ação porque a gente não ia ter o dinheiro. Então assim, porque a gente está isso? Porque nós também estamos permitindo isso até hoje. E nessa última proposta orçamentária do governo federal, nós discutimos parâmetros lá na Bahia, o Lucas estava lá na descentralizada, não teve uma ampliação. Fizemos uma extraordinária, chegou lá a sociedade civil estranhou, (trecho incompreensível) para os governamentais. Mas como é que é isso? Em vinte e quatro não tem um centavo de expansão? Ah, não pode pôr uma emenda nessa resolução? Vamos discutir. Quando chegou na hora de votar, colocaram um parágrafo único: “Em ter aumento de arrecadação, no caso de aumentar vai poder ampliar para 2024.” Mas a gente falou o seguinte, que a gente não quer continuar assim mais, e

pressionando mesmo este governo, no corredor falei com o André: “André, não estou entendendo não, o nosso governo, entre aspas, que a gente lutou para poder. Ah, mas a gente está mantendo pelo menos o que já tinha permanecer.” Então assim, isso acontece porque a gente ainda não criou um movimento e a gente está pensando agora em setembro e outubro, até outubro para ver se a gente consegue mais um amplo movimento de pressão para ser aprovada a PEC 383, porque senão a gente vai continuar desse jeito com o pires na mão. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado, Sandra. Jorgiane. **Jorgiane Suelen de Souza:** Sandra, eu acho que você coloca uma coisa muito importante em relação à questão da PEC 383. Pela manhã não sei se você estava aqui, mas a gente até já ressaltou essa demanda. Que, por exemplo, a questão que foi feita agora, recentemente, da votação das pessoas em relação a essa PEC, nós tivemos aí menos que cinco mil votos a nível federal para poder lutar pela PEC 383. Então assim, eu sinto você falando aí que você está lutando, André Quintão, entre outros, mas será que todos, a assistência social como um todo ela está articulada em função dessa luta? Se fala da luta há dezoito anos, bate-se palma, mas é uma situação. Se luta muito mais lá pela questão da cédula, aumento de recurso na educação, entre outras áreas, e nós não. Então isso é uma questão que a gente precisa mudar, talvez, a forma de lutar. Obrigada. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado. Não temos mais inscrições, podemos ir para a votação dos encaminhamentos? Então a ideia seria, a Karine ela fez uma proposta de que a meta seja aumentada 10%. Só uma dúvida, não é setenta e sete e oitenta e quatro não? Ah, tá, tudo bem. Então a meta seria setenta e sete em 2024, oitenta e cinco em 2025, noventa e três em 2026 e cento e dois em 2027. Então a proposta de aumento de 10% ao ano, estabelecer a meta física a partir da base de dados do QNEIAS e um ponto, aqui é só uma pergunta que o Lucas fez, já foi respondido. Podemos então ir para a votação desses encaminhamentos? Conselheiros estão esclarecidos para votar? Conselheiros então titulares, atenção que vai ter votação agora. Os conselheiros que aprovam os encaminhamentos da ação, por favor, se manifestem. Conselheiros que reprovam. Você reprova? Abstenções. Chegamos ao final então das oito ações. E aí a gente está muito atrasado, eu ia sugerir que se nenhuma comissão tiver nenhum ponto que não esteja aí, que a gente já vá direto para a votação da proposta como um todo e leitura da resolução. Se todos estiverem de acordo. Que eu acho que todos os pontos acabaram sendo tratados ao longo da discussão. Todos de acordo? Você quer falar, Gabi? Está bom. Essa que é a proposta, se não tiver nada que não tenha sido contemplado, que as comissões não leiam e a gente vai direto para a votação do instrumento. Você quer ler? As comissões apresentaram os pontos ao longo da discussão, tem algum ponto que a sua comissão trouxe

que não foi contemplado? Você lembra que toda hora eu falava: “Comissões, quais são os pontos.” O nosso mesmo que está na súmula já foi apresentado durante a discussão.” **Lucas Estevão Ribeiro:** A comissão de normas viu que na base legislativa, na base legal, está faltando o decreto 48322, que é o que regulamenta o CEAS. **Elder Carlos Gabrich:** Então inclusão na base legal do decreto 48322/2021. **Interlocutor não identificado:** E na parte do programa no item onze que é a descrição do problema que se busca resolver, eu passei um texto, a secretaria executiva está com ele, que é o que falta da complementação das equipes da SEDESE. **Elder Carlos Gabrich:** Karine, comissão de política tem algum ponto? Pode falar. Pode ler, inclusive, se você quiser ler o encaminhamento. É a Marilene então. Itamar, você pode ler? **Karine de Amorim:** Se o Itamar permitir eu leio só o finalzinho da liberação. A gente vai colocar de forma geral porque a gente sugeriu algo para o governo. Diante das informações apresentadas foram agrupadas as ações nove, passaram a ser oito. E nessas oito ações a comissão entende que cumpre as políticas de assistência social a nível de estado. Consideramos também, nossa análise aqui no presente plano, não há sinalização de expansão da política de assistência social, tendo em vista termos predominantemente janelas orçamentárias. Essa comissão também frisa, exato, janela, não tem. Mas deixa eu ler, aí vocês fazem as correções porque a plenária decide como vai ficar o que, correto? Mas esse é o nosso parecer, se a gente quiser alterar, ou a comissão faz ou a plenária faz, entendeu? Sendo essa comissão também frisa que em caso de expansão de arrecadação sugere a possibilidade de ser implantado um programa de transferência direta de renda a nível de estado, para mulheres vítimas de violência doméstica isso é uma sinalização para aqueles casos em que a mulher precisa sair do domicílio e algum município precisa receber já que ela não pode ficar. E a gente pensou isso dentro da Rede Cuidar, entendeu? Enfim, o texto está aberto à alteração da plenária. **Elder Carlos Gabrich:** É que o pessoal até sinalizou que ainda não teve orçamento, então pode ser que as janelas orçamentárias não sejam janelas. Se eu não me engano, na proposta, a previsão, exatamente, então seria só esse ponto que ainda não temos orçamento, então a gente ainda não pode garantir que vai ser janela orçamentária, apesar de que anteriormente foi. E também, se eu não me engano, a maioria das ações não são janelas, mesmo se seguir elas não seriam janelas. É só isso, mas é só um esclarecimento mesmo. **Arlete Alves de Almeida:** O que eu quero dizer a respeito disso? Como a gente trabalha exatamente com esse público, a gente entende que quando trabalha com as mulheres a gente acaba alcançando a família, alcança todas as pessoas do território, é fundamental que esse conselho comece a trazer isso como ponto de pauta mesmo para as nossas discussões. Porque além da violência contra a mulher, de um

modo geral, a gente vê a cada dia o crescimento disso tanto no sentido da violação de direito de idosos e também de crianças. E tudo isso, de certa forma, onde é que vai cair? Vai ser lá na assistência social. E essas mulheres desamparadas, e que a gente pensa que o maior número está nos grandes centros, não tenham dúvida, isso está também no interior em larga escala. Porque esse processo de opressão machista, ele é em cadeia e passa muito pela questão um oprimido oprime outro. E numa relação amis vulnerável sempre são as mulheres, de um modo geral. Então nesse sentido a gente precisa discutir nessa mesa a questão da violência contra as mulheres. Esse período de pandemia foi uma loucura. E a gente continua com isso aí, isso fica meio que invisível, nós até lançamos uma campanha Violência Contra a Mulher Não Pode Ficar Invisível. Agora a gente terminou uma outra campanha aqui em parceria com a UNB, foi um curso de três meses trabalhando essa coisas de corpos e memórias das mulheres, está saindo material aí agora. E eu quero referendar isso aqui, porque raramente se toca nesse assunto aqui nessa mesa, porque quando fala na assistência social não inclui, até porque assistência social a cara é feminina, mas essa cara feminina que está lá na assistência social, por trás desse perfil ainda têm todas as violências, principalmente a violência doméstica. **Graziele Vieira:** Dona Arlete, quando a educação ela não é de qualidade, não é libertadora, o desejo do oprimido é ser opressor, não é? Falando de Paulo Freire, de uma perspectiva de Marx, não é? E aí só para poder dizer da sua fala e da Karine também, na hora que eu estava saindo para o almoço estava passando o jornal ali embaixo e aí estava apresentando que o estado de Minas Gerais é o segundo maior em violência e feminicídio no Brasil. E aí de 2021 a 2022 a gente teve um aumento, então a gente precisa também, a Gabriela levantou esse ponto, e uma das ações a gente incluiu o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, mas como que é importante a gente sempre lembrar, trazer para as nossos trabalhos que precisa ter esse público bem específico e bem descrito na assistência para a gente não perder de vista. **Lucas Estevão Ribeiro:** Em que pese a relevância da sugestão da Karine, eu preciso dizer também de um público que é vulnerabilizado e que precisa também estar incluso nisso, a população LGBTQIAP+. Então se nós temos uma mulher morta a cada seis horas, nós temos uma pessoa LGBTQIA+ morta a cada três dias. E dentro desse número mulheres trans são as que mais são mortas e de forma violenta, assim como as mulheres, dentro do país. E Minas é o terceiro estado que mais mata pessoas LGBTQIAP+. E o segundo, é o segundo que mais mata mulheres. Então nós enquanto órgão de controle social permanente da política de assistência social temos que estar atentos e garantir proteção para essa população. Então eu acho que é importante que a comissão de política, se possível, crie um protocolo

ou um documento técnico que fomente a criação desse programa. E este conselho encaminhe isso para a gestão da SUBAS, da SEDESE, a gente articule para que possa ser viabilizado a criação desse programa de transferência de renda o mais rápido possível. Porque são pessoas que estão em extrema situação de vulnerabilidade, e muitas vezes o estado está de costas viradas para essa população. Então é importante a gente estar atento a isso. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado. É isso que eu ia perguntar agora, se a secretaria executiva anotou. E aí também só trazer uma informação, que eu não sei se todas e todos sabem, que a SEDESE agora também conta com uma subsecretaria de políticas para mulheres. E a gente vê que vai ser uma oportunidade da gente fazer ações junto com a SUBAS, para tratar desse público, e mulheres em geral, também entrando aí as pautas das mulheres trans. Então só um informe que talvez nem todos saibam que agora tem. Não é a mesma, não é a nossa subsecretaria, mas foi um aumento de status da coordenadoria para a subsecretaria agora, então é uma oportunidade. Sandra. **Sandra:** Dentro desse informe que você traz, que a SEDESE tem uma secretaria, como está, a quantas andam o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Minas Gerais? Já que tem essa secretaria, porque enquanto conselheira do município, o conselho está ativo, está funcionando, e a gente está com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher completamente parado. E a gente gostaria de saber também, não é aqui o fórum, mas como você fala que vai ter essa secretaria, essa dimensão superimportante da política, aí também fica aqui que o conselho, gente, não tem uma resposta de quando, como e o qual é a iniciativa do estado para retomar as atividades do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Com esses dados, nesses dados alarmantes que vocês estão trazendo. Obrigada. **Interlocutor não identificado:** Sobre o Conselho da Mulher, o mês passado teve a posse da nova equipe que foi eleita, eu até participei desse evento, e a gente está com muita esperança da continuidade dessas tratativas. E aí eu dizia para Lucas aqui agora que o novo projeto que a gente começa agora para o próximo triênio, a gente está tratando também, dentro da pauta das mulheres, colocamos mais dois objetivos, que é tratar da questão da masculinidade, principalmente a masculinidade tóxica. E tratar também essa pauta LGBTQIA+, porque a gente entende que não dá para ficar falando agora só com um público. E fazer disso também uma luta dentro da secretaria, dentro da SEDESE porque tem que de fato entender que as coisas mudaram e nós precisamos acolher essa população. **Elder Carlos Gabrich:** Obrigado. Então a comissão e normas já se manifestou, a comissão de política se manifestou, temos a comissão e monitoramento, apoio e qual a outra que eu estou esquecendo, gente? Monitoramento, apoio, eu queria saber se, orçamento, orçamento já fez as ponderações. Acho que monitoramento, Érica, o único ponto

que a gente colocou a gente já colocou ali na discussão. Apoio tem mais algum ponto? Que eu ia sugerir que a gente vote a proposta e leia a resolução. Aí apoio tem algum outro ponto do PPAG? Não? Então vamos votar a proposta agora? Depois de todas essas alterações a gente está pondo em votação agora a proposta de PPAG apresentado pelo órgão gestor. Então todos estão esclarecidos para votar? Os conselheiros que aprovam a proposta, gente, conselheiros, prestem atenção, os que vão votar agora. Os conselheiros que aprovam a proposta de PPAG que foi apresentada ao longo do dia, por favor, se manifestem. É orçamentário, tem que ser nominal, tem que ser nominal. **Lucas Estevão Ribeiro:** Eu gostaria de apresentar pedido de urgência na matéria que trata da emenda do Padre João, que ela precisa ser aprovada com uma certa urgência, que é até uma demanda que é trazida pelo próprio conselho nacional. O conselho nacional já havia nos provocado, mas a gente precisa, mas eu já estou submetendo o pedido de urgência com relação à essa matéria para a gente estar atento a ela, tá? **Elder Carlos Gabrich:** Vamos para a votação do PPAG, leitura, e a gente vota o pedido de urgência. Aí secretaria executiva pode começar. **Arlete Alves de Almeida:** Pela aprovação. **Elder Carlos Gabrich:** É porque a Gabi falou que a gente poderia ler a resolução antes e aí votar só uma vez, já que é nominal. Ok, então pode ir. **Interlocutor não identificado:** Arlete Alves de Almeida. **Arlete Alves de Almeida:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Gabriela Loiola. **Gabriela Loiola:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Grazielle Vieira. **Grazielle Vieira:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Isac. **Interlocutor não identificado:** Voto pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Karine. **Karine de Amorim:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Lucas. **Lucas Estevão Ribeiro:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Leandro. **Leandro Carvalho:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Iara da Costa. **Iara da Costa Nogueira Reis:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Marilene Faustino. **Marilene Faustino:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Simone. **Simone:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Elder. **Elder Carlos Gabrich:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Altair. **Altair:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Michele Andrade. **Michele Andrade:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Gabriele. **Gabriele Sabrina:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Érica Pereira Alves. **Érica Pereira Alves:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Úrsula Cristina. **Úrsula Cristina:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Jorgiane Suelen. **Jorgiane Suelen de Souza:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Lígia, ah, não, está de licença. Cristiane Aguiar. Ausente. Solimar. **Solimar:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Aprovada com

dezesseis votos. **Elder Carlos Gabrich:** Vocês podem ler a resolução, por favor? **Interlocutor não identificado:** Dezoito votos. Dezesseis titulares e dois suplentes em condição de titularidade. **Elder Carlos Gabrich:** Resolução. Você lê, por favor? **Interlocutor não identificado:** Resolução CEAS de 21 de julho de 2023 dispõe sobre aprovação da proposta do plano plurianual de ação governamental do Fundo Estadual de Assistência Social para o período de 2024 a 2027. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS MG, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 13 da lei estadual número 12.262 de julho de 1996, considerando a deliberação de sua 286ª Plenária Ordinária, ocorrida em 21 de julho de 2023, e considerando a resolução do CNAS número 33 de 2012, que aprova a norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social, NOB SUAS. E considerando a resolução do CNAS número 7/2016, que aprova o plano decenal, resolve: artigo primeiro, aprovar a proposta do plano plurianual de ação governamental do Fundo Estadual de Assistência Social para o período de 2024 a 2027, que apresenta atributos qualitativos e metas físicas para o quadriênio; artigo segundo, recomenda-se a ampliação progressiva das metas físicas e a previsão orçamentária para a sua execução; artigo terceiro, essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 21 de julho de 2023. **Elder Carlos Gabrich:** Alguma consideração? Mas são erros de digitação mesmo? Então estão todos de acordo com o texto? **Interlocutor não identificado:** Não, é porque o tamanho aqui está maior, reduzindo vai, olha lá. A proposta do plano. É por causa da disposição da tela. **Lucas Estevão Ribeiro:** O artigo segundo ele fala da recomendação da ampliação das metas, mas nós já fizemos a alteração das metas. Então não há a falar nesse dispositivo não. **Elder Carlos Gabrich:** Mas é porque a gente já fez, é redundante, porque a gente fez a ampliação. Fica parecendo que a gente não fez por causa desse artigo. A gente fez essa revisão agora, e lendo esse texto, se eu não estivesse na discussão, eu ia entender que a gente não tinha feito e tinha deixado as metas como estavam, para mim é redundante. É, às vezes manter só a previsão orçamentária. Gabi. **Gabriela Loiola:** Tendo essa recomendação, mas foram apresentadas inúmeras recomendações em diversas ações, é isso que fala? Essas outras recomendações não teriam que estar contempladas no texto? Como que ficaria isso? **Elder Carlos Gabrich:** Você fala as que a gente fez, as alterações? **Gabriela Loiola:** Sim. **Elder Carlos Gabrich:** Porque eu entendi que vão alterar os quadros de atributos. Aí eu até falei com a Gabi, a gente poderia colocar os quadros como anexo, o que você acha? Pode falar, Gabi, fazendo favor. **Gabriele Sabrina:** Na discussão da comissão a gente só tinha apontado para a necessidade de ampliação da meta física, mas como a gente já fez isso aqui em plenária, também concordo de retirar. Mas acho que

tem que ter alguma coisa de: recomenda-se a garantia dos recursos orçamentários para a execução das ações previstas, alguma coisa. Porque a gente tentou deixar claro que o que a gente deliberou aqui foi o qualitativo, foi a descrição, a meta física, mas o orçamento vai vir na LOA. **Jorgiane Suelen de Souza:** Quando a gente fala ali garantia, na verdade ampliação progressiva das metas físicas, eu entendo que assim, caso seja possível, haja, não é isso? Certo, porque eu não vejo problema de ficar dessa forma pensando assim, caso tenha disponibilidade amplia-se, não que o que foi definido não seja o que vai ser seguido, entendeu? Que aí é a mesma coisa da previsão orçamentária. **Leandro Carvalho:** Eu entendo que o verbo que iniciar o artigo “recomendar”, ele traz uma leitura, uma interpretação do artigo muito mais orientativa do que impositiva, a princípio é isso. Então ela rebate mais muito na discussão política mesmo da manutenção e da ampliação de recursos para garantia de direitos, do que propriamente de saber se a gente já fez ou deixou de fazer essas alterações. Acho que a discussão é muito mais de garantir o lugar dessa discussão do que propriamente se a gente fez ou não. Porque está claro que a gente já fez as alterações, recomenda que isso seja um movimento constante. **Elder Carlos Gabrich:** Então podemos deixar do jeito que está? **Leandro Carvalho:** Eu proponho manutenção. **Elder Carlos Gabrich:** Ok. Alguém discorda? Que aí a gente vota. O conselheiro Leandro ele disse para a gente manter o texto como está. **Leandro Carvalho:** Concordo com a Baião, ela está verbalizando ali, a minha sugestão é pela manutenção do texto tal como ele se encontra, inclusive com o trecho ali em vermelho, considerando que ele vai vocalizar uma tentativa de garantir o debate acontecendo em torno da garantia e manutenção desse recurso. **Iara da Costa Nogueira Reis:** eu sugiro a inclusão, mas com mais um artigo, sabe, gente? O artigo segundo ele continua como ele estava, e no artigo terceiro, e depois o último fica sendo o quarto, aí eu acho que é muito pertinente, que a Gabi está nos provocando aqui, que a gente está aprovando o PPAG, que é ótimo, mas a gente tem que buscar que de fato a garantia dos recursos seja prevista e aprovada. Então eu sugiro, para poder a gente manter o que está de vermelho, solicita-se a garantia dos recursos orçamentários para o cumprimento das metas dispostas no PPAG. Então manter o texto que já estava no segundo e criar um terceiro solicitando a garantia dos recursos orçamentários para o cumprimento das metas dispostas no PPAG. **Elder Carlos Gabrich:** Iara, só um ponto. Porque resolução, geralmente, você não solicita uma coisa, sabe? Eu estou na dúvida de como é que a gente faria esse texto, se você tiver algum ideia. Baião, fala no microfone para todo mundo conseguir te ouvir. **Iara da Costa Nogueira Reis:** Sim, Baião. Mas eu estou sugerindo que ele continue, que não seja, que mantenha o artigo segundo. **Maria Baião:** Mas é porque a nossa preocupação, a

nossa discussão na mesa ontem e a preocupação é que se mantenha o orçamento dentro do PPAG com a ampliação e qualidade dessas metas físicas que a gente tem que continuar com a meta, mas a qualidade dessas metas. Mas tem que manter dentro do PPAG. Porque depois que o PPAG ficar pronto, sair e você quiser ampliação do trabalho e das metas. Aí querendo ampliação dessas metas sem o recurso como é que vai fazer? Aí vai ficar impedido. Então eu acho que ali nós discutimos muito esse artigo dois para chegar nesse contexto. Tem que repensar para tirar algo. **Elder Carlos Gabrich**: O pessoal está fazendo a sugestão de texto ali, aí seria artigo segundo. Está pronto? Recomenda-se a ampliação progressiva das metas físicas. Ah, são três propostas diferentes. A primeira: recomenda-se a ampliação progressiva das metas físicas e a previsão orçamentária para essa execução. A segunda: recomenda-se a garantia de recursos orçamentários para o cumprimento das metas físicas (trecho incompreensível) do PPAG, ampliação progressiva das metas físicas e a previsão orçamentária para a sua execução. E o terceiro, recomenda-se que sejam garantidos os recursos orçamentários para o cumprimento das metas físicas dispostas no PPAG. **Interlocutor não identificado**: Eu consegui fazer a compreensão, eu retiro a minha sugestão. **Interlocutor não identificado**: Então pode tirar o artigo terceiro? **Interlocutor não identificado**: Pode. **Interlocutor não identificado**: E aí eu sugiro que mantenha o segundo conforme já foi dialogado aqui, que está descrito de vermelho. Eu entendi, agradecida, pessoal. **Elder Carlos Gabrich**: Esse artigo que está aí na tela atenda a todos, gente? Recomenda-se a garantia de recursos orçamentários para o cumprimento das metas físicas dispostas no PPAG, ampliação progressiva das metas físicas e a previsão orçamentária para sua execução. Pode ser a ampliação progressiva destas metas. Pronto. Está repetitivo também. Ok? Todos de acordo? Não, mas vocês estão de acordo? Todos de acordo com o texto? Podemos então considerar que está aprovado o texto? A gente já fez a votação do PPAG. Ok. Então, estamos com grandes problemas agora, é sobre isso, Gabi? É sobre outro ponto ou sobre isso aí? **Gabriela Loiola**: É mais ou menos sobre isso também. É só para chamar a atenção que nós estamos aqui discutindo o PPAG dentro do formato que foi proposto, que nós fizéssemos essa discussão de forma individual na comissão. E acabou que levou o dia inteiro. E aí outros pontos de pauta não foram, provavelmente não vai ter a mesma evolução porque nós já estamos com quatro horas e tanto de... então é só para chamar atenção de que se essa metodologia ela não vai prejudicar as outras, nossas outras plenárias, tendo em vista os pontos de pauta que precisam ser discutidos. E aí eu até fiquei um pouco, depois, confusa, porque a Karine falou: “Não, mas a gente tem questões da nossa comissão para apresentar.” Então a metodologia que havia sido alinhada no início

nem todos ficaram compreendidos de como que funcionaria. Então é uma coisa, eu acho que a gente precisa refletir porque eu me lembro que em outros momentos nós trouxemos isso de forma conjunta, nós discutimos e acabava que na plenária o resultado poderia, talvez, ser mais eficiente. É só um posicionamento a respeito. **Graziele Vieira:** Nós tivemos uma longa discussão se essas propostas conjuntas seriam em reunião conjunta ou separada, acabou que foi separada e conjunta. E aí eu vou só reforçar também que foi até uma sugestão do Isaac, e a gente trouxe para cá, e foi uma sugestão que eu encaminhei a partir de uma proposta que o Isaac fez, que a cada quatro meses a gente teria um dia a mais de reunião. Nesse um dia a mais seria quando a gente precisasse votar questões conjuntas, que é do orçamento. E nesse dia a gente aproveitasse uma parte do horário para a capacitação. Que é outro ponto que a gente tratou aqui, por diversas vezes, da dificuldade da gente entender. Então talvez se a gente tivesse a condição de fazer um dia a mais de reunião a cada quatro meses para votar questões conjuntas e colocar juntamente um dia de capacitação eu acho que a gente ficava muito mais produtivo. Esse ano, especificamente, gente está com a questão do GT da Conferência na quarta, tendo um dia a mais a gente teria que começar a reunião na terça, e eu acho que muitas pessoas têm a dificuldade de passar a semana toda em Belo Horizonte, mas realmente isso foi pedido mesmo. E sobre a discussão de resolução da reunião conjunta, eu acho que seria interessante, no regimento interno novo, quando a gente voltar a discuti-lo, prever ou não prever essa reunião para acabar com essa grande discussão se vai fazer ou não. Simone. **Simone:** Eu particularmente tenho muita dificuldade, porque na quarta-feira anterior aqui é o meu CMAS. Então assim, eu estava no GT mesmo, eu realmente estava faltando de lá para compor o GT. Então fica bem complicado, tá? **Elder Carlos Gabrich:** Mas, enfim, registrado. Então eu queria só, pontos da conferência, o que a gente precisava fazer de mais urgente? A primeira é que a gente tem que alterar a resolução 799, calma, é só uma proposta, calma. A gente tem que alterar a resolução 799 alterando o local de conferência de Timóteo, que vai ser em Ipatinga, de São João Del Rey que vai ser em Barbacena, e Juiz de Fora mudará a data para dia 05 de setembro. O que eu estava comentando aqui com a Dona Arlete e o Lucas, se vocês estiverem de acordo, a gente pode fazer uma resolução ad referendum com essas alterações e depois a gente traz para a validação na plenária. São essas as alterações que vão estar na resolução. Todos de acordo? Outro ponto, eu ia apresentar o instrumental que vai ser utilizado na discussão em grupo que foi apresentado no GT para que todos tenham conhecimento e não tenham problemas lá. A minha proposta é mandar o instrumental no grupo e mandar as orientações por áudio. Se alguém tiver uma dúvida, a

gente vai discutindo no grupo, pode ser? O instrumental de registro das discussões em grupo. Outro ponto também que a gente vai mandar a apresentação, que em teoria teria que ser colocada aqui, que é a proposta de apresentação para vocês utilizarem na palestra que vocês vão, que nós vamos fazer no CEAS. Iara. Timóteo, isso, Timóteo e São João Del Rey mantém a data, muda o local, Juiz de Fora mantém o local, muda a data. Oi, Mariana. Acho que alguém pediu antes, A Iara pediu. Timóteo, a conferência regional de Timóteo não vai ser em Timóteo, vai ser em Ipatinga, a mesma data, mantém a data. Conferência de São João Del Rey não vai ser em São João Del Rey, vai ser em Barbacena, mesma data. Conferência de Juiz de Fora vai ser em Juiz de Fora, mas vai ser no dia 05 de setembro. É isso.

Iara da Costa Nogueira Reis: Fazer uma defesa do instrumental, porque ele foi apresentado no GT e aí eu quero trazer uma fala da Ana Lúcia na Conferência Municipal de Assistência Social, que ela sinalizou uma questão assim, olha, que a gente precisa aprimorar os nossos trabalhos nas conferências, porque a gente faz os ótimos trabalhos de grupos, com os usuários e encontros, e às vezes nas conferências a gente judicializa muitos processos e muitas coisas ficam mais complexas de fazer a compreensão. A ideia desse instrumental é que ele fique muito próximo das formas nossas de atuação, de avaliação dos nossos trabalhos e encontros nos grupos, dentro do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, dentro dos outros serviços e programas. Então vocês vão ver que dentro de uma metodologia que bom, que pena, que tal, trazendo a perspectiva do que bom, do que está sendo, que está acontecendo que está bom, do que está, que pena, o que são os desafios que a gente precisa melhorar e o que tal é que não fique só na crítica pela crítica, mas que eu consiga propor sugestões para melhorias dentro daqueles desafios. É só para vocês entenderem um pouquinho o que perpassou na construção desse instrumental dentro do GT da conferência quando vocês forem fazer a análise deles. E se tiver alguma dúvida, reiterar que a conferência está à disposição para poder esclarecer e fazer esse diálogo com vocês. Está bem?

Elder Carlos Gabrich: Obrigada, Iara. A Mariana, e a Mariana também trouxe um ponto que a gente ia tratar de uma alteração na programação da conferência estadual, que a gente ainda não fez resolução.

Interlocutor não identificado: Só para informar, no GT da conferência foi discutida a programação da estadual, só que tem uma questão lá do horário do último dia que eu estou pedindo uma alteração. Ela nem passou por essa plenária, ela ia passar hoje, a questão que eu estou colocando é se a gente poderia fazer ela hoje ou na semana que vem. Mas aí o que eu ia, semana que vem a gente vai ter que ter uma extraordinária, de toda forma. Na sexta-feira à tarde que nós vamos propor por causa da comissão eleitoral, a gente precisa validar a resolução do processo eleitoral do CEAS, que

a gente discutiu ontem. A única data que a gente conseguiu foi sexta-feira da semana que vem à tarde. E aí a gente precisa dessa reunião com quem puder estar presente, sob pena depois da mesa diretora ter que fazer um ad referendum, porque a gente não vai ter mais prazo. Então assim, ou a gente faz na plenária extraordinária ou faz só da mesa diretora. Então a proposta seria uma plenária extraordinária, sexta-feira que vem, virtual, 14 horas.

Elder Carlos Gabrich: Porque eu acho que tem conferência quinta e vai ter gente voltando na sexta de manhã. **Interlocutor não identificado:** Nós temos conferência na quinta até tarde, não tem condição. **Elder Carlos Gabrich:** Então tem também essa proposta, isso a gente vai precisar de votar, que seja feita uma plenária extraordinária, virtual, na sexta-feira, 14 horas, porque de manhã vão ter conselheiros voltando de uma conferência regional, para tratar da resolução sobre o processo eleitoral e dessa alteração na programação.

Interlocutor não identificado: A questão da alteração eu ainda tentaria a gente validar ela hoje, a gente passa pelo ponto de ementa e depois tenta validar a programação. Porque ela já passou no GT, gente, a minha alteração é um horário. Todo mundo que estava aqui está acompanhando o que está no GT? Quase todo mundo está, não está? Já foi discutido no GT. **Elder Carlos Gabrich:** A programação já foi até discutida aqui, seria a alteração de um horário da programação. **Interlocutor não identificado:** Mas eu estou falando da alteração de um horário só. **Elder Carlos Gabrich:** O quê que vocês acham da gente fazer a emenda e fazer essa discussão? É um horário, é apenas um ponto. **Interlocutor não identificado:** Vamos passar pela emenda agora e depois na programação dessa pauta. **Elder Carlos Gabrich:** Mas antes disso a gente precisa votar a plenária extraordinária virtual na sexta-feira, vinte e oito, às 14 horas. Então vamos, podemos colocar em votação a plenária extraordinária? Os conselheiros que aprovam a plenária extraordinária virtual dia 28 de julho para tratar da resolução do processo eleitoral, 14 horas, se manifestem. Virtual, duas horas, é, 14 às 17. Conselheiros que reprovam, lara. Abstenções? Ok. Então vamos para a pauta da emenda e depois a gente discute a alteração da programação. Pode falar. **Graziele Vieira:** Eu tenho uma dúvida sobre a emenda lá, eu queria saber porque ela propõe-se alteração dela por causa do valor, não é isso? Porque o valor, ela já foi definida há uns anos atrás, é, isso. Vai explicar por que mudou? Então está. **Interlocutor não identificado:** Vamos lá, rapidinho. Pessoal, essa emenda é uma emenda federal do Deputado Federal Padre João. Aqui tem uma explicação do que é o SIGTV, porque é o sistema por onde essa emenda vem, o recurso vem para o FEAS. Pode passar, por favor, depois eu coloco essa apresentação, peço para colocar no grupo, tá? Aqui são os andamentos, aí está o resumo, o número da programação da emenda, essa emenda é uma emenda de 2019 no valor de

300 mil reais. Aí em 2019 quando a gente recebeu essa informação com o ofício do deputado indicando as entidades, porque a emenda já veio com a indicação das entidades, eram cinco entidades e cada uma das entidades, na verdade duas entidades iriam ser contempladas de acordo com o ofício do deputado, com dois veículos de cinco lugares, dois veículos de sete lugares e uma das entidades com itens variados que era uma lavadora, uma centrífuga e uma calandra, que é material de lavadora também. É calandra, pois é, eu pesquisei, mas agora eu não lembro mais não, é tipo um negócio de limpeza. **Interlocutor não identificado:** É uma máquina de passar roupa. **Interlocutor não identificado:** Ah, então é, máquina de passar roupa, eu não lembrava. Calandra, é. Bom, aí a partir disso então o CEAS emitiu uma resolução aprovando a emenda, que foi em meados de 2019, depois disso aí tem uma informação importante que é a emenda ela tem validade a partir do momento que o recurso é transferido para o CEAS, em 2019 esse recurso não foi transferido, ele só foi transferido para mais à frente ali em 2022, então ela tem validade até 2024. Aí assim, em 2021 teve uma assinatura pela presidente do CEAS, na época, que era a Patrícia, desse termo de responsabilidade dizendo que é um documento padrão que tem que estar lá no processo C que vai lá para o ministério, dizendo que as entidades estão em funcionamento, prestam serviço e tal, tal, tal. Aí assim, aí começa a luta, porque assim, em 2021 e 22 houve uma dificuldade muito grande nossa de contato com o ministério. Eles estavam, praticamente, todo mundo em tele trabalho, a gente não conseguia falar. 2021, eu não preciso dizer do contexto que a gente viveu em 2021 e 22, todo mundo já sabe. Mas enfim, por fim esse recurso só caiu, de fato, em 2022 no FEAS. E aí em 2022 ainda, em meados de 2022, a análise que a gente fez foi de que seria impossível comprar quatro carros com 300 mil reais mais aqueles outros itens, não ia dar, porque a inflação daquele período já tinha estourado, o veículo já não era aquele valor, não daria para comprar com 300 mil reais quatro carros. E aí o que a gente fez aí foi a partir desse ano, logo no início do ano a gente começou a entrar em contato com a assessoria do deputado Padre João para dizer disso, que a gente precisava conversar a respeito disso, porque precisava fazer um remanejamento das entidades, dos valores. E aí a gente conseguiu agendar uma reunião com a assessoria do deputado em maio, eu participei, a Roberta participou, a Jaqueline participou do FEAS junto com os dois assessores do deputado. A Isabelle, que é diretora da média, participou, a Tatiane que é diretora da alta. E aí a gente conseguiu, explicou para ele isso que com 300 mil reais a gente não conseguiria fazer uma licitação para comprar esses carros, ainda mais que têm dois ali que eram carros de sete lugares, que são aquelas Dlobôs. Enfim, qual foi o encaminhamento da reunião? Os assessores entenderam que realmente seria impossível

fazer, eles falaram que iam levar essa demanda para o deputado para o deputado definir qual que seria, o que ele iria fazer, se ia diminuir o número de entidades, ia conversar com as entidades também já que ele que indicou as entidades para ver a questão dos itens. E aí em junho de 2023 a assessoria mandou o e-mail para a gente informando que eles ficaram com essa tarefa de combinar com o deputado. Ali tem o texto da mensagem, mas resumindo a mensagem, o que eles disseram é o seguinte, nós vamos contemplar então três unidades das cinco, indicaram para a gente quais seriam essas três unidades, essas três entidades das cinco, cada um com um automóvel de cinco lugares. E as duas entidades que inicialmente estavam previstas e que não iriam ser contempladas agora com essa emenda, ele iria destinar uma outra emenda para essas duas entidades e isso já foi combinado entre a assessoria do deputado Padre João com as entidades. E aí esse foi o resultado dessa ação. Então assim, quais foram os encaminhamentos então? Então a gente precisa fazer alteração da resolução lá de 2019 com essa alteração de cinco para três unidades, para três entidades, considerando lá os encaminhamentos que a assessoria do deputado enviou para a gente. E aí tem um documento que precisa também ser novamente colocado lá que é um modelo de declaração. A minuta de resolução, tem até um link ali que é uma minuta simples, será que se você clicar aí você consegue abrir? Vai abrir, é porque demora mesmo. Eu tenho que dar acesso, ai, meu Deus. Me empresta aí o computador. Continuo explicando. A minuta de resolução ela fala só disso, que fica alterada a resolução, não, revoga a resolução de 2019 e inclui essas, para ficar essas três entidades que o deputado indicou. E o modelo de declaração é o modelo que o CEAS, o ministério que manda esse modelo, mas a declaração diz que o CEAS fala que essas entidades estão de acordo, ofertam serviços assistenciais e estão de acordo lá com as resoluções de assistência social e tal, tal, tal. Deixa eu ver se eu consigo abrir aqui para vocês verem as minutas. Sirlene, eu te mandei aí a minuta, não sei se você consegue abrir no WhatsApp aí. **Interlocutor não identificado:** Mas você liberou o acesso? **Interlocutor não identificado:** Eu te mandei em Word. **Interlocutor não identificado:** Quem retirou, fez a sugestão de retirada das entidades, só pode ser o deputado. Então essa era a minha dúvida, eu queria saber qual mas aí também ao longo da sua explicação você disse que ele tirou em acordo com as entidades. **Interlocutor não identificado:** Eu sugiro que a gente dê encaminhamento mesmo que a resolução não esteja, porque a explicação do Cristiano, a minha dúvida também era exatamente a da Grazielle, ela já contemplou. Então houve o diálogo com assessor, já compreendeu as questões, o padre já refez destinação do recurso. Agora é só prever isso em resolução e encaminhar. **Karine de Amorim:** A minha dúvida é o fluxo para essa emenda estar dentro aqui do CEAS,

primeiro, é do FEAS, não é? O recurso foi para o FEAS. Entendi, porque está no FEAS tem que passar aqui. O que acontece? As emendas parlamentares geralmente ela vai direto para a entidade. Tem uma segunda opção, calma. E tem uma segunda opção que essas emendas vão para o fundo municipal, o conselho local aprova, e depois é repassado, essa é a última forma da qual eu tive conhecimento. Só que como é que a gente vai autorizar sendo que o conselho ele não tem esse conhecimento da entidade lá no campo? A entidade lá, por exemplo, Sabinópolis tem inscrição do CNAS, está escrita no CNEAS. **Elder Carlos Gabrich:** Atenção, espera a Karine terminar, Mariana responde. Karine, pode terminar. **Karine de Amorim:** E aí tem, o Lucas agora fala, a questão da prestação de contas. Lá no meu município eu já aprovei junto com o conselho, emendas parlamentares que seguiram esse trâmite. E eu estou aqui no conselho, eu nunca recebi uma prestação de contas de um recurso que foi direto do município, eu não entendi porque. **Elder Carlos Gabrich:** Mariana, responde, por favor. **Mariana Resende Franco:** Vamos lá. Primeiro, a emenda foi alocada no fundo, a partir do momento que ela é alocada no fundo ela vem para a deliberação do conselho. Nem todas as emendas são alocadas em fundos, as emendas que são alocadas fora dos fundos, o poder executivo faz a relação de parceria direto com instituição sem passar pelo conselho. Por isso, então primeira questão, pode ser pelo fundo, pode ser fora do fundo. Quando o poder executivo, seja estado, seja município, quando ele vai repassar o recurso, criar a relação de parceria, ele vai olhar habilitação jurídica, legal, plano de trabalho, repasse o recurso e depois pega a prestação de contas. Isso é uma relação da instituição que recebe com o poder executivo que repassa, não vem pelo conselho. Então está explicado porque não vem pelo conselho, entendeu? Esse recurso o FEAS vai comprar por meio de licitação e vai fazer termo de repasse dos bens para a instituição. **Elder Carlos Gabrich:** Conseguiu abrir a resolução. **Interlocutor não identificado:** Está lá a resolução. Pode passar aí, por favor. Artigo primeiro, aprovar as alterações na emenda, tal, tal, tal, parágrafo único, conforme a indicação do parlamentar. Serão contempladas as seguintes entidades: Associação Urucaniense de Apoio ao Idoso, de Urucânia, com automóvel básico sem acessibilidade, de cinco lugares, que foi o que o parlamentar enviou no e-mail. Lar dos Velhinhos, Viçosa, com automóvel básico sem acessibilidade. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que é a APAE, Santa Bárbara, com automóvel básico, sem acessibilidade, de sete lugares. Entidades, as três das cinco já tinham sido indicadas em 2019, todas foram indicadas pelo deputado, ele já veio com essa indicação. Fica revogada a resolução 657/2019, que é aquela que fala das cinco entidades, essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. **Elder Carlos Gabrich:** Foi o parlamentar que escolheu quais as

entidades ele não iria atender mais. Então vamos dar a benção. Conselheiros que aprovam a resolução, por favor, se manifestem. Ah, é nominal. **Interlocutor não identificado:** Votação. Arlete Alves. **Arlete Alves de Almeida:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Gabriela Loiola. **Gabriela Loiola:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Grazielle Vieira. **Grazielle Vieira:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Isaac dos Santos. **Interlocutor não identificado:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Wellington. **Wellington Duarte Ribeiro:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Karine de Amorim. **Karine de Amorim:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Lucas Estevão. **Interlocutor não identificado:** Pula ele, no final volta para o Lucas. **Interlocutor não identificado:** Leandro Carvalho. **Leandro Carvalho:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Marilene Faustino. **Marilene Faustino:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Simone Maria. **Simone Maria:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Elder Gabrich. **Elder Carlos Gabrich:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Altair Roberto. Ana Carla, não veio. **Ana Carla:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Gabriele Sabrina. Michele Andrade. **Michele Andrade:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Gabriele Sabrina. **Gabriele Sabrina:** Aprova. **Interlocutor não identificado:** Érica Beltrame. Úrsula Cristina. Cláudia Cristina. Jorgiane Suelen. **Interlocutor não identificado:** Solimar. **Solimar:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Lucas. **Lucas Estevão Ribeiro:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Iara da Costa. **Iara da Costa Nogueira Reis:** Pela aprovação. **Interlocutor não identificado:** Wellington Donizete. **Elder Carlos Gabrich:** Pronto, então foi aprovado. Agora só o ponto da conferência para a gente poder, você tem dúvida? **Interlocutor não identificado:** Quem perguntou se o Lar dos Velhinhos é ou não ligado à Sociedade São Vicente de Paula, o estatuto dele parece que não. **Elder Carlos Gabrich:** O Lucas conseguiu localizar. Mas obrigado, de toda forma, Leandro. **Interlocutor não identificado:** Meu ponto aqui é rápido. Olha só, a programação da conferência estadual já foi aprovada no GT e ela está projetada ali na tela. Vamos lá, primeiro dia começa na parte da manhã, o primeiro dia na parte da manhã tem as reuniões simultâneas dos fóruns. E aí a gente abre o credenciamento a partir de nove horas e fica com o credenciamento o dia todo. Acontece que para que os delegados estejam no local no dia três às nove horas da manhã, nós, SEDESE, teremos que garantir que as pessoas cheguem no dia anterior, principalmente quem vai viajar, como nós vamos ter delegados do interior de Minas. Para isso, nós estamos fazendo um mapa de preços e um processo licitatório com diárias de hotel iniciando no dia anterior, que significa segunda-feira à noite as pessoas vão dar entrada no hotel. Isso é o

procedimento de hotel que a gente está contratando que é o check-in no hotel a partir das 17 horas do dia anterior, incluindo o jantar para a pessoa. Qual é a consequência disso? Vou explicar mais lá na frente. Seguimos a programação, no primeiro dia do evento, começa com as reuniões simultâneas, a partir das 13 horas mesa de abertura, orientações, regimento interno, palestra magna, debate. E aí nós estamos propondo encerramento do primeiro dia coquetel e apresentação cultural ao final do primeiro dia. Aí seguimos, dia dois o ato de conferir, oficinas temáticas, e discussão em grupos. Isso tudo já passou no GT, não tem alteração. Onde que está a alteração que eu quero chegar? No último dia, veja bem, no último dia a gente vai ter eleição de delegados para conferência nacional, e processo eleitoral do CEAS. Eu estou pedindo para esse processo iniciar às oito e trinta, porque ele estava para iniciar mais tarde. Então minha alteração principal é no terceiro dia de conferência iniciar a programação às oito e trinta da manhã e encerrar às 16 horas. Por quê? Como eu estou contratando o serviço de hotelaria com pensão completa, incluindo café, almoço e jantar, vai começar no dia, segunda-feira, que é um dia que antecede o evento, vai terminar no dia cinco com o almoço e o check out dos hotéis é no máximo às 14 horas. Eu não consigo estender esse horário, sob pena da SEDESE ter que pagar uma diária a mais, isso vai inviabilizar completamente a organização. Então as pessoas vão fazer checkout do hotel de meio dia às 14 horas, e a gente vai servir um coffee break na parte da tarde, só que as pessoas têm que sair do local, pelo menos a maioria começa a viajar às 16 horas. O que significa isso? Pessoas vão pegar ônibus, carro de prefeitura que vai buscar, isso tem que começar a partir das 16 horas, eu não posso estender o evento no último dia até a noite porque essas pessoas não vão estar mais hospedadas no hotel. Então a minha proposta de alteração, a principal é o horário de início do terceiro dia, iniciando oito e trinta. Eu coloquei oito e trinta porque assim, a gente pode até colocar oito com os atrasinhos, oito e trinta, para conseguir chegar no encerramento às 16 horas, ok? **Graziele Vieira:** Também sugiro que pode ser oito, mas você está contemplando também porque às vezes atrasa, nós vamos, pode prolongar a discussão. Então a questão é só ter condições de fazer o checkout às 14 horas, porque se a gente... **Interlocutor não identificado:** É porque são duas questões, o checkout ele vai ter que ser feito, a outra questão é que as pessoas vão ter que se deslocar para viajar. Então eu não tenho como obrigar as pessoas também a ficar lá se eu não vou dar condição de estadia para elas. E aí a partir do momento que eu estou contratando um hotel, o hotel ele vai ter transfer da pessoa que vai para a rodoviária, por exemplo, e aí eu tenho que colocar para o hotel assim: "Transfer do local do evento para a rodoviária de Belo Horizonte a partir das 16 horas.", é isso que eu estou dizendo. Tudo é

contratado, então meu contrato ele vai ter que ser, assim, nesse horário vai ter lá cinco ônibus na porta para o povo ir para a rodoviária, entendeu? É isso. **Elder Carlos Gabrich:** Felipe e depois Lucas. Ah, tá, Lucas. **Lucas Estevão Ribeiro:** Minha preocupação, nós colocamos como primeiro ponto do último dia a votação de recomposição do conselho. Com relação à questão desses atrasos, muita gente não vai dar atenção para isso, que a gente, aí está disposto duas horas e meia para essa eleição. A minha sugestão é de que a gente passe a eleição do conselho para o dia anterior então na parte da tarde. **Interlocutor não identificado:** Porque que a gente, o processo de eleição de delegados para a conferência nacional eu acho, posso estar enganada, ele pode ser mais simples do que o de eleição do conselho, dos novos conselheiros. Então a gente poderia fazer a eleição de delegados para a conferência nacional no dia anterior. **Lucas Estevão Ribeiro:** Eu também acho. **Interlocutor não identificado:** De delegados, delegados da nacional que eu estou falando. Ok? E aí a manhã do último dia fica só para a eleição do CEAS. **Lucas Estevão Ribeiro:** Não, a minha seria da eleição de composição do CEAS no dia anterior, para evitar o esvaziamento logo no início. Mas se, por exemplo, a gente fecha esse horário de oito, de oito às doze para a eleição do CEAS e no dia anterior a eleição dos delegados na parte da noite, para mim tudo bem. Eu prefiro dessa forma porque a parte de orientação a gente vai ter dado no dia anterior e dá para poder serem feitas as articulações que o pessoal quer, a apresentação daqueles que são candidatos. **Interlocutor não identificado:** Gente, eu acho assim, questão de importância, o que que tem mais importância? Eleição do CEAS. A eleição do CEAS a gente deixa a manhã toda para ela, que vai estar, todo mundo acorda menos cansado. Delegados para nacional, minha opinião é deixar no dia à noite, por questão de importância e de a gente estar com a mente mais calma, mais tranquila. Ok? Fazer e eleição, é porque o Lucas está falando que ainda não entendeu. **Interlocutor não identificado:** Eu concordo com a proposta do Lucas porque eu acho que a gente tem que pensar o seguinte, até pensando no exemplo de Belo Horizonte. Gente, os horários, nenhum, não é, Baião? Nenhum foi cumprido, nenhum. Tiveram várias alterações de horários. E se nós estamos considerando que os delegados têm que sair às 16 horas, então a gente tem que deixar aquela matéria, que ela é mais desafiadora, para a noite do dia anterior, para a gente vencer. Porque se a gente joga ela para o outro dia da manhã, mas aí, Mariana, se a gente jogar ela para o outro dia da manhã nós não vamos conseguir liberar às 16 horas. Duvido. **Interlocutor não identificado:** A minha preocupação é com relação, eu já vi, vivi conferência aqui depois da eleição de delegados para a nacional, o pessoal foi embora. Então se a gente eleger os delegados para a nacional no segundo dia, no terceiro dia não

vai ter gente para votar as deliberações. Mas ele pode de manhã. **Interlocutor não identificado:** Se a pessoa quiser votar na parte das propostas, ela vai ficar, gente. O povo que não fica... **Interlocutor não identificado:** No último dia vai voltar do almoço, vai começar 13:30, não, desculpa, não é último dia não, sobe um pouquinho lá, no segundo, no segundo dia. Volta do almoço às 14? Tem que subir um pouquinho lá. É porque nós estendemos o horário até as vinte, aí eu estou querendo saber se nós vamos ficar as catorze até as vinte sem um lanche, sem um intervalo. Beleza, beleza. Meu pão é com manteiga. **Interlocutor não identificado:** Só que eu acho, vai ter coffee break. É porque eu acho que o que é mais importante para esse CEAS é uma eleição para o CEAS de forma calma e tranquila. À noite, cansados, todo mundo, gente, vão ter mil pessoas cansadas, no outro dia de manhã a gente vai ter a manhã inteira, a minha questão é só essa, entendeu? E a questão dos delegados, quem quiser ficar até o final vai ficar, quem não quiser acaba vai embora do mesmo jeito. Eu acho assim, porque nem todo mundo vai querer ser delegado para a nacional, porque não tem vaga mesmo. **Elder Carlos Gabrich:** Gente, tem mais alguém que se inscreve, tem outra proposta? Ou a gente pode consensuar a proposta da eleição do CEAS na sexta de manhã, desculpa, no terceiro dia de manhã, de oito ao meio dia, e a eleição para a conferência nacional vai para o dia anterior e vai ser no horário da noite, dezoito às vinte. **Iara da Costa Nogueira Reis:** Eu consenso. **Elder Carlos Gabrich:** Gente, precisamos votar para a gente poder ir embora. Quem está de acordo com a proposta que eu acabei. **Lucas Estevão Ribeiro:** Volta a proposta lá para a gente. Veja bem, sobe um pouquinho no dia anterior. Lá está previsto um horário de orientações do processo de escolha, a gente pode começar a eleição dos delegados das 17 até as 19, isso. E aí leva essas orientações para o dia seguinte junto com a eleição. E aí com toda sinceridade, não precisa começar às oito, pode começar às nove com tranquilidade, mas marca às oito e meia porque o pessoal atrasa, não é? Mas aí é aquele negócio, o dia anterior tem que ter programação também começando às oito. Se a gente varia isso, eu estou falando com vocês, gente. **Elder Carlos Gabrich:** Gente, então, vamos votar, a proposta é passar então às orientações para o terceiro dia, a votação para a conferência nacional fica no segundo, de dezessete às dezenove, e não de dezoito às vinte. E no outro dia mantém o horário de oito ao meio dia tendo a orientação e a eleição para o CEAS. Todos estão esclarecidos? Podemos votar? Os conselheiros que aprovam essa proposta, por favor, se manifestem. Não, fica com, acho que foi unânime. Gabi, você não vai votar não? Ok, foi aprovado por unanimidade. Reprovam? Abstenção? **Interlocutor não identificado:** Me abstenho. **Elder Carlos Gabrich:** Ok.

Interlocutor não identificado: Obrigado, pessoal. Estamos encerrando esse dia e prontos para um novo encontro. Muito obrigada e boa viagem.